

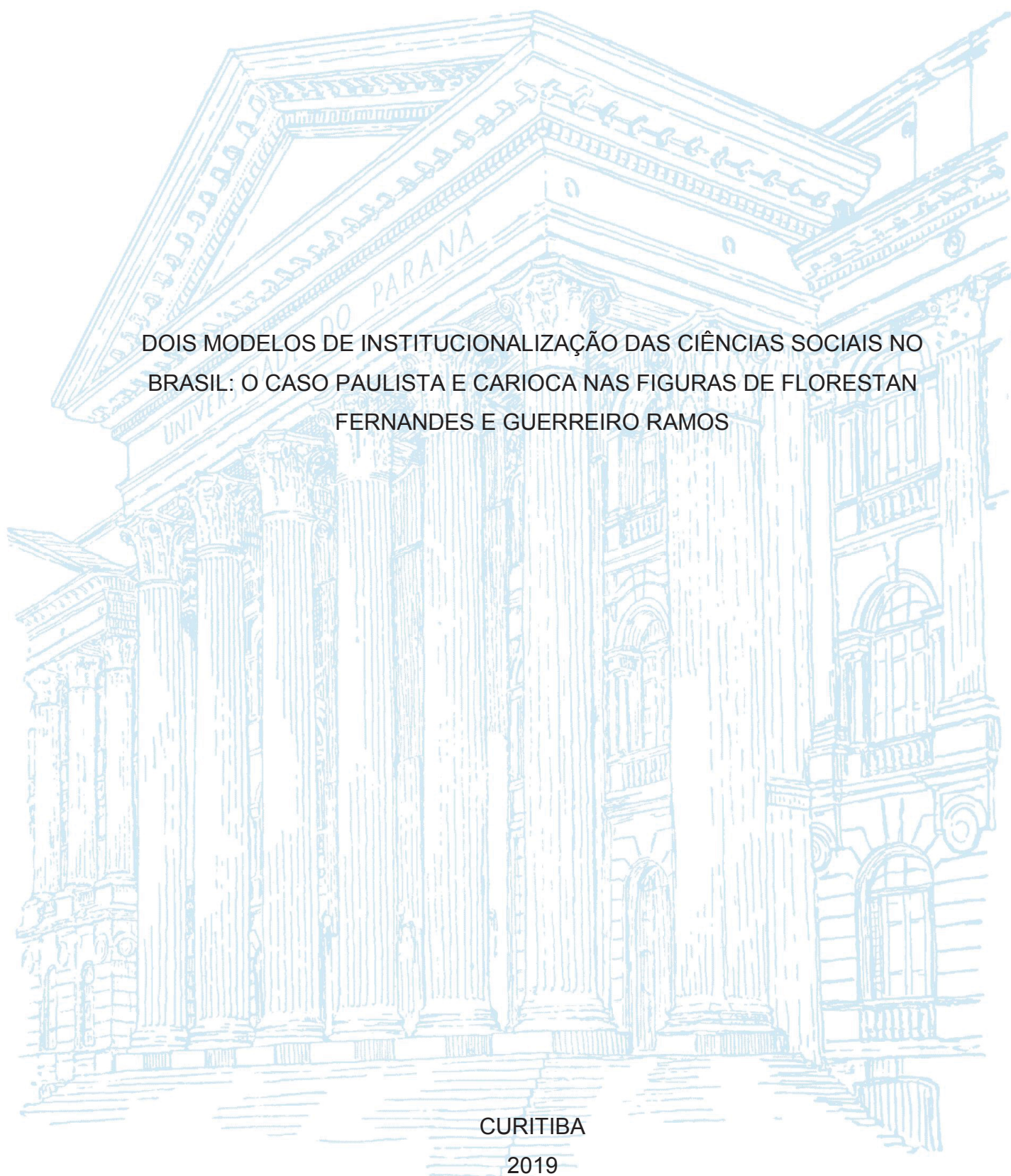
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBSON RODRIGUES DE LIMA

DOIS MODELOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO
BRASIL: O CASO PAULISTA E CARIOCA NAS FIGURAS DE FLORESTAN
FERNANDES E GUERREIRO RAMOS

CURITIBA

2019



ROBSON RODRIGUES DE LIMA

DOIS MODELOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO
BRASIL: O CASO PAULISTA E CARIOCA NAS FIGURAS DE FLORESTAN
FERNANDES E GUERREIRO RAMOS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia

Linha de Pesquisa: Cultura e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Czajka

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Lima, Robson Rodrigues de Lima

Dois modelos de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil : o caso paulista e carioca nas figuras de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. / Robson Rodrigues de Lima. – Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Czajka

1. Ramos, Guerreiro, 1915 - 1982 – Crítica e interpretação. 2. Fernandes, Florestan, 1920 – 1995 – Crítica e interpretação. 3. Ciências sociais – Estudo e ensino. I. Czajka, Rodrigo, 1976 -. II. Título.

CDD – 301.072

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ROBSON RODRIGUES DE LIMA**, intitulada: **DOIS MODELOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: O CASO PAULISTA E CARIOCA NAS FIGURAS DE FLORESTAN FERNANDES E GUERREIRO RAMOS.**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 31 de Outubro de 2019.



RODRIGO CZAJKA
Presidente da Banca Examinadora



JOSNEI DI CARLO VILAS BOAS
Coorientador - Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



SIMONE MEUCCI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A Guilherme, com amor.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Izaías Carvalho de Lima e Ruth Rodrigues de Lima, pelo incentivo constante ao estudo, pelo exemplo de dedicação e pelo conforto do lar.

A meu filho, Guilherme Gomes de Lima, que apesar da pouca idade, alivia os fardos da vida como somente uma criança amada pode fazer. Que sua curiosidade pela vida nunca cesse e que seus passos sempre prossigam e que eu seja a melhor versão de mim por amor a você.

A Helen Gomes, por me mostrar pelo exemplo quão inescrutáveis são os seres humanos. Que seus caminhos acadêmicos continuem abertos e nossas rugas permaneçam em níveis manejáveis. Também a agradeço pela teimosia que levou à minha descoberta do maravilhoso mundo da neuroatipia.

A Eduardo Lobo, Alexandre Ataíde e Jefferson Lima por serem os melhores amigos próximos que moram longe. Seus incentivos são sempre lembrados. Que suas barbas nunca caiam!

A Derly Cordeiro pelo apoio e ombro amigo nas questões de paternidade ativa que ainda hoje me escapam.

A Paulo, Marcelo e William por me lembrarem que há vida fora da minha casa e da minha rotina. E pelas ocasionais visitas à Casa Verde. Obrigado por não desistirem de mim.

Ao professor Rodrigo pela paciência, orientação, pelo melhor conselho a respeito de seleção de objetos de pesquisa que já tive o prazer de ouvir e pela oportunidade de participar do grupo “Cultura, política e movimentos sociais na América Latina”, onde travei contato com várias pesquisas e pessoas que, doutra forma, não o faria e sairia empobrecido de espírito.

A CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Ao *staff* da Secretaria da Pós-Graduação em Sociologia, em particular ao Katiano, pela presteza e solicitude.

Ao Um no qual todos nos movemos e existimos. Obrigado.

*Alguém tem que fazer um estudo sobre mim. E tem que ter uma pálida ideia do
que está por trás desse negócio que eu fiz. Tem que ser um encontro pessoal,
com a pessoa, um negócio sem mediações*

Guerreiro Ramos, em entrevista a Alzira Alves e Lúcia Lippi

RESUMO

Tomando o debate ocorrido durante o período de 1953 a 1966 entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos como representativo do embate de duas concepções de ciência social, localizáveis geograficamente em São Paulo e Rio de Janeiro, o texto pretende apreender as demarcações epistemológicas e demarcações teóricas de ambos os autores a respeito das recomendações que Guerreiro Ramos lançou à plenária do I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1953. Ainda que derrotadas, as recomendações de Ramos suscitaram um debate na intelectualidade brasileira de então sobre o papel da sociologia no desenvolvimento nacional e a natureza do trabalho científico no Brasil. Utiliza-se revisão bibliográfica a fim de capturar as principais ideias que circulavam no campo acadêmico em ciências sociais de então e mostra-se como o debate entre Fernandes e Ramos polariza o cenário acadêmico nacional e gera duas iniciativas de grande impacto na história das ciências sociais no Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o grupo d'O Capital, iniciativa informal e interdisciplinar iniciada na USP que grande influência teve sobre o debate sociológico subsequente à sua fundação. Objetiva-se apreender as visões de cada autor sobre o papel da ciência social perante a sociedade em geral e qual ou quais as relações possíveis entre esses discursos sobre a sociologia e sua prática e as circunstâncias históricas que lhes serviram de substrato.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro. ISEB. Seminário O Capital. Ensino de sociologia. Sociologia dos intelectuais.

ABSTRACT

Taking the debate between Florestan Fernandes and Guerreiro Ramos between 1953 and 1966 as representative of the clash of two conceptions of social science, geographically localized in São Paulo and Rio de Janeiro, the text intends to grasp the epistemological and theoretical demarcations of both authors, in regards of the recommendations that Guerreiro Ramos made to the plenary of the First Brazilian Congress of Sociology, in 1953. Although defeated, Ramos's recommendations aroused a debate in the Brazilian intelligentsia at that time about the role of sociology in national development and the nature of its scientific work in Brazil. A bibliographic review is used to capture the main ideas circulating in the academic field in social sciences of the time and shows how the debate between Fernandes and Ramos polarizes the national academic scenario and generates two initiatives of great impact on the history of social sciences. In Brazil, the Higher Institute of Brazilian Studies (ISEB) and the group d'O Capital, an informal and interdisciplinary initiative initiated at USP that had a great influence on the sociological debate subsequent to its foundation. The objective is to apprehend the views of each author on the role of social science before society in general and what are the possible relations between these discourses on sociology, its practice and the historical circumstances that served as their substratum.

Keywords: Brazilian social thinking. ISEB. Seminar the Capital. Sociology teaching. Sociology of intellectuals

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO UM	
1.1 Os anos anteriores à institucionalização: precursores e pioneiros.....	14
1.2 Introdução do saber sociológico no território brasileiro: o caso dos manuais e compêndios dos anos 30.....	22
1.3 Aspectos sociopolíticos da institucionalização da sociologia no Brasil.....	30
CAPÍTULO DOIS	
2.1 Uma ciência, duas institucionalizações: as escolas carioca e paulista de sociologia e suas origens sócio-históricas.....	37
2.2 Desenvolvimentos das escolas carioca e paulista: o ISEB e o “Grupo do Capital”	51
CAPÍTULO TRÊS	
3.1 Guerreiro Ramos e a redução sociológica.....	70
CAPÍTULO QUATRO	
4.1 Florestan Fernandes, “sociologia científica” e a crítica de uma tipologia.....	83
4.2 Dois projetos para uma ciência: o caso do ensino de sociologia.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	112

INTRODUÇÃO

A área de pesquisa que se convencionou chamar de “pensamento social brasileiro” se encontra consolidada e nela pesquisas sobre tradições intelectuais, culturais, sociais e políticas são acolhidas em um espaço fundamentalmente multidisciplinar cujas fronteiras não são autoevidentes nem impermeáveis (SCHWARCZ e BOTELHO, 2011). Atualmente, o interesse pelos processos sociais de produção, aquisição, transmissão e recepção das diversas formas de conhecimento; a visão dos diversos grupos detentores de poder econômico e/ou simbólico sobre si e sobre a sociedade que os cerca e as consequências dessa visão para o conjunto; o interesse pela vida intelectual cotidiana de grupos menores e não-hegemônicos e como novas clivagens metodológicas como gênero, raça e região influem na percepção e disseminação do pensamento social; são alguns dos temas contemporâneos que podem ser encontrados nas pesquisas sobre o pensamento social brasileiro.

Espera-se que a presente dissertação encontre abrigo nessa área de pesquisa, ao tratar do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos enquanto objeto de análise. A apresentação de algumas ideias e conceitos centrais da obra dos dois autores será inevitável, porém o objetivo da presente dissertação não consiste em uma simples apresentação extensa de conceitos sociológicos, ainda que tal procedimento se faça necessário.

Interessam as demarcações epistemológicas, as delimitações teóricas, as visões de cada autor sobre o papel da ciência social perante a sociedade em geral e qual ou quais as relações possíveis entre esses discursos sobre a sociologia e sua prática e as circunstâncias históricas que lhes serviram de substrato.

A contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é vista como um marco entre duas formas divergentes de se compreender o papel da ciência social diante da sociedade brasileira, bem como qual deveria ser a forma que esta ciência toma em sua especificidade epistemológica.

Para clarificação, um breve apontamento sobre o que será tratado aqui sob os nomes de “debate”, “contenda” e adjetivos semelhantes. Trata-se de variada produção teórica, em forma de livros e intervenções orais, da parte de ambos os autores, que inicia

com a célebre apresentação, por Guerreiro Ramos, de sete recomendações acerca do trabalho sociológico a ser desenvolvido no Brasil de então no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1953, reeditadas na *Cartilha brasileira do Aprendiz de Sociólogo* e serão tratadas como uma obra só. Florestan Fernandes publica *O Padrão do Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*, em 1958, como uma resposta às ideias de Guerreiro Ramos. Este publica em 1965 o livro *A Redução Sociológica* que pode ser lido como uma longa tréplica às críticas que Ramos sofreu desde a proposição de suas recomendações. Por fim, Florestan Fernandes se refere aos temas levantados na contenda em *A Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de 1968. Essas quatro obras constituem as fontes primárias desta dissertação. Autores e comentadores são constantemente citados, interpretados e postos em contraste e são pensados como fontes secundárias. A seção 4.1 passa em vista o conjunto de fontes primárias. Daqui pode-se estender o período analisado até 1966 quando Guerreiro Ramos exila-se do país (BARIANI, 2003).

É por se tratar de uma discussão sobre o fazer sociológico especificamente nesse período que também será falado aqui, *brevemente*, do papel do ISEB e do grupo de estudos d'O Capital, ambas empreitadas famosas, derivadas de cientistas sociais cariocas e paulistas, respectivamente, com foco na influência que Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes exerceram sobre estes dois grupos e, caso positivo, qual ou quais influências, se metodológicas, teóricas ou de outro tipo.

Entende-se que a sociologia é uma disciplina e um saber que, apropriado de várias maneiras por diversos estratos da sociedade, assume a forma de uma ciência nos moldes modernos primeiramente na França e daí para outras partes da Europa e também na América Latina, o que inclui o Brasil.

A assimilação e consequente ressignificação desse saber de origem europeia em solo nacional, um saber que se pensa como moderno e, portanto, desejável, é um processo que possui diversas formas e se dá a partir de meados do século XIX com os ditos precursores da sociologia brasileira, como Alberto Torres e Oliveira Viana (CÂNDIDO, 2006). A partir dos anos 30 do século XX, a Sociologia torna-se uma disciplina acadêmica oficialmente vinculada a instituições de ensino superior, o que

marca o início de uma “sociologia científica”, classificação que está sujeita a críticas que serão expostas mais à frente.

É a partir dos anos 50 que o lugar das ciências sociais brasileiras, seus projetos epistemológicos e políticos e suas consequências para a prática da Sociologia tornam-se pontos fundamentais de um debate entre dois grandes nomes da Sociologia nacional, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.

Não se trata de fazer uma história dos “grandes nomes” ou até mesmo dos clássicos, na famosa acepção de Ítalo Calvino (2004), da sociologia brasileira, mas sim de contribuir, dentro do campo de pesquisas em pensamento social brasileiro, para uma maior compreensão do papel que a sociologia brasileira se outorgou (e foi outorgada, e por quem o foi) diante da questão dos limites e possibilidades de sua atuação em uma sociedade sob grandes transformações socioeconômicas, políticas e culturais como a brasileira da primeira metade do século XX.

Abaixo está apresentada a estrutura dos capítulos da dissertação presente.

O primeiro capítulo se divide em três seções. A primeira seção, sobre as origens do saber sociológico no Brasil, apresenta alguns dos principais responsáveis pela criação e difusão das ideias sociológicas em solo brasileiro, de modo breve e didático, a fim de estabelecer uma linha do tempo em preparação para a seção seguinte. Note-se que não há intenção de exaustivamente elencar todas as pessoas que podem ser contadas como contribuintes para uma história do pensamento social. Inicia-se a exposição na segunda metade do século XIX em consideração às fontes consultadas que demarcam o período como o princípio de uma sociologia brasileira.

Após o breve histórico da seção anterior, na segunda seção procura-se demonstrar no que a inserção da sociologia em território brasileiro se difere da ocorrida no restante da América Latina. Para isso, discorre-se sobre a produção de manuais de Sociologia brasileiros. Utiliza-se aqui o mesmo expediente do estudo conduzido por Simone Meucci (2000), ou seja, considera-se que manuais são veículos pedagógicos da ciência normal (conforme os termos daquele autor) pois eles “expõem o corpo da teoria aceita, ilustram muitas de (ou todas as) suas aplicações com observações e experiências exemplares” (KUHN, 2001: 29-30), contribuindo para a disseminação e consolidação do saber científico em determinada sociedade. Partindo dessa fundamentação o estudo de

Meucci passa a analisar a produção de manuais de Sociologia na década de 30 do século XX, mesmo período cronológico que o estabelecimento da Universidade de São Paulo e da Universidade do Rio de Janeiro.

A inclusão desta discussão no presente texto parte da premissa que, por ter uma inserção diferenciada e marcada pela sua relação com o *ensino* de sociologia *fora do âmbito universitário*, faz-se necessário um entendimento sobre a relação entre sociologia e seus manuais — especificamente, sobre como estes manuais são um dos fatores contribuintes para o estabelecimento da sociologia como *ciência (do) social*.

A terceira seção do primeiro capítulo discorre sobre aspectos sociopolíticos do processo de fundação de duas universidades brasileiras, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em particular as configurações políticas das elites responsáveis pelos dois projetos políticos que nortearam a fundação dessas instituições. Estas três seções encerram o primeiro capítulo desta dissertação.

O segundo capítulo, dividido em duas seções, continua a digressão sobre a institucionalização da USP e da URJ, com a primeira seção apontando como aspectos institucionais das duas universidades possuem origem em duas acepções europeias sobre a relação universidade e sociedade dentro do grande debate sobre modernização, desenvolvimento social e industrialização que naquele momento constituía um assunto vital para a intelectualidade brasileira. A segunda seção tratará de duas instituições que, de certa forma, prosseguiram o debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, ao dar continuidade a alguns dos temas e objetos dos dois autores; o grupo reunido sob o que se chama de Seminário d'O Capital e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), respectivamente, paulista e carioca, Fernandes e Ramos. Independente de filiação oficial (Florestan Fernandes jamais participou das reuniões do Seminário. Já Guerreiro Ramos foi membro efetivo e oficial do ISEB) dos dois sociólogos, é notável que sua influência na Sociologia no Brasil é sentida, também, nessas duas instâncias de pesquisa.

Sobre a expressão “escola paulista de sociologia” merece menção o fato de o próprio Florestan Fernandes negar a existência concreta de uma escola de sociologia *especificamente paulista*, dizendo:

Nos últimos anos, tenho recebido muito incentivo [...] para escrever uma espécie de autobiografia ou, pelo menos, para explicar como surgiu o que alguns chamam, por falta de imaginação, de “a escola paulista de sociologia”. Sempre me furtei a esses apelos [...] não tenho importância intelectual para tanto. E ainda menos, para “explicar” uma escola que não existe e nunca existiu (FERNANDES, 1977:140)

Contudo, utiliza-se a nomenclatura “escola paulista” (e sua contraparte, “escola carioca”) a fim de marcar a especificidade social e geopolítica, além de teórica e epistemológica, presente nos trabalhos agrupados sob estas duas escolas. Julga-se que o contraste presente justifica o uso dos nomes, ainda que com ressalvas.

O terceiro capítulo consiste em uma apresentação das principais ideias de Guerreiro Ramos, em particular a *redução sociológica*, e relaciona-as com seus pressupostos filosóficos, exemplifica sua sociologia a partir das considerações de Ramos sobre o dito “problema do negro”, além de pontuar a relação entre o pensamento de Ramos e teorias pós-coloniais, uma leitura relativamente recente de seu trabalho que se não diretamente influencia na sua polêmica com Florestan Fernandes, ajuda a enriquecer a chave de leitura de Guerreiro Ramos e sua obra.

O quarto capítulo tratará, em contraste, das ideias de Florestan Fernandes ainda que, por força de fluidez de texto e da argumentação, possam ter sido vislumbradas em seções anteriores. A primeira seção focará nas afirmações de Fernandes sobre a constituição da sociologia no Brasil e o papel do sociólogo perante demandas da sociedade. Tendo em vista a vastidão da obra de Florestan Fernandes, é conveniente que a exposição de suas ideias seja restrita aos aspectos que diretamente tocam o escopo da presente dissertação.

A segunda seção do quarto capítulo está dedicada a apresentar o contraste entre esses dois pensadores utilizando o caso do ensino de Sociologia nas escolas dos cursos Normais, debate central à época dada sua importância para o estabelecimento formal da Sociologia enquanto saber científico legítimo no Estado brasileiro do período. Aqui se ampliará o exame do contraste entre os dois autores, tomados enquanto representantes de projetos institucionais e científicos diferentes, ponderando-se suas inquietações a fim de encontrar pontos de contato e de conflito em suas obras, a fim de demarcar com

propriedade onde cada um se encontra em relação à construção do campo sociológico brasileiro.

Este expediente baseia-se em pista deixada por Edison Bariani (2003): a questão do ensino de sociologia, embora não diretamente presente nos dois textos principais dos autores quando do início da polêmica (as teses de Guerreiro Ramos e o artigo *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros* de Florestan Fernandes), consta dos debates do II Congresso Latino-Americano de Sociologia e do I Congresso Brasileiro de Sociologia, o que leva Bariani a afirmar que a questão do ensino de sociologia está “inextricavelmente ligada às outras questões” (BARIANI, 2003:12).

O pensamento dos dois autores permite o encontro de interseções entre eles, além dos pontos de fuga já exaustivamente tratados em leituras de outros autores e autoras. Tais discordâncias não serão minimizadas, contudo realçar as confluências entre os pensamentos de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos faz-se necessário em um contexto de resgate histórico e reflexão científica, que anima o presente texto.

CAPÍTULO UM

1.1. Os anos anteriores à institucionalização: precursores e pioneiros

Após afirmar que a evolução da Sociologia no Brasil pode ser agrupada em dois grandes momentos históricos, o primeiro sendo o de 1880 a 1930 e o segundo sendo o que compreende o pós-1940 em diante, Antônio Cândido passa a expor as ideias de alguns autores que considera precursores da Sociologia universitária brasileira.

Aponta o autor que há duas grandes influências na formação intelectual destes pensadores e da Sociologia daquele momento: o Direito e o Evolucionismo. Aos juristas coube tarefas relativas à definição de um Estado moderno e “interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política” (CÂNDIDO, 2006, p. 272), o que subteve uma interpretação da sociedade que as leis pretendem reger e a legitimidade social para tornar essa interpretação consensual, além de seu papel mais proeminentemente institucional e burocrático de provedor de quadros para a administração estatal (ADORNO, 1988).

À esta herança jurídica soma-se o evolucionismo, termo que o autor usa para qualificar amplamente certas teorias científicas de fins do século XIX que agrupam certos fatores como:

(...) obsessão com os fatores naturais, notadamente o biológico (raça); a preocupação com etapas históricas; o gosto pelos estudos demasiado gerais e as grandes sínteses explicativas. Dá a predominância do critério evolutivo e a preferência pela história social, ou a reconstrução histórica, que ainda hoje marcam os nossos sociólogos e os tornam continuadores lógicos da linha de interpretação global do Brasil, herdada dos ‘juristas filósofos’ (para falar como Clóvis Bevilacqua) do século passado [XIX] (CÂNDIDO, 2006:272)

Cândido relaciona todos estes fatores com as preocupações e orientações fundamentais da sociologia do período e salienta ainda que o evolucionismo não

constituiu-se em “importação artificial de modas europeias, mas se adequou a várias das nossas realidades locais, de povo que procurava (...) uma representação coerente no plano ideológico” (CÂNDIDO, 2006:272), reforçando as transformações que ideias que tem sua origem noutros locais assumem quando aportaram em território nacional que não excluem a Sociologia deste processo.

Silvio Romero é considerado por Cândido como o pioneiro do pensamento sociológico brasileiro e cita *Ensaio de filosofia do direito*, de 1895, que contém refutações tanto à Tobias Barreto (que argumentava que uma ciência da sociedade era impossível pois as leis humanas não são naturais e sim sociais) quanto Fausto Cardoso e sua aplicação direta das leis da seleção natural às sociedades humanas, contribuindo assim para a formação de uma visão de Sociologia mais alinhada com uma prática científica, ainda que eivada de problemas teóricos como a que Sílvio Romero acaba derivando dos escritos de Spencer.

Antônio Cândido chega a afirmar que não é na contribuição teórica na qual se encontra a importância de Romero na formação da Sociologia brasileira, já que este pouco fazia além de “jogar um disfarce pseudo-sistemático sobre a gratuidade dos palpites, alçados a verdades objetivamente determinadas” (CÂNDIDO, 2006:275), e sim na atividade de pesquisador de tradições orais, sendo o primeiro de seus coletores e sistematizadores, além de seu engajamento na propagação da nova ciência e pela adoção, na última fase de sua carreira, aos métodos da escola de Le Play, que se contam como influências de pesquisadores posteriores a Romero, como Oliveira Vianna (CÂNDIDO, 2006:274ss).

À um mérito mais propriamente intelectual se alinha Paulo Egídio, que desenvolveu uma longa propaganda a favor da disciplina sociológica em São Paulo desde fins do decênio de 1880 até a primeira década do século XX, em livros, cursos e artigos à imprensa. Os seus *Estudos de Sociologia Criminal* (1900) são considerados por Antônio Cândido como a obra mais importante, por nela tentar conciliar aspectos do pensamento de Durkheim, em especial sua visão de anomia e a distinção entre normal e patológico, que Cândido enxerga ferir a sua “consciência jurídica” (op. cit), levando este a uma tentativa de conciliação que, no que não concorda com Durkheim, tem mérito na tentativa de superação do evolucionismo reinante no cenário intelectual do momento,

buscando “conciliar ao máximo sua consciência jurídica com a coerência de um método que vinha trazer à Sociologia a possibilidade de superar as generalidades do evolucionismo” (CÂNDIDO, 2006:277) e a consequente divulgação do método durkheimiano na exposição do seu livro de 1900, ainda que essa divulgação tenha sido pela via da contestação e crítica. Salla e Alvarez (2000) dizem sobre isto que:

O livro de Paulo Egídio acerca da sociologia criminal deve ter chamado a atenção dos seus contemporâneos pelo rigor e pelo método da exposição, muito superior à produção da época no campo dos estudos criminais no Brasil [...] De fato, Paulo Egídio realiza uma verdadeira introdução à metodologia de Durkheim para o público brasileiro, num momento em que teorias como as de Lombroso dominavam o debate local. Mas seu pioneirismo na divulgação do texto de Durkheim fica justamente comprometido quando Egídio refuta as teses de Durkheim sobre o caráter normal do crime e defende as idéias, consideradas posteriormente falaciosas, da escola italiana de criminologia (SALLA e ALVAREZ, 2000:105)

Os autores também providenciam uma explicação para a oposição de Egídio às ideias de Durkheim sobre o crime, aumentando o entendimento sobre a consciência jurídica mencionada por Antônio Cândido. O fato de Egídio não aceitar as ideias durkheimianas acerca da criminalidade e seu papel na sociedade não parecem derivar da ignorância nem do acaso e sim pela percepção de que a visão de Durkheim implica em certa *tolerância* para com comportamentos divergentes, o que está dentro do seu projeto para a ciência que busca estabelecer formalmente (ORTIZ, 1989), que nem Egídio e nem as elites republicanas brasileiras que encontram voz em seus escritos estariam dispostas a aceitar (SALLA e ALVAREZ, 2000:105-106). Dessa forma, o projeto de Egídio permanece dentro da esfera de influência do conservadorismo dominante nas elites republicanas e sua preocupação com o dito problema do crime não deve ser dissociada dos anseios por ideias como as de Lombroso (das quais Paulo Egídio é adepto) voltadas para “a hierarquização dos indivíduos e capazes de estabelecer novas estratégias de controle social das populações urbanas” (SALLA e ALVAREZ, 2000:106). Esse enfoque teórico é o que em última análise reduz a importância desse autor para a

história da inserção da Sociologia no Brasil. Ainda assim, o fato de sua argumentação ser firme, logicamente sólida e embasada no que lhe é possível em argumentações e dados, apesar de repousar em um entendimento falho da teoria de Durkheim (op. cit), tornam Paulo Egídio um autor que, se canonicamente menor, ainda é de importância para uma história do pensamento social brasileiro.

É a partir da publicação de *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha que as preocupações que dominam o pensamento intelectual sobre o Brasil de então englobam o já citado evolucionismo e uma vontade de construir uma teoria geral do Brasil. Novamente citando Antônio Cândido:

O desejo de construir uma teoria geral do Brasil no plano social é um progresso, comparado às especulações teóricas que ficaram registradas; mas é de certa forma regresso, comparado à preocupação monográfica (teórica e aplicada) também referida. Assim vemos Oliveira Vianna censurar em Euclides da Cunha o fato de haver ficado demasiado preso a um aspecto limitado da realidade nacional, em lugar de atirar-se a generalizações visando a todo o país (CÂNDIDO, 2006:278)

A reação de Oliveira Vianna é explicada por Cândido como um produto do nacionalismo, gerador de um empenho de “desvendar necessidades e características nacionais com o fim precípuo de servir ao progresso do país” (CÂNDIDO, 2006:279), importando menos o rigor da inferência científica ou o cuidado investigativo do que uma interpretação coerente do país, útil para apontar medidas de ordem político-administrativa.

Este ponto em particular, isto é, o papel atribuído pelos então sociólogos (obviamente não como atualmente se entende o termo e sim sociólogos na medida que se mostram usuários de teorias e métodos afins e/ou propriamente sociológicos) à Sociologia, se entrelaça aos objetivos desta dissertação e por isso será tratado mais adiante; por enquanto, basta a observação que já desde fins do século XIX e início do XX a Sociologia já era imbuída de preocupações além das metodológicas e científicas, pisando em terrenos políticos e culturais.

De fato, o texto de Antônio Cândido que vem sendo extensivamente citado e analisado aqui publicado de 1959 (e redigido em 56), logo salta aos olhos como na controvérsia que é objeto central deste estudo entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos estão também outras questões mais antigas, e como Cândido retoma fundadores a fim de oferecer sua resposta às questões que naquele momento afligiam sociólogos brasileiros. Também se dá destaque ao fato que Antônio Cândido aparenta, nessa passagem e durante todo o texto, alinhar-se com uma visão da Sociologia eminentemente acadêmica e científica, pensando em como a instrumentalização do saber sociológico como ferramenta política e institucional não lhe parecia o melhor uso das possibilidades abertas pela investigação das ciências sociais. Não parece negar a possibilidade de intervenção política a partir de análises sociológicas, conforme citação abaixo, e louva a especialização crescente da disciplina como algo positivo e diminui a importância das chamadas “teorias gerais do Brasil”, tão populares nos idos do século XIX, criticadas por ele. Nas palavras do próprio:

Feita a ressalva, podemos dizer que, partindo das discussões genéricas, da divulgação e das “teorias gerais do Brasil”, a Sociologia se configurou afinal entre nós como disciplina caracterizada, embora sincrética, praticada cada vez mais por especialistas. Hoje é possível a *formação adequada* do sociólogo entre nós, devido à organização do ensino, relativa densidade do meio científico e solicitação crescente da sociedade, em fase de grande progresso técnico e conseqüente racionalização nos setores administrativo, assistencial e de planejamento (CÂNDIDO, 2006:301, grifo nosso)

Percebe-se que a formação generalista dos precursores da sociologia brasileira é deixada de lado, ao longo do tempo, em favor da especialização do conhecimento, possibilitado sobretudo pela criação de instituições de ensino superior voltadas para a sociologia. Até a década de 30 do século XX, não se pode, de fato, falar em uma sociologia nos moldes contemporâneos, ou seja, saber cientificamente guiado por metodologia(s) empírica(s) sediada em instituições de ensino superior, como universidades e centros de pesquisa. Ela resistirá, sobretudo, nas obras de “um pequeno

número de bacharéis, militares, engenheiros, médicos e, em especial, juristas que, a exemplo de Sílvio Romero, produziram *ensaios* de natureza sociológica” (MEUCCI, 2000:23, grifo nosso).

A Sociologia de então já possuía um rol de fatos básicos que lhe competia estudar, alguns pontos de vista elaborados sobre o país e certos critérios explicativos firmes. Deste ponto faltava à Sociologia consolidar-se, o que permitiria sua modernização teórica passando por uma opção metodológica mais empírica e com objetos de estudo focados no presente (CÂNDIDO, 2006:282). Torna-se necessário o *ensino da disciplina*, o que também atende não somente a esses critérios mais acadêmicos e eruditos, como também certas aspirações políticas de grupos que enxergavam na educação um potencial transformador da sociedade brasileira de então. Conforme Meucci (2000) afirma:

Com efeito, neste período, formou-se a idéia de que nosso atraso seria superado pela ação educativa. Tratava-se, pois, de uma consciência do atraso amenizada pela *ilusão ilustrada*, ideologia segundo a qual acreditava-se, a instrução traria todos os benefícios que permitiriam [...] o progresso da sociedade [...] a educação foi entendida como um instrumento de aceleração histórica [...] É notável, a discussão acerca do sistema de ensino assumira, neste período, uma dimensão fundamentalmente política. Ainda depois da revolução de 30 a tarefa de constituição de um novo estado brasileiro privilegiaria a dimensão educacional (MEUCCI, 2000:32)

Esse lugar novo da educação na sociedade brasileira, aspirante à ferramenta efetiva de mudança social, é pano de fundo para o surgimento da Sociologia em espaços de ensino, primeiramente de ensino normal e espaços de formação de professores e posteriormente de ensino universitário e de pós-graduação. Dentro desse momento histórico a Sociologia pode ser vista como beneficiária, visto que o debate sobre a educação e seu papel como instrumento de mudança social, que começa por volta do início do século XX e, no que tange à sociologia brasileira e aos objetivos desta dissertação, a partir da fundação de várias instituições de ensino superior, contribui para trazer o saber cientificamente fundamentado sobre o social (do qual a Sociologia se quer

e é considerada representante) à tona. Portanto, a contribuição esperada pela sociologia nesse contexto é de auxiliar na formação de uma nova tradição cultural oposta à tradição bacharelesca, isto é, excessivamente voltada para a erudição e distante das reflexões sobre problemas sociais que lhe eram temporalmente concorrentes (MEUCCI, 2000:34).

Neste último ponto saltou-se de uma exposição autoral cronológica para uma observação sobre o papel propriamente político da sociologia do início do século XX. Não que após Euclides da Cunha nenhuma contribuição teórica ou metodológica de monta foi feita ao *corpus* teórico da ciência social. Pode-se colocar Gilberto Freyre como outro autor de monta neste momento.

Freyre, no que pese seu “espírito antiacadêmico por excelência, livre das injunções da compartimentação universitária” (CÂNDIDO, 2006:283), contribuiu sobremaneira para a maturidade metodológica e teórica da ciência social no Brasil, em especial no que diz respeito aos seus empréstimos junto à Antropologia cultural, em particular Boas e Wissler, bem como estudos de miscigenação e um olhar para a ecologia humana. Sobre ele diz Antônio Cândido que Freyre fundiu:

(...) fundiu e transfigurou, numa síntese original, como fazem os renovadores, temas que se esboçavam, dissociados e fragmentários [...] papel das etnias constitutivas, mestiçagem, escravidão, família patriarcal, mandonismo, variações regionais etc. Estabeleceu uma correlação amplamente fundamentada entre o regime de propriedade (latifúndio), o de trabalho (escravidão) e o sistema agrícola (monocultura), para sobre ele definir a estrutura e a função da família da camada dominante, como fulcro de toda a organização da sociedade colonial (CÂNDIDO, 2006:283)

Em texto de 1950, Fernando de Azevedo já elenca Freyre, ao lado de Oliveira Viana, como precursor de uma prática sociológica voltada para questões modernas e utilizando métodos e teorias científicas, dando provas “de admirável lucidez [sic] e segurança na aplicação dos métodos sociológicos e antropológicos [...] trazendo contribuições de primeira ordem à compreensão do Brasil” (AZEVEDO, 1950:344). Não cabe aqui questionar o alcance ou os limites das contribuições freyreanas e sim assinalar

que já nos anos 50 Gilberto Freyre era reconhecido como um autor basilar de cuja influência nenhum profissional da área ignorar.

Ainda chama a atenção que ao mesmo tempo que Fernando de Azevedo coloque a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e a Escola de Sociologia e Política como marcos desse fazer sociológico mais propriamente científico, coisa que Antônio Cândido também faz, na seção do seu texto que lida com o papel que a educação tem na consolidação da sociologia contemporânea no Brasil. Particularmente sobre esse assunto, Cândido oferece uma breve linha do tempo que será explicitada na próxima seção. Ambos, contudo, colocam o ano de 1930 como um marco para a prática da sociologia no Brasil em moldes científicos. É notável que já naquele período histórico a construção de um cânone das ciências sociais brasileiras está em curso.

A fim de que se passe à próxima seção, relembre-se que a reforma da educação que se menciona aqui lidava com o ensino de base e o papel da Sociologia neste. Em São Paulo (1933) e no então Distrito Federal (1927), Fernando de Azevedo incluiu a Sociologia no currículo das Escolas Normais e em cursos de aperfeiçoamento e em 1931 Francisco Campos a incluiu em cursos complementares (CÂNDIDO, 2006:284) e também em Pernambuco a Sociologia passou a ser obrigatória nos cursos normais, ali, sob auspício de Gilberto Freyre (FEIJÓ, 2012). A Sociologia passou a ser ensinada no último ano do ensino secundário, sendo referida à época como necessária para a formação básica e continuidade dos estudos, visto que seu conteúdo era exigido em exames de admissão ao ensino superior (op. cit).

Portanto, a necessidade de material didático que auxiliasse no ensino e divulgação da sociologia aumenta, o que leva ao surgimento de vários manuais e livros didáticos voltados para esse público de estudantes da ciência social. Na próxima seção, volta-se o olhar para esses manuais enquanto ferramentas de *normalização científica*, ou seja, instrumentos que divulgam uma ciência (no caso, a sociologia) e a tornam presente em diversos segmentos sociais através das estruturas burocráticas ligadas às funções do sistema escolar.

1.2. Introdução do saber sociológico no território brasileiro: o caso dos manuais e compêndios dos anos 30

A inserção da Sociologia no Brasil possui uma história particular, na medida que consideramos que sua porta de entrada foi não pelas cátedras universitárias e sim pelas escolas Normais (FEIJÓ, 2012; SANTOS, 2017), destinadas à formação de professores, o que certamente torna o crescimento, expansão e compreensão da Sociologia algo diferente do que houve em outros lugares da América Latina, conforme explica Liedke Filho (2003) no seu texto sobre as tendências institucionais e epistemológicas contemporâneas da sociologia brasileira. Nele, é dito que o período da Sociologia de Cátedra inicia-se com o estabelecimento de cátedras de sociologia em faculdades de Filosofia, Direito e Economia em vários países da América Latina, ainda na segunda metade do século XIX.

A fim de estabelecer marcos históricos, utiliza-se aqui em primeiro lugar a datação de Antônio Cândido (2006), que afirma existir dois grandes períodos de consolidação da Sociologia em território brasileiro. O primeiro, de 1880 a 1930 e o segundo, de 1940 em diante. O autor também afirma que o período de 1930 a 1940 é uma fase importante de transição.

No primeiro momento a Sociologia é praticada por intelectuais não-especializados, interessados em interpretar a sociedade brasileira através da formulação de princípios teóricos gerais e no segundo momento, após o período intermediário de penetração da Sociologia no ensino superior e secundário, a Sociologia passa a ser entendida como um instrumento de análise social (CÂNDIDO, 2006). O entendimento sobre a formação histórica da Sociologia nestes moldes é corrente nos estudos sobre a inserção da Sociologia no Brasil, por exemplo, na revisão bibliográfica e discussão sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil operada por Silva e Silva (2012), que se caracteriza por relacionar o surgimento da Sociologia no território brasileiro com a ascensão de certa intelectualidade que, após 1930, ocupava posições políticas na sociedade de então.

Seguindo o entendimento de Cândido (2006) exposto anteriormente, Silva e Silva (2012) não só utilizam extensamente a datação de Cândido, como argumentam em favor de se considerar um período que denominam *intermezzo*, que estaria entre os autores da geração de 1870 e a eclosão do movimento modernista de 1922. Este *intermezzo* é constituído pelas obras de Humberto de Campos Vêras, Jônatas Archanjo da Silveira Serrano, Paulo Setúbal e muitos outros. Afirmam os autores que esses nomes contribuíram para o desenvolvimento de “uma espécie de esboço de um campo cultural que, posteriormente, reforçará a atuação do sociólogo e sua explicação singular da realidade social” (SILVA e SILVA, 2012:100), o que, segundo eles, justifica sua incorporação à linha do tempo das ciências sociais no Brasil como um *intermezzo* e não simplesmente como parte de um grupo ou de outro. Também afirmam que a experiência da instalação da Sociologia no Brasil difere entre São Paulo, para onde afluem muitos acadêmicos estrangeiros e, conseqüentemente, se constrói um padrão de trabalho científico e de desenvolvimento de pesquisas que Florestan Fernandes lidera e é sua figura de proa, e a experiência carioca, ligada à institutos de pesquisa ligados a grupos políticos diversos (SILVA e SILVA, 2012, p. 98).

Outro esforço de datação da penetração das ciências sociais no Brasil, em particular da Sociologia, é o feito por Leidke Filho (2005). Ao focar na história da Sociologia no Brasil, busca analisar “os traços principais das etapas e períodos de sua institucionalização e evolução como disciplina acadêmica” (FILHO, 2005, p. 376), bem como a recepção da tradição europeia e norteamericana e a situação contemporânea da disciplina. Portanto, sua linha do tempo, que parte do período da proclamação da República até o começo dos anos 2000. Ao tratar do período de tempo que Antônio Cândido (op. cit) e Silva e Silva (op. cit) se ocuparam, não oferece uma leitura radicalmente diversa das que foram expostas aqui. Também em sua análise o período anterior à profissionalização da disciplina viu uma prática sociológica diletante, errática, ainda que importante, um embate intelectual sobre a miscigenação racial e suas conseqüências e a questão central da identidade nacional, sua construção e (possível) reforma (FILHO, 2005, p. 378ss).

A profissionalização da Sociologia no Brasil, portanto, se dá tardiamente, na segunda década do século XX, com o estabelecimento do ensino de sociologia nas Escolas Normais, voltadas para a formação de professores (LIEDKE, 2003).

Este período fica marcado pela “proliferação da publicação de manuais para o ensino de sociologia, os quais procuravam divulgar as ideias de cientistas sociais europeus e norte-americanos renomados” (FILHO, 2003b, p. 226), assim como discussões acerca de problemas sociais como urbanização, migrações, analfabetismo e pobreza.

O estabelecimento do ensino formalizado de sociologia em um espaço institucional distinto do que ocorreu em outros países da região latinoamericana e a disseminação do conhecimento sociológico por manuais marcam a especificidade do caso brasileiro, ao menos no que diz respeito à introdução do saber sociológico em solo brasileiro. Conforme Fernando de Azevedo diz:

Ao contrário do que se deu nos países hispano-americanos em que o ensino da sociologia começou, em geral, nas faculdades de Direito (de Ciências Jurídicas e Sociais ou Jurídicas e Políticas), foi pelo Colégio Pedro II e pelas Escolas Normais, do Distrito Federal, de Recife e de São Paulo, que se iniciou no Brasil, penetrando somente em 1933, no ensino superior, pela Escola Livre de Sociologia e Política, e em 1934 e daí por diante, no ensino universitário, com a incorporação do Instituto de Educação à Universidade de São Paulo, e a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, - a primeira que se instalou, no país, com a fundação dessa Universidade. É certo que nas Escolas Normais de São Paulo e em outras de diversos Estados, em que criaram cadeiras dessa disciplina, o ensino da sociologia, entregue, nos começos, a professores em geral improvisados e autodidatas, e, portanto, a divagações mais ou menos literárias sobre doutrinas duvidosas ou já ultrapassadas e as disputações escolásticas, se ressentiu profundamente por largo tempo da falta de especialistas devidamente preparados para esse magistério (AZEVEDO, 1973, p. 320).

Desta forma, é por meio de manuais e compêndios de textos considerados essenciais para o entendimento da ciência sociológica que começa a se estabelecer, ainda no fim do século XIX, uma sociologia (ou um pensar sociológico) feita em solo nacional.

A fim de investigar o processo de institucionalização da sociologia em solo brasileiro, Simone Meucci (2000) fez um levantamento e análise dos primeiros livros didáticos e manuais de Sociologia publicados no Brasil por autores brasileiros, sobretudo a partir do terceiro decênio do século XX, marco temporal onde esse tipo de literatura surge e apresenta crescimento elevado, um ângulo que até o momento era um nicho de pesquisa inédito. Entende a autora que escolher analisar os livros didáticos editados à época permite “identificar o modo como o conhecimento sociológico foi reunido, sistematizado, legitimado” (MEUCCI, 2000, p. 6) visto que livros didáticos como os analisados simultaneamente constroem e difundem o (no caso presente) novo campo científico de conhecimento, cumprindo duas funções: uma pedagógica e uma persuasiva, pois ao mesmo tempo que tornam compreensíveis os procedimentos fundamentais do novo conhecimento, também os defendem contra possíveis questionamentos que possam vir a sofrer (op. cit.).

Dados levantados neste estudo (MEUCCI, 2000) apontam para a escassez de manuais e livros didáticos de Sociologia antes da década de 30 do século XX, especificamente, apenas quatro manuais publicados entre 1900 e 1931. O crescimento da Sociologia brasileira a partir desse momento é atribuído pela autora à introdução da cadeira de Sociologia nos cursos secundários no Rio de Janeiro, Pernambuco e em São Paulo; à criação dos cursos de ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política, na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal; à publicação de várias obras que se tornaram clássicos das ciências sociais no Brasil, como *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda; e, finalmente o surgimento de manuais didáticos, coletâneas de textos e periódicos, todos se constituindo como difusores do conhecimento sociológico em terras brasileiras.

Como exemplo, pode-se ver o estudo de Wanirley Guelfi (2007) sobre os programas de ensino do Colégio Dom Pedro II, tradicional instituição de ensino carioca.

De 1925 a 1942, aquela instituição possuiu três programas que, consecutivamente, instituíram, mantiveram e excluíram a disciplina Sociologia em seu currículo. Ao analisar estes programas, o autor conclui:

Buscando identificar a especificidade da Sociologia, verificam-se, nos manuais didáticos da década de 30, citados nas referências bibliográficas, as dificuldades existentes em conceituar o que é, qual o seu objeto de estudo e metodologia de pesquisa. Constata-se uma consciência sobre a Sociologia como uma ciência em construção e a ênfase, apesar das polêmicas, em situá-la como um conjunto de conhecimentos específicos, entre as Ciências Humanas. Identificam-se também dificuldades em conceituar a disciplina. (GUELF, 2007, p. 16)

Percebe-se que ao menos até a década de 30 do século XX, não havia abundância de manuais ou compêndios que pudessem auxiliar a formação de um programa escolar de ensino de Sociologia para o secundário, o que, em conjunto com as observações de Meucci (2000), consolida a afirmação que coloca a Sociologia, enquanto *saber científico advindo de instituições de ensino e pesquisa nos moldes institucionais modernos*, como universidades, faculdades e centros de pesquisa, como algo que consolida-se no Brasil apenas no século XX, o que diferencia o Brasil de outros países da região latinoamericana. Portanto, pode-se afirmar que a Sociologia enquanto disciplina acadêmica e prática científica institucionalizada tem sua marcação histórica delimitada no período citado acima.

Em um estudo que também analisa manuais de Sociologia, semelhante ao estudo de Meucci (2000) mencionado acima, porém analisando a produção atual voltada para o Ensino Médio, Sarandy (2004) afirma que, ao contrário dos tempos atuais, as décadas de 30 a 50 concentram uma discussão sobre o papel da Sociologia e seu ensino. Ao discorrer sobre as possíveis razões de o cenário atual não ter se mantido desta forma, ele propõe:

É que nestas [décadas de 30 a 50] a prática científica de nossos intelectuais estava “organicamente” ligada à escola e aos institutos de formação de professores. É natural, portanto, que o

debate sobre a sociologia no segundo grau tenha ocupado um lugar central, já que nesse período a sociologia começou a ser inserida nas escolas normais e as faculdades de filosofia iniciaram as suas atividades. O que nos leva a perguntar por que o mesmo processo não se tem verificado desde a retomada da campanha pela re-inserção da sociologia no ensino médio a partir da década de 1980 (SARANDY, 2004, p. 130).

Além disso, Sarandy afirma que os contextos autoritários que permearam a história recente da sociedade brasileira, Estado Novo e Regime Militar, isolaram o debate interno à Sociologia sobre seu ensino, tanto nos níveis médio quanto superior (SARANDY, 2004, p. 131), o que certamente é um fator importante a ser considerado na seção seguinte, onde se digressará sobre o debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, ocorrido na década de 50 do século passado e cujas consequências ainda hoje estão presentes nas formas institucionais e culturais que a sociologia toma, em particular nos círculos universitários e instituições de ensino em geral.

Esse insulamento também possui consequências na apresentação da Sociologia em manuais e livros didáticos atuais. Relembrando que estes livros possuem uma função propagadora de “ciência normal” nos termos kuhnianos, cita-se aqui novamente Sarandy, a fim de mostrar que apesar de algumas divergências na abordagem, os manuais sociológicos atuais possuem várias confluências:

O que nós temos é uma “leitura autorizada” de alguns conceitos dos autores tidos por clássicos pela comunidade dos cientistas sociais brasileiros, das noções mais ou menos consensuais, e o tratamento de algumas temáticas também consideradas como fundamentais ou mais significativas, especialmente para a compreensão da sociedade brasileira, como educação, desigualdade social, racismo, violência e movimentos sociais, segundo a agenda científica e política estabelecida. É interessante notar como os manuais são convergentes nesse ponto: todos elegem Marx, Dürkheim e Weber como os “pais fundadores” da disciplina – e, portanto, suas idéias como as mais importantes para o entendimento do aluno –, do mesmo modo que reproduzem a hierarquia aparentemente predominante também no

ensino superior entre os três autores, onde prevalece a leitura de Marx, Weber e Dürkheim. Aliás, a própria idéia de clássico em nenhum momento é colocada em dúvida no processo de elaboração dos manuais, considerando que neles os autores referidos são efetivamente nomeados clássicos (SARANDY, 2004, p. 122)

Pensa-se que se por um lado esse consenso seja o esperado dentro de uma disciplina que constantemente dialoga entre suas várias correntes de pensamento internas durante sua história, essa realidade pode apontar para uma certa uniformização do papel da sociologia e do professor de sociologia no âmbito escolar. Mesmo esta não sendo a discussão que se pretende apresentar na presente dissertação, considera-se importante salientar que a pesquisa sobre livros didáticos pode ter outras aplicações além dos domínios de uma sociologia da educação e/ou do currículo escolar. O próprio Sarandy julga que esse fato aponta para uma certa “hierarquização dos autores” (op. cit), o que interessa para esta dissertação na medida em que se possa tomar essa hierarquia e esse consenso como reflexos do processo histórico e cultural de consolidação da disciplina dentro do espaço acadêmico brasileiro, em particular após a década de 30 do século XX. Portanto, afirma o autor que, ao menos do ponto de vista pedagógico, os manuais didáticos que ele analisa:

(...) expressam a falta de tradição nas ciências sociais de pesquisas e reflexões sobre ensino da própria disciplina e do ponto de vista do conteúdo, a sociologia que é apresentada pelos manuais do ensino médio não difere tanto dos currículos e da agenda acadêmica, com a exceção do fato de predominar uma matriz teórica marxista na maioria deles. (SARANDY, 2004, p. 124)

A citação acima corrobora a hipótese que, ao considerar os manuais didáticos como exemplares da ciência normal kuhniana, fornece um caminho para se entender os mesmos como *veículos de um discurso sociológico sobre a própria Sociologia* (MEUCCI, 2000; SARANDY, 2004), logo, indicativos do estado da arte da ciência sociológica de sua época. Vale salientar que os vínculos da sociologia e o *ensino* da sociologia são estabelecidos desde o surgimento do que pode ser chamado de pensar sociológico sobre

o país, como procurou-se apontar nesta seção. Portanto, ao traçar o itinerário da disciplina e como ela passou a ser um saber *disciplinado e moderno* é essencial que se reconheça tanto a particularidade do caso brasileiro quanto que a origem desta particularidade se dá por este transplante da sociologia pela via do ensino não-universitário. Frisa-se este fato pois mais à frente observações sobre o papel do ensino de sociologia surgirão em um debate sobre os rumos e destinos da educação pública que é uma bandeira de luta política de Florestan Fernandes no mesmo período que este contendia com Guerreiro Ramos visando a consolidação e legitimação da sociologia enquanto saber especificamente científico.

Portanto, o ensino de sociologia não era visto como uma preocupação acessória¹ por ao menos um dos dois polos discursivos (que para fins analíticos são postos como o par “Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos” ou “sociologia paulista e sociologia carioca”) que são postos no presente texto. Com isso segue-se que o estudo das formas de penetração e disseminação do conhecimento sociológico, bem como outros que poderiam ser classificados como uma *sociologia da educação* ou *sociologia do ensino de sociologia* tem lugar dentro do rol de áreas e temas de pesquisa que integram o pensamento social brasileiro. Não se tenha a impressão que esta seção cumpre um papel avulso na presente dissertação, ainda que não seja central; é necessário compreender a origem para se compreender o desenrolar.

¹ Mais sobre isto na seção 4.2 do presente texto.

1.3. Aspectos sociopolíticos da institucionalização da sociologia no Brasil

Sobre o contexto social e político de produção destes materiais de ensino se faz necessário certo recuo na exposição. Embora breve, é necessário que esse contexto seja delineado e afirmado a fim de situar as transformações no campo das ideias e práticas educacionais brasileiras com as questões e causalidades socioeconômicas que, sempre importantes, muitas vezes passam despercebidas nesse tipo de exposição sobre as origens históricas da sociologia brasileira. Ainda que não se possa dizer que tal exposição se constitui no cerne da pesquisa, tampouco é considerada como um acessório conceitual desta.

É possível conhecer as características das ciências sociais, enquanto *corpus* teórico e prático, a partir do estudo das condições econômicas, sociais, políticas e históricas da sociedade onde são elaboradas; sua criação, organização e objetivos de instituições estabelecidas e/ou outorgadas com a legitimidade de produzir e, mais importante para o caso brasileiro, transmitir conhecimento tido por legítimo, em suma, de fazer *sociologia* (VILLAS BÔAS, 2007:24). Essas características, portanto, podem ser consideradas, até certo ponto, como contingentes à dada sociedade. É por isso que se fala no título desta subseção em sociologia *do Brasil*.

Tendo como pano de fundo histórico a constituição e persistência espaço-temporal de uma minoria letrada, aliada à pouca presença de escolas superiores no país, situação que só viu mudança a partir dos anos 30 do século XX; em conjunto com a circulação de ideias importadas da Europa (e devidamente ressignificadas em vários casos, em especial no que diz respeito à questão racial) que já foi discutida acima; o estreito relacionamento entre a elite letrada formada nas capitais e no exterior da Colônia (e depois do Império) e pessoas dos círculos econômicos dominantes — cafeicultores, senhores de engenho e comerciantes, muitas vezes de parentesco; pode-se afirmar que a Sociologia aparece entre nós enquanto saber elitizado que, embora ligado às camadas econômicas dominantes, não necessariamente se vê coagida a seguir suas tendências tradicionalistas e conservadoras (NOGUEIRA, 1981).

Desde fins do século XVIII a porção letrada deste estamento dominante, influenciados pela maçonaria, o enciclopedismo e, mais tarde no século XIX, o anticlericalismo e a tendência à secularização acompanhada pelo evolucionismo (as influências de Le Play no Sílvio Romero tardio, por exemplo, ou os recursos à craniometria de Broca de Lívio de Castro), ao se tornar o estamento que encampa o saber científico sobre a vida social, marca a Sociologia como um saber aspirante à instrumento político de intervenção pública sobre os problemas percebidos por esta como obstáculos à modernização do país (op. cit). Percebe-se que temas de investigação (que se pretendia) científica e anseios políticos de determinadas camadas da população brasileira, em especial a do século XIX, imbricam-se na obra de vários pioneiros da disciplina citados acima, como Oliveira Vianna e Sílvio Romero.

A título de exemplo desses anseios classistas e o saber científico operacionalizado por elas, abre-se um parêntese. A questão da construção da identidade nacional passava, à época de Vianna e Romero, pela questão da *miscigenação*, ou o que eventualmente chama-se de “questão do negro”, isto é, qual o papel da pessoa negra na construção do Brasil moderno? Para a elite intelectual brasileira de fins do século XIX, esse papel era, no mínimo, indesejado e, se possível, totalmente descartável. Perdigão Malheiro, jurista e historiador da época, escreve:

Houve já quem se lembrasse da introdução de negros livres. Basta, porém, o elemento que existe entre nós; fiquem eles na África, que bem precisa, e tal parece ter sido o seu destino. Falou-se em coolies (*caulis*) ou índios da Ásia; porém índios também temos nós [...]. É outra a raça que devemos preferir. Convém insistir na imigração da raça Européia (MALHEIRO, 1976, pp. 140-1 apud SEYFERTH, 2002).

Explica Seyferth que na obra de Sílvio Romero a história do Brasil é a história de mestiçagem entre as três “raças”: branca, negra e indígena e que ele imagina que, a longo prazo, alguma forma de seletividade ocorreria e as características da raça branca, que ele considerava a raça “forte”, prevaleceriam. Segundo a própria:

[...] tem amalgamado os elementos que a formaram e tende a fundi-los cada vez mais intensamente. Com a extinção do tráfico de africanos, o gradual desaparecimento dos índios e a constante entrada de europeus, poderá a vir predominar no futuro, ao que se pode supor, a feição branca em nosso mestiçamento fundamental inegável (ROMERO, 1949, I, p. 282 apud SEYFERTH, 2002).

Ainda que colocasse sua esperança em um futuro embranquecido, Romero não via o que chamava de mestiçagem com bons olhos. Baseava-se, também, nos estudos craniométricos de Broca e afirmava que era desejável que, pela via migratória, ou seja, pela introdução do imigrante europeu, branco, o migrante se assimilasse à sociedade brasileira e assim, de alguma forma, a tornasse algo positiva (SEYFERTH, 2002). As divergências entre Romero e Nina Rodrigues se dão notoriamente na questão da miscigenação; Romero a via como um fator de mudança positiva para a realidade nacional e Rodrigues não compartilhava da mesma visão.

A visão de Romero, tomado aqui mais como representante de certo pensamento do que como intelectual isolado de seu contexto sóciohistórico, pode ser resumida pelas palavras de Skidmore (2012):

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes pelo uso dos eufemismos raças “mais adiantadas” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição, juntavam-se mais duas: Primeiro – a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros [...]. (SKIDMORE, 2012, p. 81)

O discurso colonial, conforme aponta Catoia (2018), ao colocar a Europa e os europeus como o centro da civilização, esta já sendo tomada como acabada e exclusivamente europeia, fundamenta ideologicamente o processo desumanizador colonialista, também no Brasil. E o que se segue a esse processo é, dentre outras coisas,

a desvalorização de qualquer objeto, traço físico ou cultural considerado negro². Daí é possível entender que a discussão de Silvio Romero, Nina Rodrigues e outros, dizia respeito primariamente à anseios sociais relacionados à sobrevivência de um modo de produção baseado em trabalho escravo em uma nação em processo de modernização.

É notável que o uso de saberes científicos como forma de legitimar desigualdades sociais de caráter estrutural não para no século XIX. Oferece-se o excursus acima a título de exemplo da mobilização, por parte de setores da sociedade brasileira, de saberes científicos, que incluem seus objetos de estudo e abordagens metodológicas, e como essa mobilização atende a determinados interesses classistas.

Voltando à exposição principal: não se pode cometer o equívoco de afirmar que em nome de legitimar suas ideias para a sociedade brasileira, uma parcela da elite tenha total e incondicionalmente apoiado a institucionalização da Sociologia e, em particular, sua autonomia. Não em fins do século XIX e início do século XX.

Essa restrição dos núcleos de criação intelectual espontânea na sociedade brasileira do século XIX também conta com outros fatores, como quer Florestan Fernandes (1976), ao comentar sobre o período; o interesse da camada dominante brasileira se dirigia fundamentalmente para a formação e manutenção de uma elite *administrativa da burocracia pública* e do corpo político que a sustentasse (as ligações afetivas e de apadrinhamento entre essa camada letrada e senhores de engenho e outros detentores de poder econômico também devem ser consideradas aqui); a forma de reprodução dessa elite administrativa (redes de parentesco e compadrio) tornava-os presos à “uma teia de determinações que projetavam suas atividades no âmago das forças de conservantismo sócio-cultural” (FERNANDES, 1976:19); a cultura local que valorizava mais *status* e prestígio social de quem emitia uma ideia do que a aplicabilidade desta mesma ideia, limitados como estava o horizonte intelectual “dos que estavam em condições de tomar decisões e de influir pessoalmente na área política” (idem). Guerreiro Ramos também afirma que o que chama de consciência crítica, vista por ele como condição necessária para uma ciência nacional, só pode surgir como reflexo de

² O controle da população negra no Brasil se estende até mesmo aos seus próprios corpos, como a própria Catoia (2018) aponta no seu estudo sobre a circunscrição do negro em várias instâncias do Código Penal brasileiro do século XIX.

condições objetivas em dada sociedade, e que, no Brasil, essas condições consistem principalmente em um “conjunto de transformações da infra-estrutura que levam o país à superação do caráter reflexo de sua economia (...) o imperativo do desenvolvimento suscitou a consciência crítica” (RAMOS, 1965:58), sendo o vínculo entre pensamento e condições materiais algo pensado e assumido por ambos os autores como um fato empírico.

Desta forma, é somente com o fim do sistema escravista e todas as mudanças estruturais que lhe são subsequentes que se pode começar a assentar de modo permanente um estudo cientificamente orientado da sociedade. Destas mudanças estruturais, pontua-se a imigração de europeus³ e asiáticos como parte de um projeto (quão realizado foi este projeto não cabe discutir aqui) de embranquecimento da população e de substituição de mão-de-obra, o crescimento dos centros urbanos (em especial Rio de Janeiro e São Paulo) e a industrialização nascente (que prossegue século XX adentro e também deve ser pensada como fator na institucionalização da própria sociologia de modo mais direto, pois além de sua extensão temporal sua existência demanda mão-de-obra que o velho sistema escravista não poderia fornecer).

A criação de cursos de ensino superior nos quais se ensina sociologia não é exclusiva do século XX. Já no século XIX há iniciativas como as aulas de Sociologia ministradas por Leovigildo Filgueiras em 1891 na Faculdade de Direito da Bahia e os dois cursos livres de Sociologia ofertados por Egídio de Oliveira Carvalho em São Paulo (NOGUEIRA, 1981:193), além das inserções do ensino da disciplina nas Escolas Normais que constituem sua porta de entrada, conforme já discutido acima. Novamente, são iniciativas importantes, ainda que pontuais, para o estabelecimento de um saber sociológico propriamente dito em solo brasileiro.

É neste momento histórico, ou seja, as décadas de vinte e trinta do século XX, que a preocupação com os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade agrária tomam a frente das convulsões sociais da época. Formação de partidos políticos de base (inclusive de esquerda, como o PCB em 1922), as quarteladas,

³ A título de exemplo, o Brasil recebeu 80% de toda a migração portuguesa no período de 1855 a 1914. O quadro passou a mudar apenas nos idos dos anos 50, quando o movimento migratório passou para países africanos e a França. Mais detalhes ver Klein (1993).

a crescente força política da classe média no cenário nacional; tudo isso demandava respostas que os sociólogos do período procuravam oferecer (IANNI, 1989). Vale também lembrar que a Semana de Arte Moderna ocorre em 1922, a Coluna Prestes se dá de 1925 a 1927 e a revolução de 1930, que depôs Washington Luís e o regime oligárquico de então, substituindo-o por uma aliança de classes urbanas e rurais sob chefia de Getúlio Vargas (op. cit.).

A década de trinta também vê a publicação de obras basilares do pensamento social nacional, como *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Casa-grande e Senzala* de Gilberto Freyre.

É bastante sintomático que a fundação de vários cursos superiores específicos de sociologia se dê a partir dos anos 30 do século XX, com a fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro em 1935, visto que nos anos 30 o processo de industrialização e formação de uma camada socioeconômica predisposta financeira e culturalmente à ingressar em uma universidade já estava estabelecida (senão totalmente ao menos em parte considerável) em solo brasileiro. Octávio Ianni também coloca o pós-45 no Brasil que marca o fim da Segunda Guerra Mundial e o fim da ditadura varguista, o que inspira a restauração da democracia no Brasil, ainda que, afirma o autor, a influência do imperialismo norte-americano se fizesse presente (IANNI, 1989:14-15). Contudo o autor enfatiza os aspectos nacionais ao discutir o que chama de crise de transição de um estado agrário para um estado cuja economia é majoritariamente industrial:

A progressiva diferenciação interna do sistema socioeconômico, devido à expansão do setor industrial e do terciário, modificou substancialmente a estrutura e a hierarquia das classes sociais. Antes de 1930, a burguesia agrária, associada à comercial e à financeira, controlava o poder político. Sob a aparência forma da democracia representativa, vigorava um regime de tipo oligárquico [...] Desde 1930, no entanto, a composição de classes no poder começou a alterar-se. Surgiu naquela época uma aliança de classes sociais urbanas [...] Pouco a pouco, a burguesia industrial [...] pôde impor-se às outras classes (IANNI, 1989:19)

O desenvolvimento econômico do Brasil, as causas do seu “atraso” e possíveis soluções para o impasse do país aspirante a potência industrial é um pano de fundo importante em várias obras da Sociologia brasileira antes e depois de 1945. Como já pontuado acima, o papel da educação era visto como primordial a fim de superar o percebido “atraso” brasileiro (sempre em relação à Europa e aos Estados Unidos da América). Porém, pode-se dizer que a derrota da oligarquia paulista em 1930 foi o indício do retorno às raízes patrimoniais. Desse modo, o Estado brasileiro representou o perfil ibérico que se impunha à sociedade civil. Em outros termos, a expansão da hegemonia cafeeira (1889-1930) teria conduzido o país a um desenvolvimento ocidental (moderno), isto é, em direção à instauração da democracia representativa e da livre iniciativa econômica, contudo, com a Revolução de 1930, se instalou um Estado autoritário, que interrompeu o avanço do setor agroexportador, passando a conduzir o país por meio do modelo de desenvolvimento oriental (BRITO, 2016:163ss).

Aliado à exposição breve dos fatores socioeconômicos que dão o fundamento material à expansão e consolidação da sociologia enquanto disciplina científica e também discurso *sobre* o social, uma ferramenta peculiar auxiliar da grande ressignificação dos dilemas intelectuais e políticos do século XIX, nomeados como a “questão do negro”, o papel do Estado brasileiro diante do comércio mundial, seus problemas econômicos estruturais relativos à rede de infraestrutura, agrária e outras; em suma, é este contexto socioeconômico o que permeia a produção sociológica brasileira desde a fundação da USP e suas congêneres.

CAPÍTULO DOIS

2.1 Uma ciência, duas institucionalizações: as escolas carioca e paulista de sociologia e suas origens sócio-históricas

Conforme dito na Introdução da presente dissertação, a polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos que ocorre nos anos 50 e que marca a história da sociologia brasileira é tomada como um marco entre duas formas divergentes de se compreender o papel da ciência (social) diante da sociedade brasileira e qual deveria ser a forma que esta ciência deveria tomar também em sua especificidade epistemológica. A partir daqui serão apresentadas as origens sócio-históricas do debate citado, a fim de melhor contextualizar o leitor.

O objetivo desta seção é inserir o debate como um desdobramento de duas formas diversas de institucionalização da ciência social brasileira, a fim de demonstrar que o debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos não ocorre em um vácuo temporal, e sim é fruto de formas distintas de institucionalização universitária, o que inclui seu financiamento, seu posicionamento perante os vários grupos que detém poder na sociedade brasileira de então e qual ou quais posições epistemológicas essas universidades adotarão conforme seus processos de institucionalização se processam.

Esclarece Bariani (2006) que no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, Guerreiro Ramos, enquanto presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, apresentou sete recomendações sobre o trabalho sociológico em terras brasileiras, citadas abaixo:

- 1a – As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;
- 2a – A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao

propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;
 3a – No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4a – No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5a – O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6a – É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7a – Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações (RAMOS, 1957, p. 77-78).

Apesar de sua rejeição, essas recomendações ensejaram um grande debate, incitado pelo próprio Ramos, na sua *Cartilha brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, publicada em 1954 e republicada em 57 em *Introdução Crítica à Sociologia*. As

recomendações acima dizem respeito a certas preocupações de Guerreiro Ramos sobre os rumos da sociologia brasileira de então.

Afirma o sociólogo baiano na *Cartilha* que as categorias de análise e os instrumentais metodológicos dos cientistas sociais deveriam conformar-se ao nível médio de suas populações. Como explica Costa (2009):

Ou seja, as teorias, métodos, processos e técnicas de pesquisa constituiriam uma decorrência direta de seu meio social específico em um dado momento histórico, emergindo como uma forma de tomada de consciência ideológica da situação. Seriam, portanto, muito tênues as fronteiras entre ciência e ideologia em Guerreiro Ramos (COSTA, 2009:164)

Este posicionamento se inscreve dentro das preocupações de Ramos sobre os rumos que a Sociologia no Brasil de então. Preocupava-lhe a viabilidade das pesquisas sociais nas condições socioeconômicas muitas vezes precárias e por isso o item 3 das suas recomendações pregava adequar pesquisas à “disponibilidade de renda nacional” e também a recomendação de se abster de pesquisas sobre as “minudências” do social está relacionada à preocupações eminentemente práticas que dizem respeito ao papel enxergado por Guerreiro Ramos para o trabalho da sociologia nacional (BARIANI, 2003:11).

Como dito na própria *Cartilha*, Guerreiro Ramos pensava que a sociologia brasileira deveria se ocupar com o que hoje se chamaria de análises macrosociológicas: interpretações e pesquisas sobre o Brasil que abarcassem o maior número de dados possíveis segundo metodologias e técnicas de pesquisa desenvolvidas *localmente*, em oposição à transplantação de temas, objetos e métodos estrangeiros a fim de compreender a realidade nacional. Comenta Bariani (2006) que:

Para Guerreiro Ramos a nossa formação econômica, política e social dependente foi erigida sob as hostes do colonialismo cultural, da subordinação mental da elite nativa em relação à cultura dos países dominantes. A visão etnocêntrica ancorada na cultura européia e norte-americana teria disseminado entre nós uma concepção alienada da “realidade nacional”,

homogeneizadora e propagadora de um universalismo abstrato que relegava a especificidade do “fenômeno nacional”. Essa visão alienadora, segundo ele, tentava solapar as contradições da sociedade brasileira, desconsiderando a originalidade da estrutura social, tomando-a como simples reflexo, imitação vil das determinações reinantes nos países de capitalismo central, avançado. Tal modalidade de pensamento intentava uniformizar o diferente, apagar os antagonismos, isolar o estranho, abafar o ruído, sincronizar os tempos históricos. A vivência nacional, situada numa outra fase cultural, reclamava fidelidade à sua própria temporalidade, sua condição de “contemporaneidade do não-coetâneo” instaurava uma existência cultural própria e requisitava uma dialética específica (BARIANI, 2006:87).

Essas preocupações se inserem, no contexto da história da ciência sociológica no Brasil, no grande debate sobre modernização nacional, do qual destaca-se aqui o que academicamente se reflete em um movimento de renovação epistemológica. Liedke Filho (2005) afirma que, à sombra das preocupações sobre as possibilidades de um desenvolvimento democrático, urbano-industrial e moderno da sociedade brasileira, surgiram duas propostas para a Sociologia: uma “Sociologia Científica” e uma “Sociologia Autêntica” (ou Nacional), respectivamente representados nas figuras de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.

É preciso ter em mente que a discussão sobre a Teoria da Modernização tem grande força aqui. Essa teoria concebe o processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna. Onde essa transição não é completa, tem-se uma *sociedade dual* (LIEDKE FILHO, 2005), conforme a linguagem teórica corrente da época. Essa teoria teve grande influência durante a segunda metade do século XX. A fim de situar o leitor contemporâneo nesse assunto que desde então já passou por várias reformulações, críticas e reconstruções, transcreve-se uma crítica oferecida à época por Rodolfo Stavenhagen (1969):

A “sociedade arcaica” seria caracterizada por relações de tipo essencialmente familiar e pessoal,

por instituições tradicionais (o compadrio, certas formas de trabalho coletivo, de dominação personalista e de clientela política, etc.), por uma estratificação social rígida de status adscritos (isto é, em que a posição do indivíduo na escala social está determinada desde o nascimento, com poucas possibilidades de mudança durante a vida), e por normas e valores que exaltam, ou, quando menos, aceitam, o status quo, os estilos de vida herdados dos antepassados, e que constituem obstáculo ao pensamento econômico “racional”. A sociedade “moderna”, pelo contrário, consistiria em relações sociais do tipo que os sociólogos chamam de “secundárias”, determinadas pelas ações interpessoais destinadas a fins racionais e utilitários; de instituições funcionais, de estratificação social pouco rígida (isto é, com mobilidade social) em que abundam os status adquiridos por meio do esforço pessoal e determinados, seja por índices quantitativos (como o são o nível de renda ou o grau educacional), seja por funções sociais (como a ocupação). Na “sociedade moderna”, as normas e os valores das pessoas tendem a orientar-se para a mudança, o progresso, as inovações e a racionalidade econômica (a saber, o cálculo de maiores lucros com menores custos) [...] Primeiro, porque os dois pólos são o resultado de um único processo histórico e, segundo, porque as relações mútuas que mantêm entre si as regiões e grupos “arcaicos” ou “feudais” e os “modernos” ou “capitalistas” representam o funcionamento de uma única sociedade global da qual ambos os pólos são parte integrante (STAVENHAGEN, 1969, p. 122-123).

Miriam Cardoso (2005) afirma que a teoria da modernização deve ser entendida como uma confluência de três fontes: parte de um esforço intelectual para produzir uma teoria geral da sociedade; como um resultado da busca para garantir determinados objetivos de segurança nacional no contexto da Guerra Fria (a autora pensa na obra de sociólogos funcionalistas norte-americanos filiados à tradição parsoniana) e como parte das demandas capitalistas globais do pós-guerra. De fato, a aproximação entre pesquisas em ciências sociais e esforços políticos determinados (tanto os relacionados à defesa nacional, no caso norte-americano, quanto relacionados às questões de

desenvolvimento econômico nacional e regional, como no Brasil) é algo amplamente conhecido dentro da história da ciência social.

A razão para a produção de Ramos, e por extensão a produção do que será chamado aqui de *escola carioca de sociologia*, possuir como uma das suas características marcantes a preocupação com a construção epistemológica do fazer sociológico que não fosse centrada na produção estrangeira, pode ser encontrada na própria origem desses polos de produção científica.

Diferentemente de São Paulo onde a pesquisa sociológica está centralizada na universidade, e uma universidade subsidiada por setores privados da sociedade paulista (MICELI, 1987), as instituições de pesquisa cariocas são ligadas de modo geral a instâncias governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1938; o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (INEP), fundado em 1953. Vale mencionar a Faculdade Nacional de Filosofia, fundada em 1939 e ligada à Universidade do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas, fundada em 1944.

Note-se também que o caráter fragmentado das instituições brasileiras de ensino superior recebeu várias críticas desde a era imperial (PAULA, 2002). Logo após a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, por exemplo, um relatório do primeiro reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, afirma que:

Não errarei afirmando, pois, que, a Universidade do Rio de Janeiro está apenas criada *in nomine*, e, por esta circunstância, se acha, ainda, longe de satisfazer o *desideratum* do seu regimento: estimular a cultura das ciências; estreitar, entre os professores os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino. Constituída pela agregação das três Faculdades preexistentes, de Engenharia, de Medicina e de Direito, do Rio de Janeiro, nem ao menos têm elas a sua localização comum ou próxima; vivem apartados e como alheios uns dos outros os três institutos que a compõem, sem laço de ligação além do Conselho Universitário, cujos membros procedem das três Faculdades (GALVÃO apud NAGLE, 1974, grifos no original)

Maria de Lourdes Fávero (1977) informa ainda que a fundação da Universidade teria ocorrido principalmente em função dos preparativos necessários à visita do rei belga Alberto I, ao qual seria concedido um título de doutor *honoris causa*, coisa que só pode ser feita por uma instituição universitária (ANTUNHA, 1974 apud FÁVERO, 1977) e que o fato teve pouca repercussão à época. Já nos anos 70, em retrospecto, Fernando de Azevedo dirá que nessa época a Universidade existia porém “só no papel. Ela foi criada pelo Presidente Epitácio Pessoa, para *numa demonstração de ‘status’ cultural*, receber o rei Alberto da Bélgica” (AZEVEDO, 1973 apud FÁVERO, 1977, grifo nosso).

A observação de Azevedo não é isolada. Sérgio Miceli acrescenta a isso que no Rio de Janeiro “o vigor institucional e intelectual das ciências sociais esteve via de regra ancorado em iniciativas assumidas ou encampadas por setores políticos e governamentais influentes” (MICELI, 1987:8), com a maioria dos praticantes de ciências sociais cariocas advinda das elites políticas e culturais da então capital do país. O relacionamento entre as instâncias políticas locais e o corpo de cientistas e técnicos das duas universidades é um elemento importante para a compreensão da produção científica desses dois centros. É óbvio que não há um único fator que, acima de todos os outros, concorra para o estabelecimento desta ou daquela visão de ciência social (e consequentemente desta ou aquela prática científica), conforme o próprio Miceli (1987) diz, porém, o imbricamento entre o campo político e o campo intelectual em uma sociedade de tipo moderno é conhecido e relevante para a análise social. Em resumo, na capital federal do país:

[...] as ciências e os cientistas sociais se desenvolvem em intimidade social e institucional com a política, ora sendo as instituições de abrigo órgãos da máquina governamental, ora constituindo as frentes de combate doutrinário a serviço de lideranças disputando espaço na arena política. Em São Paulo, os cientistas sociais se moviam a distância das lutas acadêmicas e políticas que giravam em torno da Faculdade de Direito ao longo do Estado Novo (MICELI, 1987:12)

Maria de Fátima Paula (2002) identifica na gênese das universidades públicas brasileiras, em particular nos casos paulista e carioca, a influência de duas concepções

sobre o papel social da universidade: uma de origem alemã e outra de origem francesa. Para ela, a Universidade de São Paulo (USP) sofre a influência da forma alemã de gerência e visão universitárias, enquanto a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi estabelecida segundo uma visão francesa do que deve ser uma universidade e seu papel social.

A URJ, criada em 1920, formou-se a partir do agrupamento das instituições de ensino superior que até então funcionavam no Rio de Janeiro: a Faculdade de Medicina, oriunda dos cursos da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Hospital Militar do Rio de Janeiro, criado, por carta régia, em 1808; a Escola Politécnica, fundada em 1874 a partir dos cursos da Academia Real Militar, existente desde 1810; e a Faculdade de Direito, criada como resultado da fusão, em 1920, da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais com a Faculdade Livre de Direito, ambas fundadas em 1891 (FÁVERO, 1977; PAULA, 2002). Essa junção não significou uma aproximação entre as diversas Faculdades, nem física e nem intelectual.

De fato, esse espírito anti-universitário “era acentuado pelo distanciamento físico e isolamento existente entre as escolas que constituíam a universidade, não havendo qualquer inter-relação entre elas” (PAULA, 2002:155). A reorganização da URJ para transformá-la em Universidade do Brasil foi uma prioridade da gestão Capanema na era Vargas. O ministro Capanema, da pasta de Educação e Saúde, valorizava o preparo das elites em detrimento da educação das massas (op. cit) e nisso as universidades do Rio e São Paulo tem algo em comum: a postura elitista que norteou suas fundações. São Paulo, por motivos mais à frente explicados, desvencilhou-se desse projeto.

A concepção organizacional posta em prática no Rio de Janeiro, com suas escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e centralização estatal, se aproxima do modelo napoleônico de universidade. Após os eventos da Revolução Francesa, o ensino superior francês foi totalmente reformulado, permanecendo somente alguns estabelecimentos como o Colégio da França e o Jardim do Rei, agora rebatizado de Museu da História Natural. Por quase cem anos (1793-1896), o ensino superior francês era nada mais que um conjunto de escolas autárquicas. Dessa forma:

O ensino superior francês da primeira metade do século XIX apresenta uma grande singularidade em relação a todos os outros países europeus, na medida em que Napoleão aboliu as universidades pela Convenção do dia 15 de setembro de 1793. As universidades eram mal vistas pelos revolucionários franceses devido ao espírito corporativo quase medieval nelas existente e à ênfase na cultura clássica, que impedia a entrada das ciências experimentais e do enciclopedismo. Em síntese, a universidade francesa era vista como um “aparelho ideológico do Antigo Regime”. [...] Entre 1806 e 1808, Napoleão implantou um amplo monopólio educacional, procurando *unificar politicamente e uniformizar culturalmente* a França Republicana (PAULA, 2002:156, grifo nosso)

Mesmo na Terceira República, em 1896, que viu uma outra reorganização educacional, com a criação de um *corpus* de faculdades autárquicas e finalmente de universidades, certas Escolas não se uniram em uma universidade como a Politécnica (formação de quadros técnicos), a Normal Superior (formação de educadores) ou o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) (RIBEIRO, 1975), o que gerou uma hierarquia entre as diversas instâncias de ensino superior francesas. No Rio de Janeiro quadro semelhante se deu quando da formação e primeiras décadas de funcionamento da Universidade do Rio de Janeiro — inclusive com a formação de vários centros de pesquisa extra ou para-universitários, alguns já citados acima.

A centralização governamental, outra marca do modelo francês, também pode ser verificada no caso carioca., a partir da reforma de Francisco Campos, efetuada em 1930, que, ao contrário das reformas francesas da Terceira República, possibilitaram uma aproximação entre intelectuais (que atuavam dentro e fora da Academia), Estado e Igreja Católica que desde a proclamação da República fincou sua influência no sistema de ensino brasileiro como forma de contrabalancear a laicização do Estado, redefinindo suas bases institucionais na nação brasileira. Esse investimento na educação permitiu que a igreja católica se tornasse a principal agência mantenedora de escolas secundárias no país, claramente apontando para a força do suporte institucional e ideológico da religião católica no Brasil de então (MEUCCI, 2000:68). No regime Vargas, apesar de ter recrutado intelectuais de várias tendências político-ideológicas,

predominaram nestes membros provenientes do integralismo e do movimento de reação católica de então, o que eventualmente levou a igreja católica a ter influência em todos os setores políticos e culturais do serviço público (MICELI, 1979).

O projeto de criação da USP pode ser intimamente ligado ao grupo que, na década de 20, estava à frente do jornal *O Estado de São Paulo*, dos quais Júlio de Mesquita Filho (secretário e redator do jornal), Armando de Salles Oliveira (diretor da Sociedade Anônima) e Fernando de Azevedo (redator entre 1923 e 1926) se destacam (PAULA, 2002). Tanto Fernando de Azevedo quanto Júlio Mesquita fazem parte da Comissão que objetivava, a mando do então Interventor Armando Sales de Oliveira, a elaboração de um projeto de criação da Universidade de São Paulo (FÁVERO, 1977:38).

Em conjunto com essas pessoas, deve-se atentar o fato que a formação de um centro de pesquisas científicas autônomo, independente do ímpeto centralizador da capital federal, atendia à uma série de interesses de grupos sociais que, após a falha da Revolução Constitucionalista de 30, viram-se obrigados a recuar politicamente e viam no estabelecimento da USP uma oportunidade de “criar uma nova elite, instruída não só nas ciências modernas, mas também nas mais avançadas práticas gerenciais e de negócios” (SCHWARTZMAN, 2006:164). Schwartzman apresenta quão forte era essa ideia perante o grupo de pessoas que apoiavam a construção da USP ao citar depoimento de Júlio Mesquita Filho:

Derrotados pela força das armas, sabíamos perfeitamente bem que *só pela ciência, e com um esforço contínuo, poderíamos recuperar a hegemonia gozada na federação por várias décadas*. Paulistas até os ossos, tínhamos herdado dos nossos antepassados bandeirantes o gosto pelos projetos ambiciosos e a paciência necessária para as grandes realizações. Que monumento maior do que uma universidade poderíamos erigir àqueles que tinham aceito o sacrifício supremo para defender-nos do vandalismo que conspurcava a obra dos nossos maiores, desde as bandeiras até a independência, da Regência até a República? [...] Saímos da revolução de 1932 com o sentimento de que o destino tinha colocado São Paulo na mesma situação da Alemanha depois de Jena, do Japão depois do bombardeio pela marinha norte-americana, ou da França depois de Sedan. A

história desses países sugeria os remédios para os nossos males. Tínhamos vivido as terríveis aventuras provocadas, de um lado, pela ignorância e incompetência daqueles que antes de 1930 tinham decidido sobre o destino do nosso estado e da nossa nação; de outro, pela vacuidade e a pretensão da revolução de outubro [de 1930]. Quatro anos de contatos estreitos com os líderes das duas facções nos convenceram de que o *problema do Brasil era acima de tudo uma questão de cultura*. Daí a fundação da nossa universidade, e mais tarde da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (MESQUITA FILHO, 1969 apud SCHWARTZMAN, 2006, grifos nossos)

A decisão pela contratação de pessoal estrangeiro para compor os quadros da USP deve ser vista sob esse prisma. Ao trazer cientistas dos países centrais, esperava-se que estes contribuíssem tanto academicamente quanto culturalmente (ao menos dentro da esfera de influência acadêmica da universidade) no estabelecimento de um corpo acadêmico verdadeiramente científico. Interessa notar que houve um esforço explícito em trazer, para as posições em ciências sociais e humanidades, pessoal da França, e aos países fascistas as posições em ciências naturais e matemática (SCHWARTZMAN, 2006:165). A criação da USP, e da Escola Livre de Sociologia e Política, atendia aos anseios classistas de uma elite que, derrotada politicamente, buscava estabelecer em novas bases sua predominância no cenário nacional (NOGUEIRA, 1981:205), dentro de um contexto socioeconômico de crescimento e profundas transformações sociais e políticas; o país passava por uma crise de transição de uma economia agrária para uma economia industrial de base, além da aliança entre o poder central vitorioso em 30 e o capital monopolista estrangeiro (notadamente o estadunidense), conforme explica Ianni (1989:16ss).

Ao grupo que seria o responsável por operacionalizar a visão defendida de criação e sustentação do ensino público livre de interesses político-partidários, Júlio de Mesquita Filho chama-o de Comunhão Paulista, termo utilizável ao se referir a este grupo na medida em que assume esse partido ideológico. Seria um grupo ao qual cabia orientar a política educacional, objetivando “criar a Universidade, onde mais propriamente se poderia aprimorar [...] aquela qualificação indispensável à elite dirigente, a *ilustração*, ou seja, a ‘visão política’ dos interesses coletivos” (CARDOSO, 1982:46ss, grifos da autora).

Contudo, esse estado de coisas não permaneceu. A organização universitária resultante dos esforços da Comunhão progressivamente rompeu os laços políticos que a amarravam ao projeto das elites derrotadas de 30 e reivindicou para si um espaço próprio de funcionamento. O desencontro entre os objetivos do projeto original definido pelas elites já explicado acima e os rumos acadêmicos profissionalizantes que a USP tomou criou um abismo que alienou a elite paulista de 30 da universidade que ajudou a construir a fim de alcançar seus objetivos políticos (MICELI, 1979).

Alguns fatores que contribuem para esse desfecho institucional diferente do carioca são, na análise de Miceli (1979): vínculo orçamentário e jurisdicional que preservava a independência e autonomia acadêmicas; o caráter privado dos círculos intelectuais paulistas (e independentes do governo federal), o que os levou à criação de negócios de pequeno e médio porte relacionados com o mercado artístico e educacional como museus, livrarias e galerias de arte; empreendimentos de pequeno e médio porte voltados especificamente para a difusão dessas ideias novas como as editoras Brasiliense e Martins Fontes; a alta diferenciação e especialização alcançada pela classe intelectual, artística e acadêmica em relação às elites econômicas e políticas paulistas tornada possível, dentre outros motivos, pelo aspecto especificamente *paulista* da carreira acadêmica, isto é, a possibilidade de fazer da prática científica uma *profissão de tempo integral*, ao contrário do diletantismo carioca e, por último, uma presença algo mitigada dos grandes partidos nacionais do período 45-64. Em resumo, pode-se dizer que nessas condições, as diferenças entre Rio de Janeiro e São Paulo derivam tanto do relacionamento distinto que os cientistas sociais mantinham com os poderes públicos não acadêmicos como de uma estruturação bastante diversa do espaço da classe dirigente e das formas de sociabilidade política e cultural com impacto imediato sobre o sistema de produção cultural.

Falou-se na influência do modo alemão e sua influência sobre a fundação da USP. Percebe-se pelo exposto acima que se é possível pensar a experiência uspiana como o primeiro espaço verdadeiramente acadêmico em solo brasileiro, na medida que se entende que uma universidade deve ter autonomia técnica e administrativa e que esse estado não é somente desejável, porém o único possível caso queira-se manter a universidade como algo além de um simples reprodutor e disseminador de determinados

discursos científicos e políticos. Os aspectos *materiais* que permitem à USP surgir e permanecer à margem de conflitos políticos desde sua fundação, em particular se comparada à sua congênere carioca, estão suficientemente detalhados acima.

Em termos institucionais, a fragmentação da URJ é vista já em 1926 como negativa. Fernando de Azevedo defendia a ideia da integração da instituição universitária, ultrapassando a mera formação especializada e profissional, através da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. “A FFCL seria o local onde se desenvolveriam “os estudos de cultura livre e desinteressada [...]” o *locus* do curso básico, preparatório para todas as escolas profissionais ligadas à Universidade” (PAULA, 2002:150). Em consonância a isto, o modelo alemão de universidade que é posto em evidência aqui preconizava justamente a pesquisa científica como a função primordial da universidade.

A partir da fundação da Universidade de Berlim, em 1810, que serviu de modelo para as demais universidades alemãs, a especulação teórica anterior, encampada por filósofos como Fichte, Schelling e Schleiermacher e filólogos como Wolf e Guillermo de Humboldt, esse último o real fundador daquela Universidade (op. cit). Conforme o próprio Humboldt afirma, “o conceito das instituições científicas superiores [...] implica duas tarefas. De um lado, promoção do desenvolvimento máximo de ciência. De outro, produção do conteúdo responsável pela formação intelectual e moral” (HUMBOLDT, 1997, p. 79). No entanto, essas duas tarefas não se põem como autônomas e complementares. De uma perspectiva interna. as instituições de ensino superior se organizam pela combinação da ‘ciência objetiva’ com a ‘formação subjetiva’ e as bases da concepção sobre o vínculo entre pesquisa e ensino na educação superior estão aí postas. Porém, o carro-chefe da universidade, esclarece Humboldt, e bem como seu objetivo, é a ciência. E o seu desenvolvimento não pode obedecer a parâmetros externos à universidade: para ele, o desenvolvimento científico contém a sua própria finalidade. Portanto, a centralidade da instituição universitária está posta na ciência (ARAÚJO, 2009).

Essas preocupações encontram eco no próprio Decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934 que funda a Universidade de São Paulo, quando no artigo 2º coloca como a primeira finalidade desta universidade “promover, pela pesquisa, o progresso da ciência”

e depois elenca as suas demais finalidades como o ensino, a formação de especialistas, técnicos e profissionais, dentre outras (PAULA, 2002:151). Conforme a concepção alemã, a autonomia da USP também é garantida por seu decreto de fundação e, na realidade material, sustentada pela rede social de entes privados e grupos de interesse socioeconômico já listados anteriormente. Note-se que no modelo alemão a chave de leitura de seus objetivos e fundamentos teóricos é uma chave liberal clássica e elitista que vê a relação entre Universidade e Estado de uma forma mais idealista e acadêmica, menos pragmática e vinculada a confessos interesses políticos pontuais. Essas características também estão presentes nos discursos e propostas dos fundadores da USP (PAULA, 2005:152).

Fica claro que a adoção deste ou daquele modelo de universidade, o francês ou o alemão, dependeu, naquele momento histórico, sobremaneira das redes de interesse e dos conflitos entre vários sujeitos sociais, tais como as elites paulistas derrotadas, a Igreja Católica, as elites que sustentavam o regime varguista, dentre outras mais. Embora não se possa excluir as motivações pessoais dos agentes individuais envolvidos nesses processos de institucionalização das universidades brasileiras em solos carioca e paulista, as condições socioeconômicas presentes tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo definitivamente concorrem para qual modelo de universidade adotado em cada região.

2.2 - Desenvolvimentos das escolas carioca e paulista: o ISEB e o “Grupo do Capital”

Esta seção discorre sobre dois grupos intelectuais atuantes no Rio de Janeiro e em São Paulo, o ISEB e o grupo interdisciplinar formado por membros da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; fala da origem de ambos os grupos e se opõe algumas de suas características através de uma *breve* seleção da produção intelectual de seus membros. A fim de contextualizar socialmente estes dois grupos, fala-se primeiramente nas diferenças entre as duas instituições de ensino superior fundadas em São Paulo para daí contrastar o grupo do Seminário d’O Capital (também chamado de “grupo do Capital” no presente texto) com o grupo de intelectuais presente no carioca ISEB⁴.

O desenvolvimento da Sociologia em São Paulo não ocorreu de forma única e inequívoca, com absoluto consenso de todas as pessoas envolvidas com a nascente ciência que se fazia tanto na USP quanto na ELSP.

A Escola Livre de Sociologia e Política é criada pelo industrial Roberto Simonsen com a finalidade principal de formar técnicos com competência administrativa, resultado de um esforço de aproximação entre setores da elite paulistana ligados ao Partido Republicano Paulista (JACKSON, 2007b). Já a Universidade de São Paulo, como extensivamente exposto anteriormente, é fruto de um projeto intelectual que se principia ainda nos anos 20 que versava por uma forma de apreensão científica da realidade diferente da ELSP.

Como dito anteriormente, Roger Bastide foi chamado da França como parte do esforço de fundação da Universidade de São Paulo, assumindo a cadeira de Sociologia I até 1954, quando Florestan Fernandes é indicado pelo próprio Bastide para substituí-lo (JACKSON, 2007). As antigas assistentes de Bastide, Gilda de Mello e Souza e Maria

⁴ O extenso e primoroso trabalho de Lidiane Rodrigues é recomendado para uma leitura extensa, aprofundada e crítica das origens biográficas e teóricas dos membros do grupo d’O Capital, o que, justamente com a bibliografia lá exposta, deve suprir alguma eventual falta que seja sentida nesta dissertação a respeito do grupo. Portanto, para maiores esclarecimentos sobre o assunto, ver Rodrigues (2011).

Isaura Pereira de Queiroz, transferem-se, respectivamente, para a Filosofia e para a cadeira de Sociologia II, onde existia maior diversidade teórica, ao contrário da cadeira de Sociologia I, onde Florestan Fernandes e sua orientação prevaleciam (JACKSON, 2007)⁵. As disputas que se seguiram, acadêmicas e políticas, moldaram o desenvolvimento da sociologia na USP desde então, acirrando-se após 1964. É por isto que esta seção inicia com um apontamento sobre as diferenças observáveis entre a produção da USP e da ELSP, em particular nos seus aspectos metodológicos e quais teorias as animavam.

Acerca das disputas entre a USP e a ELSP, cita-se Jackson (2007):

A divergência principal entre as duas escolas residia não apenas na fundamentação empírica (apoiada em modelo metateórico indutivo) ou teórica (apoiada em modelo metateórico dedutivo) dos programas de pesquisa desenvolvidos por elas. As duas instituições distanciavam-se também politicamente: a ELSP representava, do ponto de vista dos sociólogos formados na USP, um projeto político e acadêmico conservador. É justamente esse o ponto decisivo da resenha de Caio Prado Jr. a *Cunha* [obra de Emílio Willems, ligado à ELSP], ao explicitar a correlação entre “empirismo” e conservadorismo político, implícita no texto de Florestan Fernandes e em artigos posteriores de Octavio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Tais circunstâncias reforçam, ainda, o entrelaçamento direto das ciências sociais com a política, típico desse “estado do campo” não institucionalizado plenamente. No mesmo artigo, o então jovem sociólogo deixava entrever a “sociologia do desenvolvimento” brasileiro que orientaria a produção acadêmica da equipe reunida na cadeira de Sociologia I, sintonizada com o contexto intelectual e político do pós-guerra. Mas seria em torno das “relações raciais”, temática a que Florestan seria conduzido por Roger Bastide na conhecida pesquisa patrocinada pela Unesco, que ele e seus dois principais discípulos, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, dariam os

⁵ O trabalho de Jackson (2007) também atenta para o fato de que nenhuma mulher assume as cátedras de sociologia, antropologia ou política, quando do retorno de Bastide à França, apesar de Gilda de Mello e Souza ser a primeira assistente e já ter concluído o doutorado. O autor arrisca uma leitura que vê tanto no gênero quanto no caráter “ensaístico” de Gilda de Mello razões para o fato. Sobre esse segundo ponto, ver Jackson (2007b).

primeiros passos concretos em direção ao projeto “Economia e sociedade no Brasil”, encampado pelo grupo no início dos anos de 1960 (JACKSON, 2007:121-122)

Luís Jackson apresenta como exemplo a publicação do livro *Branços e Negros em São Paulo* de Oracy Nogueira, indicado diretamente por Donald Pierson. Sua primeira edição, de 1955, possuía o título *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo* e nela constam todos os relatórios produzidos pela equipe chefiada por Pierson. Sua segunda edição, de 1958, alterou o título para *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* e traz somente o texto conjunto de Roger Bastide e Florestan Fernandes (JACKSON, 2007).

Para Jackson, mais do que por assimetria de disciplinas (sociologia e psicologia, cujo viés analítico estava presente no projeto original) ou temas, essa clivagem é sobretudo de gênero e simbólica da disputa entre as duas instituições.

Emílio Willems, enquanto professor das duas instituições, realizava um esforço dialógico que desemboca na sua publicação *Symposium sobre classes* em 1948, sob a revista *Sociologia*, primeiro periódico especializado em ciências sociais editado no Brasil e que publica textos de professores e alunos das duas escolas até o afastamento de Willems.

Em 1948 (vol. 10, n. 2), Willems publica o “Symposium sobre classes sociais”. Pierson escreve “Como descobrir o que é classe?”; Willems, “Velhos e novos rumos do estudo de classes sociais”, e Florestan, “A análise sociológica das classes sociais” em oposição clara aos primeiros. O confronto explicitaria a disputa entre ELSP e USP e as dificuldades inerentes ao “projeto ecumênico” de Willems. Se o tom acadêmico do debate disfarçava a tomada de posição de Florestan Fernandes [...] marcava, por outro lado, claramente a divergência entre as diferentes concepções de ensino e pesquisa que caracterizavam as instituições. Na primeira, prevalecia a ênfase na pesquisa empírica

etapa indispensável à generalização teórica na visão de Pierson (compartilhada por Willems), assim como no ensino “verdadeiramente científico”, isto é, centrado na análise dos processos sociais efetivos e não na história das idéias sociológicas, esta considerada característica dos períodos pré-científicos da disciplina. Na USP, comparativamente, a pesquisa dependeria, nos termos de Willems, ao caracterizar sua própria formação européia, mais da “iniciativa do estudante” do que de uma orientação sistemática fornecida pelos professores. Seria, portanto, resultante da teoria, esta o cerne do ensino, baseado na discussão dos clássicos. Caricaturando, tenderiam (aos olhos dos rivais) à “pura descrição” e à “especulação”. (JACKSON, 2007b:39)

Segundo Jackson (2007b), Willems via perigo no que chamava de caráter conjectural e global de certos estudos sobre classes disponíveis então e descartava que um estudo de estratificação social de uma nação (em especial no caso brasileiro) fosse possível sem um conhecimento prévio de suas partes componentes, e aqui entram os “estudos de comunidades”, de inspiração norte-americana. Tendo como referência o esquema de Caio Prado Jr. e sua visão sobre a formação econômica e social do Brasil como resultante da expansão do capitalismo comercial *por causa* e não *apesar* da escravidão, essa questão doutra forma menor toma outro significado. Florestan Fernandes recusava o empirismo dos “estudos de comunidade” em favor de uma defesa da universalidade da teoria de classes, visto que, apesar da formação histórica peculiar, o conceito de classes sociais poderia ser sociologicamente legítimo. Novamente conforme explica Jackson (2007b):

A polêmica mostra como se imiscuem política e ciência no período, sendo a primeira princípio classificatório dos grupos e personagens no campo específico da segunda. É sugestivo, nessa direção, que a crítica dos sociólogos da USP aos “estudos de comunidade” tivesse como pano de fundo a associação entre a ênfase na pesquisa empírica e a orientação conservadora que caracterizaria tal perspectiva. A tentativa fracassada de conciliação entre as duas escolas [i.e. FFLCH-USP e ELSP], ensaiada por Emílio Willems, deve ser

compreendida, assim, a partir desse contexto (JACKSON, 2007b:40)

É significativo que a postura de Florestan tenha apenas se fortalecido desde então. A título de exemplo, os escritos do próprio autor podem ser expostos aqui. No começo da segunda edição de *A Revolução Burguesa no Brasil*, datado de 1976, portanto, já temporalmente afastado das fricções companheiras do estabelecimento da ciência social conforme entendia ser necessário para a realidade nacional, afirma o seguinte, ao se debruçar sobre a questão da possibilidade de utilizar o verbete “burguês” de maneira significativa em uma análise sociológica:

Portanto, ao se apelar para a noção de ‘Revolução Burguesa’, não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam *como e por que* se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. Em suma, a ‘Revolução Burguesa’ não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social (FERNANDES, 1976:20-21)

Fica claro que, para Florestan, ao menos nesta altura de sua vida de cientista social, a pesquisa social científica visada por ele envolvia tanto conclusões e hipóteses apoiadas em teorias e métodos sólidos, de um ponto de vista lógico-dedutivo quanto de um arcabouço de pesquisas empíricas que lhe dessem apoio e relevância heurística.

A visão que vê na Escola Livre de Sociologia e Política um local onde as preocupações com a pesquisa empírica, prática e aplicada são postas em primeiro lugar (ou ao menos ocupariam grande parte do panorama do que era produzido ali) não podem ser tomadas como falsas, assim como a visão que vê no grupo da USP (em especial o grupo sob Florestan, mas neste caso em particular as duas cátedras são inclusas) uma preocupação mais teórica, como já exposto aqui. A resistência aos “estudos de

comunidade” presente na USP também é conhecida (ARRUDA, 1995; JACKSON, 2007b) em especial pois estes eram identificados com oriundos de uma visão politicamente conservadora⁶.

Enfim, as diferenças institucionais entre a ELSP e a USP da época estão suficientemente marcadas. Entende-se que a ciência social que era feita na USP, em ambas as cátedras de Sociologia, perseguia um ideal de trabalho científico que, além de ser diverso do modelo carioca (conforme já posto na seção 2.1), também era diverso do que ocorria na ELSP. Esta instituição possui uma orientação à compreensão e consequente atuação política informada por este mesmo conjunto de conhecimentos cientificamente construídos que a diferencia do modelo uspiano e, desta forma, a aproxima do modelo carioca discutido em seção anterior (FANTIN, 2017), em particular na ênfase que a ELSP coloca nos estudos empíricos e localizados como ferramentas de compreensão e intervenção social.

O exposto acima procura acentuar a diferença entre a USP e a ELSP no que diz respeito às relações que os cientistas profissionais *em sociologia* formaram a respeito de sua prática científica, seu lugar na sociedade e quais os reflexos dessas posições nos seus trabalhos.

Passa-se a falar do ISEB abaixo. Para isto, cabe lembrar que o ISEB tem origem (ao menos em termos de continuidade política e epistemológica) no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) criado em 1953 por Hédio Jaguaribe por iniciativa do chamado “grupo de Itatiaia”, chamados assim pois se reuniam nas dependências do Parque Nacional de Itatiaia, composto por um grupo eclético de paulistas e cariocas, o qual inclui Guerreiro Ramos (WANDERLEY, 2016).

O IBESP atua de 1953 a 1956, edita cinco volumes da publicação *Cadernos do Nosso Tempo* e trata do nacionalismo como uma questão de pesquisa científica, visando “uma posição internacional de não alinhamento, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, uma maior participação dos setores populares na vida política” (SOARES, 2014:25). Ao inserir-se

⁶ Posteriormente, na década de 60, estudos de escopo menor, afeitos aos “estudos de comunidade” da ELSP, seriam retomados por Octávio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho, cf. Jackson (2007b). A mudança de panorama político e acadêmico parece ter contribuído para isto.

na administração pública, pois o IBESP não era um órgão público, transforma-se em ISEB.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, fundado em 14 de julho de 1955 e encerrado pelo regime militar de 1964, é um marco na história do pensamento social brasileiro. O Instituto, por se constituir de um grupo heterogêneo de intelectuais unidos sob um projeto de explícita intervenção na sociedade brasileira e nunca possuiu uma única linha de pensamento em seu interior, pode ser considerado um caso particular ao se olhar para a sociedade brasileira e os esforços de grupos intelectuais dos anos 50 e 60 do século XX (PEREIRA, 2002).

Pode-se dividir a história do Instituto em duas fases. A primeira, de 55 a 59, corresponde ao processo de elaboração do seu programa, da vitória de Juscelino Kubitschek e seu governo e a segunda, de 61 a 64, quando “a crise não resolvida do modelo desenvolvimentista de JK deixou uma herança de grandes dificuldades para os governantes que o sucederam” (GOMES, 2017).

O ISEB pode ser alinhado à visão desenvolvimentista que enxergava no Brasil de então uma fase transicional entre uma economia agrária e outra industrial, de inspiração cepalina, sintetizável como “nacionalista do setor público”, segundo os termos de Ricardo Bielschowsky (2000)⁷. Sobre a heterogeneidade da formação de seus quadros, podemos citar Gomes (2017) que, ao falar do antecessor do ISEB, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), aponta que essa heterogeneidade já se encontrava ali:

Neste grupo — composto além de Jaguaribe, por intelectuais como Ronald Corbisier, Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Miguel Reale, Cândido Mendes e outros —, dividiam-se em duas ‘alas’, integradas, grosso modo, por representantes do Rio, mais à esquerda e com o intuito de debater e intervir nos problemas da realidade brasileira, e de São

⁷ O autor destaca três correntes de pensamento econômico dentro do desenvolvimentismo brasileiro. A primeira, chamada “nacionalista do setor privado” defendia uma industrialização planejada baseada em capital nacional (e associa nomes como Roberto Simonsen e entidades como a Confederação Nacional da Indústria); a segunda, “não-nacionalista do setor público” aproximava-se do liberalismo ainda que defendesse investimentos estatais em infra-estrutura e transportes e o máximo de capital estrangeiro em outros setores (BNDE e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos); por fim, a perspectiva “nacionalista do setor público” encampada por Celso Furtado e calcada em ideias da CEPAL. Ver Gomes (2017).

Paulo, mais à direita e com uma tendência para a filosofia metafísica e a não intervenção em assuntos de política. Em fins de 1953 o grupo divide-se e a metade carioca forma, juntamente com o paulista Corbisier, o IBESP (GOMES, 2017:164)

A curta vida do IBESP, de 1953 a 1955, não impede que se aponte nele as continuidades com o futuro ISEB (e com o pensamento de Guerreiro Ramos em particular), em especial, a “busca de uma posição internacional de não-alinhamento e de ‘terceira força’, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública” (GOMES, 2017:164-165), posição claramente semelhante à do próprio Ramos, ponto que será desenvolvido adiante⁸.

O ISEB foi criado em 1955 vinculado ao Ministério da Educação, durante a gestão de Café Filho. O texto do Decreto 37.608/55 informa, a respeito dos objetivos do Instituto, que:

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de *aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira*, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a *promoção do desenvolvimento nacional* (BRASIL, 1955, grifos nossos)

Fica claro que o objetivo do ISEB sempre esteve voltado à prática e que a pesquisa executada por seus membros almejava desembocar em alguma mudança nos campos da política e da cultura e à formação de uma elite dirigente capaz de influenciar os *policy makers*, pois falaria a partir de uma formação extensa e profunda na problemática nacional (WANDERLEY, 2016). Isto também se reflete no perfil dos alunos de seu curso regular, oferecido anualmente de 55 a 60. Sérgio Wanderley, ao apresentar um levantamento da formação prévia do corpo discente do ISEB no período de 55 a 60,

⁸ Pontue-se que até mesmo o grupo anterior ao IBESP, que lhe dá origem, o chamado “grupo de Itatiaia”, também era composto por pessoas de várias correntes políticas e intelectuais. Para mais, ver Bariani (2005)

e reconhecendo certas limitações no levantamento destes dados⁹, mostra que advogados e militares constituíam 41% do número de formados no período, na frente de professores (17%) e demais profissões de ciências sociais aplicadas e áreas afins, como economistas e diplomatas. Outras profissões como engenheiros, jornalistas e agrônomos também estão presentes, em menor porcentagem (6%, 3% e 1%, respectivamente). O perfil médio de um discente do ISEB seria alguém com atividade profissional definida, com condições de dedicar-se integralmente por um ano à pesquisa junto ao corpo docente do Instituto, o que também corrobora na prática as posições declaradas do ISEB a respeito do lugar do intelectual e da ciência social junto à realidade brasileira (OLIVEIRA, 2006; WANDERLEY, 2016).

O debate a respeito dos rumos que o país deveria tomar em direção ao seu desenvolvimento socioeconômico passava por um esquema que via na iniciativa nacional um papel protagonista, permitindo afirmar que o ISEB era nacionalista (BRESSER-PEREIRA, 2004; BRINGEL, 2018).

Contudo, em 1958, Hélio Jaguaribe lança o livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Nele, Jaguaribe propõe que, *se dirigida pelo Estado*, a participação de capital estrangeiro em empresas nacionais poderia ser *positiva*; em particular na Petrobrás, então detentora do monopólio da exploração de petróleo no território brasileiro. Isto é uma quebra com o pensamento nacionalista então vigente no Instituto. Este fato é utilizado como marcador entre a primeira e a segunda fase do Instituto, segundo Bringel (op. cit) e Gomes (2017), haja vista que a primeira fase estava marcada pelo nacionalismo e suas relações com o desenvolvimentismo de JK.

Ainda sobre a posição de Jaguaribe, explica Bresser-Pereira (2004) que ela contrariava uma tese comum à esquerda e aos nacionalistas brasileiros e latino-americanos, presentes no próprio ISEB, na CEPAL e do Partido Comunista¹⁰ então na ilegalidade no Brasil. Todos concordavam que a intervenção do capital estrangeiro no

⁹ Apesar de listar 65 teses defendidas, o Relatório de 56 do próprio ISEB utilizado na coleta traz somente 57 teses; para 1958, o Relatório fala em 31 teses, mas somente 30 estão listadas; apesar de apresentar tema e nome das 46 teses propostas para 1960, não traz a formação dos alunos. Assim, tem-se um total de 158 alunos, no universo de 205 teses defendidas. Para mais detalhes ver WANDERLEY (2016) e OLIVEIRA (2006).

¹⁰ Cf. Bresser-Pereira (2004), Gildo Marçal Brandão (1997:241-245) mostra que depois de o PCB haver passado por uma “visão apocalíptica e catastrofista do capitalismo” entre 1948 e 1954, o partido adota a política de aliança com a burguesia nacional e formaliza “a aliança com o movimento nacionalista”.

setor primário-exportador seria o maior obstáculo político e econômico à industrialização brasileira. Segundo Bresser-Pereira, o reconhecimento do papel que o capital estrangeiro desempenharia da parte de Jaguaribe o coloca como uma espécie de precursor da teoria da nova dependência, que só seria formulada nos anos pós-golpe de 64 em São Paulo e somente na década seguinte alcançaria projeção internacional (BRESSER-PEREIRA, 2004:6).

Somada à esta crise interna do ISEB temos a crise do pacto nacional-desenvolvimentista após a perda do candidato apoiado por JK, general Henrique Teixeira Lott, em 1959. João Goulart assumir após a renúncia de Jânio Quadros e a revolução cubana no mesmo ano criaram um clima político de radicalização à esquerda e alarmismo à direita, o que deságua no golpe de 1964 (idem).

Vale lembrar que a saída de Jaguaribe em 1959 também precipitou a saída de Guerreiro Ramos no mesmo ano. Portanto, a radicalização do “segundo ISEB” é citada aqui a fim de situar historicamente o Instituto e seus vários atores, além de contextualizar *qual* Guerreiro Ramos apresentou suas polêmicas recomendações no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, isto é, sob que circunstâncias políticas e sociais e para qual projeto de país apontava Ramos ao apresentar uma série de enunciados carregados de normatividade. Além disso, a divergência entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos também pode ser vista como um momento do grande debate recorrente na história das ideias no Brasil sobre a cultura brasileira, sua transformação e o papel do intelectual neste processo (LAHUERTA, 1999). Assim, tem-se a divergência entre Fernandes e Ramos, seguida das divergências dos seus “sucessores”, por assim dizer, da USP e do ISEB.

Apesar de dissonâncias internas e da mudança ocorrida dentro do próprio ISEB no cenário político pós-JK é possível ver no ISEB uma instituição relativamente coesa e que agia socialmente como tal. O grupo que é oposto analiticamente ao ISEB, no corpo deste texto e para fins desta dissertação, o chamado “grupo do Capital”, não desfruta da mesma univocidade, ao menos no que diz respeito à sua institucionalidade.

O Seminário nasce da iniciativa de José Arthur Giannotti que, regressando ao Brasil de sua estada acadêmica na França, reúne amigos para, em grupo, lerem *O Capital* de Karl Marx de maneira sistemática e crítica à moda da academia francesa de

então. As reuniões quinzenais feitas nas casas dos participantes do grupo duraram de 1958 até 1964, quando Fernando Henrique Cardoso, um de seus membros, foi exilado (RODRIGUES, 2015). Além d'O *Capital*, outros textos de Karl Marx foram lidos e também *História e Consciência de Classe* de Lukács e *Questões de Método* de Sarte (idem).

Como dito anteriormente, a USP é pensada sob um projeto de poder de uma elite derrotada politicamente nos anos 30 e que busca reposicionar-se no quadro político brasileiro. Contudo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), constituída em 1934, logo passaria de campo de formação alternativo de uma elite política local para uma configuração que veria o influxo de alunos, e especialmente, alunas, advindos das elites empobrecidas, quando não, filhos de imigrantes (LIMONGI, 2001). O processo gradual e constante que muda o perfil dos membros da Faculdade, e em especial das cadeiras de Sociologia I e II, é comentado por Lidiane Rodrigues (2011):

Comparando o recrutamento das cadeiras de Sociologia I e II, Carolina Pulici observou que 'a pertença aos antigos círculos oligárquico-aristocráticos brasileiros foi comum à primeira geração de professores brasileiros alojados na Cadeira de Sociologia II'; ao passo que, depois de meados dos anos 1950 esses grupos não mais se reproduzem na Faculdade. Estabelecendo o contraste até a reforma universitária de 1969, a assertiva tem sua veracidade no contraponto com a Sociologia I, que privilegiaria membros de camadas médias baixas em ascensão, arrimos de família; em suma, 'alunos pobres' para os quais 'a disciplina no trabalho e a oportunidade de cursar a Faculdade de Filosofia' eram 'dois critérios em que a capacidade de realização individual é a medida determinante das coisas'. Atentando-se à montagem inicial, contudo, a consideração pode ser matizada. A composição inicial — Renato Jardim Moreira, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia Carvalho Franco e Marialice Mencarini Foracchi — sugere que algo de excepcional na turma de ingressantes no curso de Ciências Sociais em 1949. Com exceção do primeiro, veterano da turma anterior, todos eram calouros nesse ano (RODRIGUES, 2011:133)

A título de contraste, no período que se trata nesses excertos (1954 a 1961), os componentes da cadeira de Sociologia II cursaram faculdade anteriormente à Florestan Fernandes; Fernando de Azevedo já era catedrático desde 43 e havia orientador de Antônio Cândido (primeiro assistente). Azevedo também formou a revista *Clima* com Ruy Galvão (segundo assistente) e ambos eram amigos de Maria Isaura Pereira de Queiroz que desde 1957 era auxiliar de ensino na cadeira (RODRIGUES, 2011:138). Conforme sumariza Rodrigues, “a Sociologia II, ao congregar interesses diversos, foi suporte passageiro para alavancar tal diversidade dos projetos individuais, tão logo as condições para tanto eram dadas” (RODRIGUES, 2011:139). É importante perceber que na Sociologia I Florestan Fernandes desempenhava papel essencial enquanto regente da cátedra.

Para o período em foco [1954 a 1961] é válida alguma desconfiança a respeito da propalada ‘promoção da competição por Florestan entre seus assistentes’ — a *colaboração* parece reger as relações, cujo pressuposto era a coordenada hierárquica que o recrutamento proporcionava. A posição de Florestan Fernandes ‘administrava o desencontro dos assistentes’; autoridade coordenando forças que, sem ela seriam desperdiçadas — ‘amor sem uso’ — ‘todos nós dependíamos, para o trabalho em comum, de condições institucionais que não existiam e carecíamos, para diferentes fins, de recursos que não nos eram dados’. Para contornar dificuldades, tinha que *somar talentos e ordená-los, de modo a multiplicar resultados* (RODRIGUES, 2011:145, grifos da autora)

O próprio Florestan Fernandes afirma que o regime de trabalho na Sociologia I era diferente do “despotismo da cátedra” que afirma ser comum nas instituições europeias, ainda que não fosse o caso de sua convivência com Bastide. Citando o próprio:

Como todos nós dependíamos, para o trabalho em comum, de condições institucionais que não existiam e carecíamos, para diferentes fins, de recursos que não nos eram dados, foi relativamente

fácil alcançar uma estrutura de *pequeno grupo*, em que o poder era compartilhado, em vários níveis, e no qual apenas havia concentração de *autoridade*, que tinha necessariamente de convergir para mim, e da qual eu só me valia quando se tornava indispensável (FERNANDES, 1977:186, grifos do autor)

Independente do grau de centralização de poder decisório que Florestan possuísse em suas mãos no cotidiano da cátedra, o fato é que o grupo de estudos d' O Capital, também chamado de grupo do Seminário, parte deste conjunto heterogêneo de pessoas e que, por força da composição de seus membros, da trajetória profissional de seu catedrático e outros fatores socioeconômicos comuns à sociedade brasileira (e em particular a paulista: rápida industrialização e urbanização; em uma palavra, as mesmas condições que proporcionam o surgimento da própria Sociologia em moldes modernos conforme seção 1.3) decide juntar-se a fim de estudar a fundo textos marxistas. Especula Rodrigues que essa decisão teve a ver, dentre outros fatores, com a competição entre os membros do grupo de Florestan (RODRIGUES, 2015:123). Dito de outra maneira, devido a forma de estruturação do regime de cátedra, discentes sob a tutela do mesmo professor, na mesma cátedra, são desestimulados a cooperarem e o inverso também é verdadeiro.

Não surpreende, portanto, a constituição de um grupo de estudos interdisciplinar: *as alianças mais prováveis não são aquelas com os colegas da mesma cátedra, porém com amigos de outras cátedras, liberadas desta ordem de tensão e concorrência*. Este mesmo princípio torna compreensível que no início das atividades houvesse dois filósofos e dois sociólogos, porém, com o passar do tempo, restassem apenas um representante de cada área (RODRIGUES, 2015:124, grifos da autora)

O grupo do Seminário se constitui interdisciplinarmente, utilizando um método de leitura e pesquisa textual que, por suas raízes no racionalismo francês, era hostil à dialética, embora a dialética tenha tido papel tão importante nos trabalhos do grupo (ARANTES, 2007 apud GONÇALVES e BRITO, 2017). Essa orientação marxista diferia

da observada nos trabalhos, por exemplo, do próprio Florestan Fernandes no período, que pendiam para uma visão funcionalista da sociologia cujas “afinidades especiais com a concepção teórica de Mannheim e Freyer, sobretudo no que diz respeito às suas propostas do planejamento social” (FREITAG, 1987:165) são conhecidas.

E foi utilizando este embasamento teórico que o grupo dissona com outras interpretações do Brasil correntes à época, notadamente as do PCB e a do ISEB (de inspiração cepalina). Segundo Rodrigo Gonçalves e Leonardo Belinelli de Brito, essa diferença pode ser vista, a título de exemplo sintético, na tese de livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, de 1972, onde as teses vigentes que sustentavam a existência de uma burguesia nacional e seu projeto progressista imanente são criticadas duramente através de um estudo empírico extenso (GONÇALVES e BRITO, 2017).

Além de críticas teóricas e embates metodológicos que certamente existem entre os dois núcleos de produção de conhecimento científico citados aqui (FFCL-USP e ISEB), importa ter em mente que essa disputa é feita também à luz da preocupação dos intelectuais paulistas com a necessidade de proeminência da sociedade civil na direção do processo de redemocratização do país (LAHUERTA, 1999), ou seja, também são tomadas de posição dos intelectuais daquele período frente à questão do papel do Estado no desenvolvimento do país; inclusive o que seria “desenvolvimento” e como alcançá-lo.

Aqui é possível tomar por exemplo a crítica que Maria Sylvia de Carvalho Franco fez ao pensamento do ISEB, especificamente às suas supostas tendências autoritárias, demonstradas na sua defesa insistente da necessidade de intervenção estatal no domínio econômico (CARVALHO FRANCO, 1978). O excerto abaixo é oferecido como exemplo:

Se, como já apontamos nas páginas anteriores, Álvaro Vieira Pinto, *como os demais membros do ISEB*, é herdeiro da instrumentalização da ratio e se o desenvolvimento é entendido como implantação da ordem capitalista [...] o intelectual do mundo em desenvolvimento recebe a tarefa de transpor a fissura entre o ser e a consciência, fazendo de si mesmo o intérprete das tendências infinitas do

possível e escolhendo a opção autêntica [...] *mediante uma atividade política consequente* [...] O intelectual é a consciência da realidade, dispondo de uma atividade racional que organiza a história, dá corpo à Nação, funda o poder. [...] não é sem motivo, pode ver-se, que o pensamento de Álvaro Vieira Pinto se desdobra em proposições crescentemente autoritárias (CARVALHO FRANCO, 1978:157-158, grifos nossos)

A autora alinha o pensamento de um dos membros do ISEB à ideologia do grupo e argumenta que a própria visão subjacente ao grupo carioca a respeito do papel político da razão e do intelectual leva às suas proposições crescentemente autoritárias, conforme ela as denomina¹¹.

Para a autora, as análises isebianas escamoteavam as contradições de classe reais presentes na sociedade brasileira, entre capital e trabalho, em favor de uma contradição entre a nação e a antinação (i.e., imperialismo estrangeiro). Essa contradição seria ilusória e alimentadora de uma ideologia nacionalista que camuflava as reais contradições do sistema produtivo brasileiro de então em favor de uma espécie de aliança entre classes. Portanto, o pensamento isebiano não teria percebido a predominância dessa contradição e consequentemente a encobriria ao apelar para um pacto nacional entre industriais e trabalhadores (CARVALHO FRANCO, 1978; PEREIRA, 2002).

Alexsandro Pereira reconhece que, de fato, o pensamento isebiano não identifica o conflito entre capital e trabalho como chave explicativa essencial para a realidade brasileira e sim entende que por ser do interesse comum que o desenvolvimento social ocorra, trabalhadores e empresários industriais estariam mais inclinados à cooperação. Contudo, nem todos os membros do ISEB estavam de acordo nesse ponto em particular:

É preciso reconhecer, porém, que alguns deles, como Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier, defendiam uma modalidade de pacto social em

¹¹ Note-se a progressão nas expressões grifadas na citação: de certa metonímia para uma crítica da concepção de razão subjacente ao grupo até suas consequências políticas e sociais. Note-se também que a data de publicação do original permite certo distanciamento temporal da autora em relação à obra isebiana e que, como visto adiante, o próprio Instituto passa por mudanças internas durante sua história – sendo a saída de Guerreiro Ramos destacada aqui. Contudo, a autora mantém posição semelhante em entrevista realizada em 1981. Para detalhes ver Carvalho Franco (1981).

torno do desenvolvimento industrial distinto do pacto populista. Nessa modalidade de pacto, os intelectuais citados excluía a burguesia latifundiária-mercantil. Outros intelectuais, como Ignácio Rangel, por exemplo, defendem a reforma agrária, o que necessariamente afeta os interesses da fração latifundiária-mercantil. Roland Corbisier [...] chega a falar, por volta de 1952, em “capitalismo social”, isto é, uma proposta na qual se imaginava a possibilidade de conservação do ‘lado bom’ do capitalismo e a exclusão do seu ‘lado mau’ por meio de um compromisso entre as classes. Corbisier corrobora, a essa altura, uma posição social democrata que parte da incapacidade do livre mercado em regular as relações econômicas entre as partes envolvidas no sistema capitalista (PEREIRA, 2002:23)

A visão de Maria Carvalho Franco sobre o ISEB pode ser matizada até mesmo dentro de uma perspectiva marxista¹². Utilizando os chamados escritos históricos de Marx (*O 18 Brumário* e *As Lutas de classe em França*) pode-se argumentar que a espécie de pacto social proposto pelo ISEB entre setores de uma burguesia fragmentada e a classe trabalhadora não fosse fruto de um equívoco na leitura histórica e sim uma estratégia intencional (PEREIRA, 2002). O argumento do autor é que uma conjuntura semelhante se apresentava no Brasil do período de 1930 a 1964 com setores burgueses fracionados e adversários (latifundiários e outros ligados ao setor agroexportador de um lado e industriais urbanos de outro, para simplificar) e o que líderes do Executivo fizeram no período pode ser visto como um governo de conciliação com traços mais ou menos populistas (idem). Não seriam defensores de uma “modernização conservadora”, portanto. Conforme explica Pereira:

Não são defensores desse modelo, fundamentalmente por compreenderem que as frações de classe burguesas ligadas ao latifúndio e ao setor agrário-exportador não fazem parte do pacto social pensado por eles: ao contrário, estariam em campos opostos no embate político entre as forças sociais nos anos 1950. Seriam estas frações, inclusive, as responsáveis pelo atraso

¹² Para uma crítica da concepção de Carvalho Franco que não passa pelo viés marxista, ver Bolívar Lamounier (1978).

econômico e social em que se encontrava o País nesses anos. Por essa razão, eles estariam mais para críticos da ‘modernização conservadora’ do que para seus advogados de defesa. Mesmo porque muitos deles passam a defender a reforma agrária como essencial para o desenvolvimento do País. É o caso, por exemplo, de Ignácio Rangel e de sua análise sobre o aproveitamento da capacidade ociosa existente na economia brasileira. Realizar a reforma agrária significaria mexer com os interesses das frações burguesas ligadas a terra, algo que foi evitado por JK (PEREIRA, 2002:24)

O autor não se limita a fazer uma apologia ao ISEB, seja de quais faltas lhe sejam imputadas. Ao contrário, afirma claramente que o ISEB teve sim uma produção ideológica no sentido que a crítica paulista lhe atribuiu¹³ e também ideológica noutra conotação, positiva, como queriam alguns intelectuais do Instituto, ao advogarem a importância da ideologia na integração social de setores díspares e muitas vezes antagônicos (JAGUARIBE, 1981:153ss). Contudo, pontua que toda análise do papel da produção intelectual de um grupo, seja o ISEB ou outro, é “sempre baseada numa visão *posterior* voltada para os resultados gerados por aquela produção” (PEREIRA, 2002: 25, grifo nosso) e que apesar da conexão política dos intelectuais do ISEB ser clara e inequívoca isso não autoriza uma leitura que veja entre a filiação política e a prática científica um vetor causal único.

Como já dito acima, o ISEB é fruto de uma continuidade de esforços intelectuais do grupo de Itatiaia que encontra institucionalização primeiro no IBESP e após no ISEB. Mais que um projeto, pode-se dizer que o grupo tinha uma *visão* de como o grupo deveria proceder (tanto política quanto cientificamente). Guerreiro Ramos, por exemplo, se coloca como uma espécie de isebiano cronologicamente anterior ao ISEB, ao menos no que diz respeito à sua preocupação principal com o desenvolvimento nacional. Em entrevista à Lúcia Lippi de Oliveira e Alzira Alves de Abreu afirma:

Do IBESP eu gostava, participei, mas o ISEB é aquela coisa.... Objetivamente eu não entendo. Sei

¹³ Além da tese citada de Maria Sylvia Carvalho Franco (1978) recomenda-se a seminal tese de seu orientando, Caio Navarro de Toledo, chamada *ISEB: fábrica de ideologias*, editada pela primeira vez em 1977.

que em 1955 eu já era uma pessoa com uma fisionomia nítida, do ponto de vista da minha linha sociológica. Eu tinha publicado um livro chamado *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, que é o ISEB *avant la lettre*. Eu já tinha posições que você diria: é o ISEB. [...] Tudo isso antes do ISEB, a minha posição é a essência do pensamento isebiano (OLIVEIRA, 1995:154-155)

Colocar-se como parte integrante do ISEB, ainda que de forma particular e extemporânea, diferencia Ramos de Florestan Fernandes. Como já antevisto acima, o grupo d'O Capital surge e se desenvolve independentemente de Florestan. Este por sua vez é o único catedrático que responde de alguma forma à existência do grupo e isto se dá por ser o único professor com trajetória acadêmica marcada pelo ensino de Marx (ao contrário de João Cruz Costa ou Antônio Cândido); ter sua visão do sociólogo alemão disputada abertamente nas leituras dos membros do *Seminário* e por sua posição enquanto catedrático regente e *persona* de trabalho centralizadora (RODRIGUES, 2015). Sua presença é sentida em sua ausência. Para citar a autora:

O princípio de construção do grupo de Giannotti era idêntico ao de formação da equipe de sociólogos de Florestan Fernandes: racionalização dos recursos culturais e sociais passíveis de serem colocados a serviço da causa coletiva. Ao assumir a cátedra, além de selecionar criteriosamente seus assistentes (ex-alunos que já tinham dado provas da capacidade de trabalho na pesquisa sobre democracia racial encomendada pela Unesco), reuniu seus capitais sociais (Fernando Henrique tinha trânsito entre elites políticas e econômicas, Octavio Ianni e Marialice Foracchi, entre editores e educadores) e disciplinou forças divergentes. O mesmo fazia José Arthur Giannotti, ao se colocar a serviço de todos, e todos, a serviço dele: congregava forças que, se dispersas, não seriam produtivas e, se unidas, seriam multiplicadas – em termos do capital social e cultural dos componentes. Ademais, nas práticas características dos dois grupos – o cotidiano pedagógica e investigativa da Sociologia I, de Florestan; e as leituras do seminário – estabeleceu-se uma hierarquia, em que ocupavam o topo, assim como uma divisão social do trabalho segundo as competências ali presentes (RODRIGUES, 2015:131)

Em suma, o grupo d'O Capital e os intelectuais do ISEB no período visto aqui, a primeira fase do Instituto segundo a datação de Gomes (2017), podem ser considerados como grupos influenciados pelo pensamento de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, respectivamente, com as ressalvas de seus posicionamentos estabelecidas: o *Seminário* se colocava em um claro desejo de independência da influência de Florestan Fernandes, contudo, sem renegá-la totalmente; o grupo do ISEB pode ser lido de maneira mais frutífera como relacionado à Guerreiro Ramos pelos laços do nacionalismo e busca de uma matriz de desenvolvimento econômico e social para o Brasil de então ao invés de alguma influência direta da pessoa ou do pensamento de Ramos sobre o restante do membros do Instituto.

CAPÍTULO TRÊS

3.1 Guerreiro Ramos e a redução sociológica

A controvérsia entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes dominou a cena da comunidade sociológica brasileira durante as décadas de 50 e 60 do século XX, tendo por fulcro central a questão da particularidade e/ou universalidade do conhecimento social produzido no Brasil (LIEDKE FILHO, 2005; OLIVEIRA, 1995:91ss) além da já citada questão da modernização social que lhe serve de substrato. Liedke Filho (2005), ao periodizar e dissertar sobre a Sociologia dos anos 50 e 60, opõe “sociologia científica” à “sociologia autêntica” como forma de expressar a natureza e rumos da contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, respectivamente.

O que seria essa “sociologia autêntica”, peculiar a certo tipo de pensamento social, oposta às modas e determinações estrangeiras sobre o labor intelectual e científico nacional? Seria a classificação de Liedke Filho em “sociologia autêntica” e “sociologia científica” frutífera, de um ponto de vista analítico? Neste capítulo será discutida esta questão a fim de iluminar aspectos do pensamento de Guerreiro Ramos e, na seção seguinte, de Florestan Fernandes.

Em primeiro lugar, cabe uma breve exposição do pensamento de Guerreiro Ramos, com atenção tanto às origens científicas e filosóficas quanto às circunstâncias sociais e culturais do autor e seu tempo.

Guerreiro Ramos distingue, no pensamento social brasileiro, basicamente, duas correntes: uma crítica, que representa o esforço de criação e descolonização, que identifica com a obra de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, e outra que consistiria simplesmente numa glosa das orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros, como via as obras de Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Tristão de Ataíde, Pinto Ferreira e Mário Lins. Tais correntes emolduram o quadro intelectual, entretanto, admitem matizes e situações específicas (RAMOS, 1953: 10-12; OLIVEIRA, 1995:95ss). Colocava sua própria sociologia no polo crítico, “autêntico”, e conhecidamente identificava no transplante indiscriminado de teorias e métodos desenvolvidos alhures um dos pontos de tensão no estabelecimento

de uma ciência *nacional*. A denúncia que Ramos fazia do que via como situação precária da sociologia brasileira é conhecidamente exaltada, como demonstra o trecho abaixo:

Mas a formação do sociólogo brasileiro ou latino-americano consiste, via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias. Ele aprende a receber prontas as soluções, e quando se defronta com um problema de seu ambiente, tenta resolvê-lo confrontando textos, apelando para as receitas em que se abeberou nos compêndios. Adestrado para pensar por pensamentos feitos, torna-se frequentemente, quanto aos sentimentos e à volição, um **répétiteur**, isto é, sente por sentimentos feitos, quer por vontades feitas, como diria Péguy (RAMOS, 1957:79, grifos no original)

Contudo, a elaboração dessa sociologia nacional que é vinculada às condições históricas e materiais específicas do Brasil não resulta de um esforço individual e, segundo Ramos à época que publicava *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, algo cujas contribuições “podem ser contadas nos dedos” (RAMOS 1957:122). Logo, o livro se ocupa em explicitar o que seria esta sociologia através da justificação das diretrizes que havia apresentado no ano anterior que tanta oposição enfrentaram.

A fim de demonstrar como essa *sociologia consular* se processa, pois agia desligada do ambiente nacional como um consulado estrangeiro, Ramos irá utilizar como exemplo o chamado “problema do negro”, ou seja, a forma como o saber sociológico havia se ocupado da presença e influência da negritude na sociedade brasileira. Para Guerreiro Ramos, a própria forma de se encarar o negro enquanto *problema* já demonstra uma falta de conexão com a realidade empírica nacional, haja vista que “o negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia” (RAMOS, 1957:123).

Conforme nos explica Lúcia Lippi Oliveira (2009), na já citada *Cartilha* Ramos identifica três correntes que tratam do “problema do negro”: a primeira, composta por Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, buscava formular uma teoria do tipo étnico brasileiro e não viam no negro algo exótico ou alheio à realidade nacional. A segunda corrente, com Nina Rodrigues, Artur Ramos e Gilberto Freyre por

figuras de proa, o negro é tomado como objeto de análise com foco nas sobrevivências da cultura negra na cultura nacional, aquela sendo vista notadamente como algo que embora muito influente não permanece no presente como cultura viva — uma quase arqueologia do negro. A terceira corrente seria a formada por seu próprio pensamento, afirmando que a sociologia do negro nada mais seria do que uma ideologia da brancura. O “problema do negro” só existiria enquanto objeto de pesquisa assim delimitado porque a própria sociedade brasileira, em sua constituição cultural, europeizou-se e enalteceu o branco como a norma e ideal, conseqüentemente demarcando o negro como a anomalia que necessita ser estudada, senão para embranquecimento, para relegar a negritude ao passado histórico (OLIVEIRA, 2009). Nas palavras do próprio:

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados ‘antropólogos’ e ‘sociólogos’. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro vida. [...] Há hoje uma contradição entre as idéias e os fatos de nossas relações de raças. No plano ideológico, é dominante ainda a brancura como critério de estética social. No plano dos fatos, é dominante na sociedade brasileira uma camada de origem negra (RAMOS, 1957:171-172)

Deste ponto Guerreiro Ramos procura demonstrar como a sociologia constrói suas teses em cima de pressupostos etnocêntricos através de leituras próprias da obra de Durkheim e nomes da antropologia norte-americana de então como Ruth Benedict e Margareth Mead pois enxerga em conceitos como *pattern* ou *ethos* uma dimensão normativa que impediria uma análise sociológica precisa. Argumentando que o dito *ethos* é sempre externo à sociedade (no caso, sociedades coloniais, como Ramos coloca) e sua tradução em práticas sociais não seria linear (RAMOS, 1957:176ss). Finalmente, no lugar do “problema do negro”, propõe um estudo da *patologia social do branco*. Esta patologia seria uma manifestação generalizada de protesto contra si da parte dos extratos (que se afirmam como) brancos da população brasileira, em particular em

regiões fora do eixo Rio-São Paulo. A tese é enunciada por Ramos como “nas presentes condições da sociedade brasileira, existe uma patologia social do ‘branco’ brasileiro e, particularmente, do ‘branco’ do ‘Norte’ e ‘Nordeste’” (RAMOS, 1957:177)¹⁴.

De fato, Ramos dedica a última parte de sua *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, publicado em 1957, a esmiuçar o que seria esta patologia do branco; especificamente como todo o estudo sociológico e antropológico sobre o negro no Brasil teria, até aquele momento, sido fruto de preconceitos de cor e de projetos de dominação de classe empunhados por brancos de classes médias e altas. Após citar nomes e obras de autores como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Nina Rodrigues, afirma o autor que:

Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário. Ainda entre esses estudiosos, incluo os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro — o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela, a fim de, **sine ira ac studio**, estudá-la, explicá-la, às vezes, discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social, quase se confunde com os mais claros (RAMOS, 1957:148, grifos no original)

A resposta de Ramos ao “problema do negro” é dizer que não há problema do negro. Partindo dos primeiros estudos até os que lhe eram mais recentes então, o autor demonstra que fatos como a religiosidade e a criminalidade, que no princípio da etnografia e sociologia nacionais foram marcados por serem especificamente voltados às populações negras, não seriam nada além de falta de apuro metodológico. O negro brasileiro teria abraçado majoritariamente a religião católica¹⁵, o que elimina a ideia de uma religião especificamente negra e aos altos números de negros envolvidos em atos criminosos podem ser atribuídos o simples fato que nas camadas baixas da sociedade

¹⁴ Logo a seguir Guerreiro Ramos esclarece que “Norte” e “Nordeste” são tomadas em sentido popular e não técnico-geográfico (RAMOS, 1957:117)

¹⁵ Guerreiro Ramos aparenta desconsiderar religiões afro-brasileiras como o candomblé e a umbanda neste raciocínio, que é parafraseado aqui conforme o que está presente em Ramos (1957:148ss)

a incidência de pessoas de pele escura é maior, o que assinala “um fenômeno quantitativo e não qualitativo” (RAMOS, 1957:149). Ao voltar o olhar para os relatórios da UNESCO sobre o negro no Brasil, acusa-os de, sob novos nomes, transitarem a mesma lógica dos antigos estudos de raça de Nina Rodrigues. Não consideravam como problema a resistência à diluição que a população negra apresentava, porém, ainda pareciam supor “uma espécie de defesa da brancura de nossa herança cultural, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão da estética social de origem europeia” (RAMOS, 1957:155). Arremata, por fim:

A partir desta situação vital, o problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Explico-me: desde que se define o negro como um ingrediente **normal** da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho da nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica [...] o negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional (RAMOS, 1957:157, grifo do autor)

Sobre esta passagem, comenta Joel Rufino dos Santos que o negro não seria uma raça ou condição fenotípica no pensamento de Guerreiro Ramos e sim um *topo lógico* instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra. Diz Santos que “enquanto a sociologia modernizante busca, num trabalho de Sísifo, descrever o lugar do negro na sociedade brasileira, o sociólogo populista Guerreiro Ramos descobriu que o negro é ele mesmo um lugar de onde descrever o Brasil” (SANTOS, 1995:28) e esta seria a contribuição mais original de Guerreiro Ramos à compreensão do dilema nacional — o negro como *lugar*.

Porém, ao definir o ser negro como um lugar, Ramos não teria atentado para a aversão, ainda que dissimulada, da elite brasileira aos negros que ascendem nas escalas socioeconômicas, avalia Bariani (2008) ao retomar a contribuição de Santos (1995) e refletir sobre a trajetória pessoal de Guerreiro Ramos, conforme excerto abaixo:

Faltava a Guerreiro Ramos a compreensão de que o êxito na assunção de sua subjetividade (individual) estava definitivamente atrelado à situação do negro em geral (e o pobre em particular) na sociedade, não era possível escapar ao estigma da cor enquanto o contingente “de cor” fosse estigmatizado. Assim, ao longo de sua trajetória – entre idas e vindas, ascensões e quedas, reconhecimento (parcial) e marginalização, êxito e preconceito – Guerreiro Ramos via sua situação oscilar entre a condição de par e de pária. O negro de classe média não atentava para a sutileza do preconceito e cria que sua posição de classe, status e aparelhamento cultural seriam suas senhas de passagem para uma integração plena e cidadã na sociedade brasileira (BARIANI, 2008:206)

A conquista da reivindicação do negro como povo brasileiro não o elevava à condição de igual e o mito da comunidade nacional exibia suas fissuras além do terreno dos interesses antagônicos da estrutura de classes (idem).

Ainda que os estudos de Guerreiro Ramos sobre negritude e questões relacionadas sejam um dos dois grandes vetores de releitura atual que a obra do sociólogo baiano desfrute na atualidade, o objetivo da presente dissertação não é criticar essa parte específica do pensamento do autor, pois isto fugiria sobremaneira do espaço diminuto disposto aqui; antes, deseja-se demarcar a posição singular de combate ao que ele percebia como *establishment* acadêmico, utilizando a ressignificação e sua própria produção teórica e prática, como seu trabalho junto ao Teatro Experimental do Negro (TEN)¹⁶.

Contudo, pede-se que se mantenha em mente que a trajetória pessoal de Ramos, ele mesmo nordestino e negro, pode ser uma chave de leitura de sua obra bastante frutífera, conforme Amurabi Oliveira (2016) pontua, em particular quando conjugada com

¹⁶ Sobre o TEN e o trabalho de Ramos junto a este recomenda-se Abdias Nascimento (2004), Edison Bariani (2008) e Christine Douxami (2017). Para uma análise do pensamento de Ramos sobre o negro antes de seu ingresso no TEM ver Maio (2015 e 2015b). Note-se que o próprio Guerreiro Ramos, em entrevista dada à Alzira Alves de Abreu e Lúcia Lippi Oliveira (OLIVEIRA, 1995), urge as duas entrevistadoras em dois momentos distintos a ler a “última parte da *Introdução* [Crítica à Sociologia Brasileira]” pois nela estaria o essencial para o entendimento dessa questão (OLIVEIRA, 1995:173). Nesta parte se encontra uma discussão de Ramos sobre o negro enquanto objeto de pesquisa da Sociologia de então e suas críticas, já expostas aqui ainda que brevemente.

sua trajetória intelectual. Seus estudos na Faculdade Nacional de Filosofia, um curso originado em um projeto distinto do paulista, não podem ser ignorados. Sobre o projeto da Universidade do Rio de Janeiro, que abriga a Faculdade Nacional de Filosofia onde Ramos estudou, Simone Meucci assinala:

[...] o desenvolvimento da ciência estava essencialmente ligado à democratização do acesso à cultura. Trata-se à princípio, de um projeto universitário muito distinto da Universidade de São Paulo (USP), cujo *leitmotiv* foi essencialmente a formulação de elites intelectuais e políticas capazes de orientar o povo (MEUCCI, 2015:128, grifos no original).

Em 1939, ano de entrada de Guerreiro Ramos, a Universidade do Rio de Janeiro fora reformada pelo governo varguista com o expresso fim de promover “um estabelecimento federal padrão de ensino destinado à preparação do magistério secundário” (ALMEIDA JR, 1966:215-20 apud FÁVERO, 1977). Amurabi Oliveira (2016) crê que a formação de Ramos em um ambiente intelectual diverso do presente naquele tempo em São Paulo é relevante e também pontua que Guerreiro Ramos faz parte da primeira geração de sociólogos profissionais formados no Brasil, ainda que ele não tenha partido para a docência universitária e sim para o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), conforme informa Azevedo (2006). É possível que a ideia de planificação e de aplicações práticas para questões problemáticas atuais tenha, se não incutida, aumentada durante seu tempo no DASP, supõe Oliveira (op. cit.)

Amurabi Oliveira, ao contrário da interpretação hasteada por Miceli (1987), não enxerga na aproximação da intelectualidade carioca com instituições não acadêmicas um problema na formação das ciências sociais no Rio, ao menos no caso de Guerreiro Ramos e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Afirma o autor:

Se para Miceli a proximidade com “instituições não acadêmicas” constituiu um problema na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro, o que incluiria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) do qual Guerreiro Ramos fazia parte. Penso que, por outro lado, tal aproximação possibilitou a elaboração de uma percepção muito particular

sobre os problemas brasileiros, que por sua vez impactou na construção de uma perspectiva engajada de produção do conhecimento científico [...] é importante frisar que não se acredita com isso que houvesse uma defesa por parte de Guerreiro Ramos de que o engajamento se opusesse à construção do conhecimento científico no campo das Ciências Sociais; pois parece que o que estava em questão era qual a finalidade desse conhecimento. (OLIVEIRA, 2016:146)

Com a sua inserção no trabalho sociológico por uma via alternativa à da carreira acadêmica à moda uspiana ou carioca, o projeto de Guerreiro Ramos de “atualização da disciplina sociológica nas correntes mais representativas do pensamento universal contemporâneo” (RAMOS, 1995:41), com a intenção de substituir a sociologia baseada no positivismo e na Escola de Chicago¹⁷ por uma orientação que Christian Lynch (2015) vê correspondida por Weber e Mannheim; visto que reconhecia o caráter culturalista, relativista e historicista da ciência social, o que leva Ramos à uma das suas bandeiras mais caras: a necessidade de uma sociologia *nacional*. Essa visão sobre a ciência social impunha ao sociólogo, quando confrontado com a realidade de uma nação semicolonial, econômica e culturalmente dependente, o desenvolvimento de uma teoria capaz de “promover a consciência crítica da região [latino-americana] e superar obstáculos à sua autodeterminação (LYNCH, 2015:28).

Nas palavras do próprio Guerreiro Ramos:

Foram imperativos práticos que suscitaram o aparecimento da sociologia e são ainda estes imperativos que estimulam, atualmente, o seu desenvolvimento, nos vários países. Imperativos práticos peculiares a cada um desses países. Daí que em cada país se registra uma direção e uma problemática específicas do pensamento

¹⁷ À título de exemplo, Donald Pierson chegou à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1939 e em 1941 criou na ELSP o Departamento de Estudos Pós-Graduados em Sociologia e Antropologia (NOGUEIRA, 1981:207). Mendoza (2005) atribui à atuação de Pierson no Brasil certa influência sobre três campos de pesquisa brasileiros: relações raciais; estudos de comunidade e estudos na cidade. Pode-se ver que as críticas à época da *Cartilha* que Ramos direcionará aos estudos de “minudências do social” advêm da influência da Escola de Chicago, bem como da percepção sobre as questões raciais influenciadas por aquela Escola. Não se diz aqui que Ramos polemizava diretamente com Pierson e sim que a influência do norte-americano sobre nossa prática sociológica se fazia sentir por Ramos. Para mais sobre a estada de Pierson no Brasil, ler Guimarães (2011).

sociológico. Elas são uma coisa na França, outra na Inglaterra, outra na Alemanha, outras nos Estados Unidos, para só falar nos países líderes do trabalho sociológico (...) O ideal da sociologia universal nos países líderes do pensamento sociológico é, assim, um sintoma de etnocentrismo. Nos países culturalmente coloniais, é uma superfetação compensatória do complexo de inferioridade de certos elementos de elite. (RAMOS, 1953, p. 8-9)

A *redução sociológica* é proposta como um método a fim de transpor conhecimentos e experiências de uma perspectiva, no caso, a europeia, para outra, a brasileira. O conceito é inspirado pela noção que “toda cultura nacional é uma perspectiva particular. Eis porque a redução sociológica é, apenas, modalidade restrita de atitude geral que deve ser assumida por qualquer cultura em processo de fundação” (RAMOS, 1996:42). Nesse contexto, uma perspectiva, para Guerreiro, é o modo segundo o qual se constitui um tipo de olhar sobre um objeto de estudo, olhar que se conforma e ganha substrato normativo por meio de uma cultura que o insere em um conjunto de valores e de percepções de mundo. A sociologia se mostra como um tipo de atividade hermenêutica, em que as percepções acerca do próprio mundo social configuram os problemas e o modo de abordar determinada realidade social (FILGUEIRAS, 2012). Os débitos dessa construção teórica para com a fenomenologia de Husserl, na medida em que a redução sociológica é uma atitude parentética — de “pôr entre parênteses a existência do eu no mundo — e para com a filosofia da existência de Heidegger, na medida que absorve conceitos como de funcionalidade, ser-no-mundo e mundo (BARIANI, 2015), são aparentes; ainda que esses conceitos tenham recebido tratamento metodológico a fim de se tornarem ferramentas hermenêuticas da sociologia (BARIANI, 2008:77ss).

Uma sociologia informada por essa perspectiva atenta para a práxis, para os imperativos práticos do conhecimento social. Guerreiro Ramos afirma claramente que, para ele, a vocação da sociologia é “resgatar o homem ao homem, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um saber de salvação”¹⁸ (RAMOS, 1996:10-11). Dessa forma, sendo a sociologia

¹⁸ Bariani (2015) identifica essa curiosa expressão com uma passagem de 1925 de Scheler. Contudo, foge ao escopo do presente esforço investigar detidamente essa relação.

identificada não pela aderência a regras metodológicas e sim por uma perspectiva epistemológica, é possível para Ramos elencar pensadores como Sílvio Romero e Oliveira Vianna enquanto representantes da *Sociologia Autêntica* e não intelectuais diletantes pré-científicos, como Florestan Fernandes e a escola de São Paulo o fazem.

Ainda sobre a redução sociológica, vale destacar que, por ser ela uma ferramenta para a compreensão crítica da realidade nacional visando suscitar uma cultura nacional que é o objeto por excelência da sociologia brasileira, não cabe a existência de uma sociologia institucionalizada se ela não dá conta dos fatos sociais concretos e dos problemas sociais concretos (FILGUEIRAS, 2012:351). Citando Fernando Filgueiras:

A tarefa da redução sociológica, frente a um padrão institucionalizado de conhecimento sociológico então em ascensão no Brasil, seria descortinar os problemas reais da sociedade brasileira, focados nos valores e percepções definidos por nossa identidade nacional. Não basta, segundo o autor, importar formas de conhecimento exteriores à nossa cultura, pois o resultado é reproduzir uma condição subalterna e alienada que contraria a própria existência da sociedade brasileira. Se a sociologia é um tipo de conhecimento prático, cabe a ela buscar as bases interpretativas da cultura, com o condão de focar e rever os problemas sociais dela derivados (FILGUEIRAS, 2015:351)

Em suma, após reconhecer a origem e particularidades da perspectiva sociológica europeia, Ramos viu como necessário um método para, ao mesmo tempo, conectar esse pensamento referente à outra cultura, não-brasileira, fazer essa conexão de modo não-hierarquizado e, por fim, fazer uma espécie de triagem das ideias importadas do exterior conforme critérios teórico-metodológicos de gênese local. À ferramenta que julgou capaz de efetuar esse processo chamou de redução sociológica. A seguir, a pergunta passa a ser de quais problemas essa ferramenta se ocupará. Ramos passou a uma “revisão crítica de nossa produção intelectual, realizada, até aqui” (RAMOS, 1960:14), propondo-se a separar “a parte útil do nosso pensamento sociológico, comprometida com a autonomia nacional, daquela que, alienada, se deixara contaminar pela consciência ingênua” (LYNCH, 2015:29).

Dessa etapa do pensamento de Guerreiro Ramos, destacam-se suas obras enquanto esteve vinculado ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP): *O Processo da Sociologia Brasileira* (1953), *O Problema do Negro na Sociologia Brasileira* (1954) e *O Tema das Transplantação na Sociedade Brasileira* (1954). As suas *Notas para um Estudo Crítico da Sociologia no Brasil* (1954) consolidam e servem de base para a sua primeira interpretação da sociedade brasileira à luz do fenômeno semicolonial com *A Problemática da Realidade Brasileira* (1955). Todas as obras desse período encerram em si um diagnóstico da situação socioeconômica e cultural brasileira até então, contudo, pouco auxiliam a interpretar o devir dessa mesma sociedade. Um terceiro movimento de redução sociológica se faz necessário, conforme explica Lynch (2015):

Cumpria, aqui, apreender a dinâmica da sociedade brasileira e o modo como seus intelectuais a haviam compreendido desde o século dezanove; para tanto, impunha-se um estudo sobre a circulação ou substituição de elites, capaz de identificar as classes sociais decadentes e ascendentes no curso da “revolução brasileira”, bem como suas respectivas ideologias: a conservadora, justificadora do passado de dependência semicolonial, e a progressista, comprometida com o futuro de autodeterminação nacional (LYNCH, 2015:29)

Em anos recentes, observou-se que a “sociologia autêntica” defendida por Ramos possui afinidades com o chamado pensamento pós-colonial. João Maia (2014) chama atenção para o fato de o primeiro capítulo de *A Redução Sociológica* utiliza a filosofia existencialista nas figuras de Husserl e Heidegger abordadas aqui a fim de apontar o que entendia como uma tomada de consciência crítica nas sociedades coloniais, citando nomes de intelectuais de então colônias francesas como Anta Diop, Mohamed Labadi e Aimé Césaire. Além disso, durante sua explicação sobre como a redução sociológica deve ser operada, utiliza o exemplo do conceito de controle social. Esse conceito emerge no contexto histórico dos processos migratórios que os Estados Unidos enfrentaram no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e sua relação com problemas urbanos e sua dependência epistemológica de um discurso de integração social torna

seu uso indiscriminado fora desse mesmo contexto socioeconômico temerário. Ramos afirma que, em um Brasil onde, à época, faltava vários desses fatores, utilizar um conceito como controle social incorria em simplesmente imitar o pensamento estrangeiro (MAIA, 2014:1103). Maia argumenta a favor de, além de se considerar os desdobramentos internos do pensamento social brasileiro ao analisar a obra de Guerreiro Ramos, a pesquisa deve também considerar a obra de Ramos como parte da circulação de autores e ideias decoloniais que compõem o cenário sociológico mundial dos anos 50 em diante.

É vinculada a essa visão crítica tributária do pensamento pós-colonial o que é chamado por Guerreiro Ramos de “sociologia autêntica”, ao construir seu projeto de institucionalização da Sociologia no Brasil. Segundo ele, essa sociologia estaria vinculada à superação da situação neocolonial ou neoimperialista (que o Brasil viveria naquele momento histórico, isto é, anos 40, 50 e 60), ao mesmo tempo em que se consolidava uma democracia popular; sendo assim, uma análise cientificamente orientada do social e do político não deveria apenas tomar nota desses fatos e prosseguir com a importação de teorias e métodos advindas dos centros imperialistas. A Sociologia, diz Ramos, deve:

[...] ser autêntica na medida em que colaborar para a autoconsciência nacional, na medida em que ganhar em funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em *originalidade* [...] Em resumo, sem a disposição para empreender a sua autocrítica, a sociologia no Brasil não pode realizar a sua tarefa essencial - a de tornar-se uma *teoria militante da própria realidade nacional* (RAMOS, 1957:26, grifos nossos)

Quando tomada em conjunto com o contexto de produção científica pós-colonial, as ideias de Ramos sobre a necessidade de uma sociologia autóctone, com metodologias e técnicas criadas localmente com vistas à intervenção política adquirem um caráter diferenciado. Se dúvidas sobre a validade epistemológica de uma ciência que parte de tais enunciados podem existir, e conforme a seção a seguir mostrará, as críticas que Ramos enfrentou lidaram com esse exato problema, é claro que a “Sociologia Autêntica” de Ramos era originária de uma visão de país, de ciência e de atuação do

cientista que, se oriundas das disposições pessoais de Guerreiro Ramos, não são exclusivamente pessoais, tendo raízes e ramificações na história do pensamento social brasileiro e no campo de produção intelectual carioca que informa a trajetória intelectual de Ramos.

CAPÍTULO QUATRO

4.1 Florestan Fernandes, “sociologia científica” e a crítica de uma tipologia

Florestan Fernandes é inquestionavelmente um dos maiores sociólogos brasileiros, cuja importância para a Sociologia atual é multifacetada: suas contribuições empíricas, com estudos etnológicos e sociológicos sobre diversos temas e objetos, além da importância de sua atuação junto ao estabelecimento da Sociologia em bases institucionais firmes e seu trabalho político o tornam um intelectual brasileiro como poucos em nossa história.

Renan Freitas Pinto afirma que, ao olhar para a biografia de Florestan Fernandes, a primeira circunstância que deve ser levada em conta é que seu interesse pelos *problemas* da sociedade tem origem na infância pobre em São Paulo (PINTO, 2008). O próprio Florestan reflete sobre o fato:

[...] Eu próprio não perfilho essa concepção intelectualista de ‘formação’. Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal – sem invocar-se a questão do *ressentimento*, que a crítica conservadora lançou sobre mim – a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela ainda não conseguiu distorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e anti-intelectualista, afirmo que iniciei minha aprendizagem ‘sociológica’ aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto (FERNANDES, 1977:142, grifo do autor)

Pinto chega ao ponto de relacionar questões relações de raça e classe, o folclore e até mesmo sua militância pela educação pública com esta infância e juventude difíceis (PINTO, 2008:21ss). Contudo, o autor relaciona apenas uma parte de enorme produção fernandiana à essa chave autobiográfica. Ele afirma que o estilo de expressão de Florestan se torna próximo à autobiografia em certos trabalhos específicos

como *Branços e Negros em São Paulo* e *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*, afirmando existir “uma dimensão estética que ultrapassa e se sobrepõe aos objetivos estritamente sociológicos dos textos. Essa dimensão literária [...] é um traço que está particularmente ligado à sua produção que vai até a *Revolução Burguesa*” (PINTO, 2006:25). Desta forma, a produção teórica de Florestan Fernandes parte de suas vivências e suas primeiras preocupações acadêmicas apontam para uma pulsão particular que é como uma “grande força, como um denso painel da vida em sociedade [...] essa força tem a ver, sem dúvida, com a atribulada experiência de vida do autor” (PINTO, 2006:26)¹⁹.

Interessa aqui que os discursos a respeito de Florestan Fernandes tendem a frisar qualidades relacionadas ao seu trabalho científico. Fernando Henrique Cardoso, ao recordar de seu antigo professor, fala no sabido e algo proverbial uso do jaleco branco que Florestan fazia como maneira de “demonstra a todos nós que havia uma ética do trabalho a ser desenvolvida e que não era qualquer trabalho, mas um trabalho rigoroso a partir de um conjunto de hipóteses e de um conjunto de métodos” (CARDOSO, 2013:176) e também que Florestan possuía a habilidade de “fazer arder em nós a paixão, que nele era vulcânica, por uma vida de comprometimento com a ciência” (CARDOSO, 2013:186). Os adjetivos chamam a atenção, ainda que partam de um dos mais destacados alunos de Florestan Fernandes (e por isto devem ser lidos como o depoimento pessoal que são). É por este exato motivo que as interligações entre vida acadêmica e vida social que Pinto (op. cit.) fala a respeito são pontuadas aqui. Se é possível afirmar que a vida pessoal pregressa de Guerreiro Ramos pode ser uma chave útil para a leitura de sua obra, conforme Oliveira (2016) argumenta na seção anterior, um procedimento semelhante pode ser utilizado para a obra fernandiana²⁰.

¹⁹ Para reforço deste ponto: Fernando Henrique Cardoso, em depoimento, também fala em “ira sagrada contra a injustiça” de Florestan, afirmando que nele “doía a desigualdade, doía nele a discriminação contra os negros, doía nele a apropriação privada de bens coletivos, como, por exemplo, a educação” (CARDOSO, 2013:177).

²⁰ Se a extrapolação desta hipótese é válida para *toda* a produção fernandiana não importa e sim que, nos escritos avaliados aqui, as circunstâncias pessoais de Florestan *podem* fornecer chaves heurísticas para seus leitores. Não se confunda o ato de pontuar a importância da biografia de um autor com a afirmação que esta biografia é, na realidade, a determinação máxima, total ou mesmo prevalente em uma narrativa compreensiva pautada por métodos quaisquer.

Ao fazer um paralelo com a carreira de Gino Germani, sociólogo argentino, pois os autores assumem ser ele também *outsider* da academia semelhante à Florestan (Germani imigrante e Fernandes sendo filho de empregada doméstica), Arruda e Hallewell (2011) notam que a universidade “proveu [a Florestan Fernandes] novas oportunidades, materiais e simbólicas, que foram essenciais para quem não tinha nada nas suas origens em que pudesse confiar” (ARRUDA e HALLEWELL, 2011:103, tradução minha). Esses comentários alinham-se às palavras do próprio Florestan Fernandes. Ele narra seu deslocamento dos círculos de amizades e relações de camaradagem e solidariedade que observava ao seu redor nos seus anos de estudante de graduação da seguinte forma:

Na esfera humana, a *experiência universitária* iria produzir aos poucos seus efeitos psicossociais e intelectuais. Seria preciso, aí, distinguir dois planos. O das relações com os colegas; e o das relações com os professores. Quanto ao primeiro plano, a chamada lógica dos pequenos números não simplificou a minha trajetória, ela a complicou, tornando mais difícil a minha aceitação pelos colegas. Eu era como que um estranho e, a vários respeitos, um *intruso* (FERNANDES, 1977:158, grifos do autor)

No que diz respeito à trajetória intelectual de Fernandes, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) teve um papel essencial em sua formação intelectual. O próprio Florestan Fernandes, ao refletir sobre sua temporada na ELSP, elenca três razões para sua experiência na ELSP ser vista por ele como uma *experiência pedagógica*:

A outros respeitos, a Escola Livre valeu-me como experiência pedagógica *nova* por três razões. Primeiro, foi nela que conheci e convivi com um professor como Herbert Baldus, um homem generoso e de inteligência invulgar [...] ficamos amigos para o resto da vida. Segundo, o seminário do Dr. Donald Pierson dava-me azo para estudar melhor a célebre ‘escola de Chicago’, da qual ele se considerava um representante. Dadas as analogias entre Chicago e São Paulo e os nossos propósitos

de expandir aqui a investigação sociológica [...] Terceiro, ao corpo docente da Escola Livre pertenciam professores brasileiros recém-chegados dos Estados Unidos. Inscrevi-me nos cursos de Mário Wagner Vieira da Cunha e Octávio da Costa Eduardo, pois estava curioso em verificar até onde haviam chegado, realizando a pós-graduação e o doutoramento em algumas das melhores universidades americanas. O problema, para mim, consistia em indagar se se poderia fazer a mesma coisa *a partir* da Universidade de São Paulo e, nesta hipótese, que estratégia (ou estratégias) se deveria montar (FERNANDES, 1977:170, grifos do autor)

Além destas três razões listadas por Fernandes, Renan Pinto adiciona a produção de *A Organização Social dos Tupinambá* como resultado de sua pesquisa de mestrado dentro daquela instituição, sob a orientação de Baldus, lembrando a importância da obra para a história das ciências sociais no Brasil (PINTO, 2008:74); pontuando que a passagem de Fernandes pela ELSP constitui-se em uma parte importante de sua trajetória intelectual.

Mais tarde, em 1941, ingressa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), posteriormente iniciando carreira docente junto a Fernando de Azevedo e defendendo sua tese de doutoramento em 1951, *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. Arruda e Hallewell (2011) apontam para a importância dos anos 50 na trajetória de Fernandes, por oferecerem um espectro único de oportunidades que, diante da modernização econômica e cultural da sociedade brasileira (VILLAS BOAS, 2006), abriram caminho para que a sociologia tomasse forma dentro do pensamento social brasileiro — antes de tudo, que esse saber tomasse forma e assumisse papel e influência na cultura e política nacionais. É esta vontade que leva Florestan, segundo os autores, a uma pronta aceitação das “contribuições de uma variedade de teorias e metodologias e [da] necessidade de buscar inspiração de diversas fontes” (ARRUDA e HALLEWELL, 2011:104, tradução minha).

Por exemplo, Florestan Fernandes diz, quando se debruça sobre a questão do uso conceitual de “função” em ciências sociais; conceito à época visto como diametralmente oposto às concepções marxistas que também esposava:

Não devemos rejeitar a palavra ‘função’ e nem uma análise causal dos resultados das elaborações interpretativas de estrutura e função. Eles são instrumentais. Do que devemos nos livrar é da concepção naturalista das ciências sociais: este é o âmago do problema (FERNANDES, 1978:56)

Vê-se que Florestan Fernandes enxergava nisto apenas um expediente prático para resolução do problema da criação do conhecimento em ciências sociais que perseguia, inspirado por Bastide, Pierson e Mannheim, qual seja: diante do quadro precário de recursos e pessoal que via, e ciente das responsabilidades que cria acompanhar o trabalho de um cientista, como garantir um trabalho científico sério, em conformidade com a ciência moderna e relevante para a realidade nacional? O próprio resumirá a questão da seguinte forma:

Em suma, o sociólogo brasileiro precisa estabelecer um padrão íntegro de trabalho científico, em condições deficientes de financiamento e de organização da pesquisa sociológica e sob o impacto da complicação das exigências práticas, comumente associadas ao conhecimento sociológico em nossa civilização (FERNANDES, 1977:71)

Por considerar o Brasil em situação atrasada e pobre em relação aos grandes centros de produção de conhecimento científico, e conseqüentemente crer que o desenvolvimento da ciência (e da ciência social em particular) seria benéfico à empreitada de modernizar a nação, Florestan Fernandes se coloca contra duas das recomendações de Guerreiro Ramos, expostas pelo último na *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*²¹. Especificamente, contra os itens 4 e 7²², que desaconselham pesquisas de minudências da vida social e argumentam que métodos e processos de

²¹ Dirigir-se à seção 2.1 da presente dissertação para a citação completa das recomendações de Guerreiro Ramos conforme apresentadas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia e posteriormente publicadas na *Cartilha*. Para uma defesa do próprio Ramos de suas considerações ver *A Redução Sociológica* (RAMOS, 1965).

²² Observa Bariani (2003) que, apesar de discriminar essas duas recomendações dentre outras “que mereciam maior atenção e acolhida favorável” (FERNANDES, 1977:67), o autor nunca chega a explicitar quais seriam as recomendações com as quais concorda integral ou parcialmente.

pesquisa deveriam coadunar-se com os recursos econômicos e de pessoal disponíveis, bem como o “nível cultural genérico” da população.

Fernandes argumenta que apesar de parecer louvável a consideração impositiva sobre o trabalho científico por parte do sistema de valores e interesses nacionais, conforme quer o item 4, um cientista somente pode ser realmente útil à comunidade ao “observar, de modo íntegro e rigoroso, as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico” (FERNANDES, 1977:68). Sobre a recomendação do item 7, Fernandes é mais incisivo:

A segunda recomendação [item 7] estabelece uma relação verdadeira abstrusa entre o conhecimento sociológico e a estrutura social. O que se poderia chamar de ‘exigências de precisão e refinamento’, na análise sociológica, não decorre do ‘nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais’, mas dos critérios da explicação científica na sociologia. [...] Em síntese, países como o Brasil oferecem limitações às possibilidades de expansão do sistema científico. Por isso, o sociólogo nem sempre conta com condições favoráveis à realização de qualquer espécie de investigação [...] Isso quer dizer que ele precisa ser realista, na escolha das áreas de especialização, sem pautar suas contribuições pelo ‘nível cultural genérico’ do ambiente (FERNANDES, 1977:70-71)

Ao término da leitura de *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros* Florestan parece dar a questão como terminada (embora a ela volte posteriormente, como será visto adiante). Guerreiro Ramos responde, com a verve que lhe é característica:

Rebatendo-o [o texto da *Cartilha*], afirma o sr. Florestan Fernandes, com dramática seriedade, que o sociólogo deve realizar as pesquisas ‘de acordo com os padrões mais rigorosos de trabalho científico’ e que ‘nenhum cientista conseguirá pôr a ciência a serviço de sua comunidade, sem observar de modo íntegro e rigoroso, as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico’. Ninguém contestará o sr. Florestan Fernandes. Mas é

lamentável que ele julgue ter apresentado argumento válido contra nossa proposição [...] Não merece afinal respeito quem quer que tenha a audácia de proclamar que o sociólogo brasileiro não deve ‘observar, de modo íntegro e rigoroso, as normas científicas’ [...] Poderá ser considerado apropriadamente cientista social a bizarra criatura a que se referem estas palavras? Ou não existe tal criatura, ou o sr. Florestan Fernandes não consegue exprimir, com exatidão, o pensamento de que discorda. No que nos diz respeito, o professor paulista incorre em inexatidão (RAMOS, 1965:23-24)

Dizendo-se vítima de incompreensão, Ramos procede a exemplificar suas teses utilizando exemplos de seu trabalho junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) sobre mortalidade infantil e como, naquela pesquisa, por julgar que as causas de mortalidade infantil no Brasil eram sobretudo de natureza exógena, ou seja, devido a causas ambientais adversas ao parto saudável, a utilização de certa metodologia francesa que não considerava essa realidade não seria cabível. Este seria um exemplo, inclusive, de redução sociológica (RAMOS, 1965:25ss).

Em *O Padrão de Trabalho...*, Florestan Fernandes reconhece o comprometimento com o meio social e cultural, porém “isto está posto antes, no horizonte intelectual do pesquisador, e será o ponto final na medida que seu resultado poderá ser usado pela comunidade” (OLIVEIRA, 1995:107). O processo em si de elaboração do conhecimento, a pesquisa empírico-dedutiva, “podem e devem estar resguardados dos móveis extra-científicos” (idem), conforme explica Lúcia Lippi de Oliveira. Essa postura é bastante mannheimiana e típica do que Freitag (1987) chama de fase *acadêmico-reformista* de Fernandes²³. Lúcia Oliveira aponta que Florestan e Guerreiro trabalhavam com critérios distintos a respeito do critério para a descoberta da verdade (isto é, a relação entre sujeito e objeto do conhecimento), ainda que haja concordância entre eles a respeito dos métodos para apreensão desse conhecimento (OLIVEIRA, 1995). Como explica a autora:

²³ Mais detalhes sobre esta classificação na seção 4.2

Um vai falar no conhecimento como verdade, outro na adequação, na abrangência do conhecimento. Esta diferenciação passa por questões metateóricas mas deixa seus rastros na escolha dos modelos e dos ‘pais fundadores’ da disciplina. Se, para Florestan, Marx, Durkheim e Weber são indiscutíveis, Guerreiro vai destacar como precursores Proudhon e Saint-Simon, na mesma linha de Gurvitch. Se para Florestan ciência é positividade, para Guerreiro ela é consciência, é perspectiva (OLIVEIRA, 1995:108)

É por este motivo que as análises sobre a emergência, importância e papel social da sociologia diferem entre os dois autores. Se em Florestan o processo obedece aos mesmos princípios que obedeceu na Europa, para Guerreiro, o Brasil é um caso particular de um processo geral. Embora fatores como a industrialização de São Paulo (e outros discutidos na seção 1.3) tenham influência sobre a formação do saber sociológico no Brasil, isso não significa que outros lugares não possuam também sociologia. Para Guerreiro Ramos, a ação da sociologia é mais política, criando o espírito, a atitude sociológica (OLIVEIRA, 1995:108ss).

Florestan mais uma vez voltaria a escrever sobre as recomendações de Guerreiro em trabalho publicado em 1968 chamado *Sociedade de classes e Subdesenvolvimento*, afirmando que o equívoco central de Guerreiro cairia sobre a própria concepção de sociologia que ele parecia utilizar. Visto que, na visão fernandiana, as posições de Guerreiro Ramos implicavam que a própria natureza dos problemas sociológicos a serem investigados exigiria recursos metodológicos, conceituais e teóricos específicos e *exclusivos*, o sociólogo seria convertido de “sociólogo em ideólogo e leva-o a ignorar ou a subestimar os requisitos da explicação científica e, até, o que torna o conhecimento científico verdadeiramente útil [...] a própria Sociologia seria [...] fonte de falsos problemas” (FERNANDES, 1972:16). Sendo assim, mesmo considerando-se a sociologia um produto orgânico de uma cultura, seria possível extrapolar e construir métodos e técnicas de uso universal (BARIANI, 2003; FERNANDES, 1972:17ss).

Vale considerar, por fim, que Guerreiro Ramos, após discorrer extensamente sobre as críticas de Florestan Fernandes à sua *Cartilha*, aponta um texto mais recente no qual Florestan Fernandes revelaria “indícios de que [...] está lutando contra os

preconceitos escolásticos” (RAMOS, 1965:38). O escrito ao qual se refere Ramos é *A Sociologia como Afirmação*, publicado em 1962:

[...] o escrito [“O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”] ainda tem muito de esoterismo, mas ao terminá-lo o autor escreve páginas que nos inspiram a convicção de que o professor paulista está em processo de autocrítica. Diz ele [FF]: ‘o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de pôr os conhecimentos sociológicos a serviço das tendências de reconstrução social’ (A sociologia..., p. 39). Quem conhece os escritos do professor paulista se dará conta de que essa frase é, nele, indicativa de uma revolução interior. O Sr. Florestan Fernandes já escreve sobre a sociologia militante. Temos a esperança de que se torne, em breve, um sociólogo militante. Só então se eliminará sua resistência à redução sociológica (RAMOS, 1965:38-39)

Conforme observa Bariani (2003), é de Guerreiro Ramos o primeiro vislumbre do sociólogo e do militante que Florestan Fernandes viria a se tornar; percebendo o acento mannheimiano da produção de Florestan Fernandes de então.

Ambos se preocupam com a modernização e suas consequências sociais. Possuem alguns objetos de análise em comum, como a industrialização, a urbanização e a sociedade de classes. Ambos veem a sociologia como um saber que tem muito a contribuir com o país, na medida que o compreende. Contudo, como cada um propõe uma sociologia distinta para responder à estas questões, temos a divisão nesta dissertação entre “escola paulista” e “escola carioca” (OLIVEIRA, 1995:109ss) ou, para retomar a terminologia adotada por Ramos, sociologia “científica” e “autêntica” (LIEDKE FILHO, 2003; RAMOS, 1965).

Com todo o exposto até aqui, pergunta-se qual o valor da divisão apresentada no início da seção entre sociologia “autêntica” e “científica”? Há valor heurístico em dividir esse período de constituição do saber sociológico desta forma?

Retornando à datação de Liedke Filho que, ao falar da emergência da institucionalização acadêmica da Sociologia em solo brasileiro fala, além da “sociologia

autêntica” e Guerreiro Ramos como seu representante, aponta a existência de uma “sociologia científica”. Sobre ela, diz o autor:

O início do período da Sociologia Contemporânea corresponde à fase de emergência da Sociologia Científica, que buscava, sob a égide do paradigma estrutural-funcionalista, a consecução de um padrão de institucionalização e prática do ensino e da pesquisa em sociologia, similar ao dos centros sociológicos dos países centrais. A concepção de desenvolvimento desta abordagem teve sua expressão na Teoria da Modernização e em sua análise do processo de transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, sob uma ótica dualista como em *Os Dois Brasis* de Jacques Lambert (FILHO, 2005:382, grifos do autor)

Perceba-se que, para Liedke Filho, essa etapa do desenvolvimento da Sociologia brasileira está intimamente ligada à fundação da ELSP (1933) e da USP (1934) e a consequente profissionalização da prática sociológica brasileira. Nisto ele concorda com Ianni (1989); é a partir da década de 40 do século XX que uma geração de sociólogos, já entendidos como pessoas formadas nos quadros das instituições de ensino superior de molde contemporâneo, beneficiados pelo intercâmbio com especialistas estrangeiros e, no caso paulista, o clima cultural que permitia uma maior circulação de ideias (o caso dos manuais citado na seção 1.2 é sintomático) o que permite que trabalhem “com amplo domínio de teorias e métodos, combinando pesquisa de campo com pesquisa histórica” (IANNI, 1989:91), seja para concordar ou discordar das teorias sociológicas então estabelecidas e suas interpretações. Ianni coloca os nomes de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos nessa *terceira geração* de sociólogos, treinados por nomes como Emílio Willems ou Artur Ramos. Ainda que Ianni reconheça a existência de, como o próprio diz, outras escolas de sociologia, citando inclusive seus locais de produção, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, dentre outros, no fim, faz a escola paulista ser a “vencedora” da disputa de legitimidade científica. Segundo o próprio:

Aos poucos, no ambiente intelectual brasileiro, dentro e fora da universidade, configuram-se várias “escolas” de sociologia. Algumas mais visíveis e

ativas, outras menos, mas indiscutivelmente várias [...] nessa altura da história, dentre as tendências, escolas ou estilos de pensar que se formam, *emerge a sociologia crítica elaborada por Florestan Fernandes*. Aos poucos, *pela originalidade das contribuições teóricas e históricas*, a sua obra se sobressai no âmbito da sociologia brasileira (...) é claro que outra obra também se afirma de maneira mais ou menos marcante. *Mas é inegável* que o conjunto das monografias e ensaios, livros e artigos, cursos e conferências, campanhas e debates produzidos por Florestan Fernandes revelam uma obra vigorosa, nova, com larga influência no ensino e pesquisa [...] *inaugura uma linguagem sociológica que descortina novas possibilidades de pensar e modificar a sociedade*, a história (IANNI, 1989:92, grifos nossos)

Uma leitura atenta deixa claro que Ianni claramente põe as contribuições de Fernandes em alto lugar e por um grande valor, e por extensão (pois era feito segundo os mesmos métodos e animado por aspirações senão iguais, semelhantes, conforme seção 2.2) do que está sendo chamado nesta dissertação de escola paulista de sociologia. Com palavras menos incisivas, Oracy Nogueira (1981) realiza um procedimento semelhante. Ao traçar uma breve história do desenvolvimento da sociologia no Brasil, ele coloca o surgimento da ELSP e da USP como um marco no surgimento de uma comunidade *profissional* de sociólogos brasileiros, o que concorda com todas as datações apresentadas até aqui. A exposição de Nogueira, note-se, busca dar um panorama o mais abrangente possível dentro da sua proposta de texto introdutório, e há espaço nela para as atuações de Guerreiro Ramos, à escola de Recife (em particular o corpo docente do Instituto Joaquim Nabuco) e outros, além das esperadas exposições das obras dos precursores Alberto Torres e Sílvio Romero.

O intercâmbio com sociólogos estrangeiros é um fato rotineiramente associado à excelência acadêmica que a USP (e a ELSP) alcança nas décadas de 40 e 50 do século XX. Oracy Nogueira liga diretamente o trabalho dos cientistas sociais estrangeiros à consolidação do que chama de quarta fase do desenvolvimento da ciência social brasileira (NOGUEIRA, 1981:198ss) e de fato a presença desses profissionais foi de grande monta quando se olha para a profissionalização da pesquisa sociológica no país.

Dito isso, a “Sociologia Científica” pode ser vista como o resultado da junção da fortuidade do intercâmbio estrangeiro em uma instituição que, por questões socioeconômicas, políticas e culturais diversas, o estimulou e apossou-se desse saber o quanto pôde, além dos méritos propriamente acadêmicos dos egressos dessas instituições de ensino. Liedke Filho, contudo, não parece utilizar o termo enquanto tipologia estrita, aplicável à pesquisa sobre a institucionalização da sociologia, ainda que de maneira restrita. Seu texto parece se restringir à uma descrição do que é, na medida que fala do período pós-II Guerra, prioritariamente a sociologia da escola paulista, abrindo espaço para o contraponto, no caso, a sociologia de Guerreiro Ramos e seus companheiros de ISEB.

Portanto, “sociologia autêntica” e “sociologia científica” são tomadas como nomenclaturas úteis na medida que se tenha em mente a falta de rigor epistemológico e teórico por trás dessa classificação algo *arbitrária*, ou seja, são nomenclaturas utilizadas para “etiquetar” duas *tendências* do trabalho científico em ciências sociais de então (décadas de 30 a 50), em particular no âmbito do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos — e somente com estas ressalvas.

Embora as diferenças entre os dois autores não possam ser esquecidas, pois são extensamente reconhecidas (inclusive pelos próprios) e notórias, também devem ser evitados pensamentos demasiado esquemáticos e estreitos. O esforço de Oliveira (1997) em delinear as diferenças entre os dois, sem nomeá-las com uma etiqueta chamativa, talvez apontem em uma direção mais ditosa. Se Florestan e Guerreiro divergem na sua epistemologia; a relação do trabalho científico com a nação; o caráter e formação do próprio cientista e, finalmente, sobre a natureza axiológica da investigação científica, os dois convergem nas suas preocupações com a modernização da sociedade brasileira e que, independente do *como*, a sociologia tem papel fundamental neste processo (OLIVEIRA, 1997:91-109).

Todavia, esses nomes apontam para divergências entre os projetos para a sociologia de ambos e são essas divergências que são o tema da próxima seção, que utilizará a questão do *ensino de sociologia* como exemplo da expressão social dessas divergências, dessas ideias em conflito no campo do saber científico, conforme dito na Introdução do presente texto.

4.2 - Dois projetos para uma ciência: o caso do ensino de sociologia

Conforme o que foi dito em seções anteriores, a criação da USP pode ser vista como resposta de uma elite derrotada politicamente que busca na educação superior um campo social para exercer seus planos políticos e culturais. A inserção da Sociologia no território brasileiro, diferenciada quando comparada aos processos dos demais países latino-americanos, também se dá dentro de um projeto elitista de dominação político-cultural. Os debates dos anos 40 e 50 sobre a sociologia como um saber *escolar*, sua implementação e ensino propriamente dito, podem ser postos aqui como uma *amostra* do conflito entre os dois projetos para a Sociologia encampados em Rio e São Paulo.

Menciona-se novamente o II Congresso Latino-Americano de Sociologia e o I Congresso Brasileiro de Sociologia que, além de verem a exposição das recomendações de Guerreiro Ramos, também foram palco de debate sobre os rumos educacionais da sociologia feita no Brasil de então (BARIANI, 2003). Serão comparadas as intervenções de Fernandes e Ramos sobre o assunto, feitas no âmbito do congresso, e também fora dele, com o intento de lançar luz sobre os projetos dos autores para a Sociologia.

Antes, um pouco de contextualização histórica e temporal.

A partir de 1942, durante o Estado Novo de Vargas, o ministro da Educação do período, Gustavo Capanema, instituiu uma reforma curricular em território brasileiro que, em termos gerais, buscou desfazer o que o ministro anterior, Francisco Campos, almejava. A Reforma Capanema, como é conhecida, é entendida como uma estratégia de reação ideológica à modernização do ensino em bases mais científicas proposta por Campos, negando um currículo laicizado, retornando assim à formação intelectual de influência católica (FEIJÓ, 2012). A retirada da Sociologia do currículo escolar perdurou quase trinta anos. A Reforma, que divide o secundário em dois períodos (ginasial e colegial), estabelece que o segundo período teria uma duração de três anos ofertando dois cursos paralelos: o científico, com uma formação voltada às ciências e o curso clássico voltado à formação intelectual, o que naquele tempo significava um foco em línguas clássicas e filosofia, e estabelece que a conclusão de um desses dois cursos é requisito legal para inscrição no vestibular (SANTOS, 2002). Uma outra consequência

da Reforma Capanema foi a desestruturação do magistério nas Ciências Sociais brasileiras, conforme explica Alessandra Nascimento (2011):

É importante salientar que este processo de desestruturação do magistério nas Ciências Sociais foi iniciado na década de 1930. Um período no qual a formação universitária do professor foi reconhecida como uma prática institucional importante para a consolidação destas Ciências. Tal prática encontrou apoio no trabalho de Azevedo, no Instituto de Educação (IEUSP), em 1933, e no de Anísio Teixeira, junto a Escola de Educação da UDF, em 1935. Não obstante estas iniciativas terem sido bem-sucedidas, ambas foram encerradas pela ação do governo estadual em 1938 (NASCIMENTO, 2011:52)

Percebe-se que a situação criada em 1938 leva a um desequilíbrio entre o número de egressos de cursos de ciências sociais e postos de trabalho onde tais egressos poderiam exercer suas atividades profissionais. O desequilíbrio entre oferta e demanda de cientistas sociais chegou a tal ponto que em 1954 havia no país aproximadamente 150 cátedras de Sociologia, das quais apenas 30 estavam localizadas em instituições universitárias; o restante estava nos Institutos de Educação e nas Escolas Normais, muitas sob forte influência católica (AZEVEDO, 1973), o que tornou o campo do mercado de ciências sociais peculiarmente dividido entre uma falta crônica de profissionais habilitados pelas universidades em convívio com uma abundância de oportunidades de emprego nos institutos de educação e Escolas Normais (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955:46 apud NASCIMENTO, 2011:53)²⁴. Pode-se entender que o contexto profissional da época era, no mínimo, precário, ao menos no que se refere ao ensino de sociologia, o que torna os debates sobre o assunto mais do que simples discussões sobre didáticas específicas ou querelas de classe profissional. Como resume Florestan Fernandes no início de sua comunicação ao I Congresso Brasileiro de Sociologia:

²⁴ Ou seja, a falta crônica se refere à profissionais habilitados pelas *universidades* e não ao número de egressos ou cátedras. O que se discute nos textos de Azevedo (1973) e Nascimento (2011) é a *qualidade* da formação profissional do que seria o(a) sociólogo(a) brasileiro naquele momento histórico. Daí a afirmação seguinte a respeito da precariedade do contexto profissional da sociologia no Brasil naquele momento.

Os interesses profissionais alimentam a presunção de que seria uma medida praticamente importante e desejável a introdução da sociologia no currículo da escola secundária brasileira. Adimite-se [sic] que as oportunidades docentes concedidas aos licenciados em ciências sociais são demasiado restritas. A ampliação do sistema de matérias do ensino secundário permitiria garantir uma absorção regular ou permanente dos licenciados nesse setor e garantiria às secções de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia uma certa equivalência com as demais secções, no que concerne à motivação material dos alunos, que procuram essas Faculdades porque pretendem dedicar-se ao exercício do magistério secundário e normal. Tais interesses são naturalmente legítimos. Nas condições brasileiras é quase impossível estimular o progresso das pesquisas sociológicas sem que se criem perspectivas de aproveitamento real de pessoal especializado. Contudo, a questão nem mereceria ser discutida, se somente pudesse ser encarada à luz dos interesses profissionais dos sociólogos, por mais nobres e louváveis que fossem os seus fundamentos ou os efeitos que deles poderiam advir (FERNANDES, 1977:105)

As razões para a exclusão da Sociologia do colegial durante a reforma Capanema são usualmente explicadas como uma manobra ideologicamente orientada de certa(s) elite(s) dominante(s) alinhadas com o pensamento conservador católico da época, interpretação que não se contesta aqui. Apenas apresenta-se, a título de comparação e contraponto, uma outra, da autoria de Amaury Moraes (2011). Este autor afirma que a exclusão da Sociologia do currículo pode ser pensada menos a partir de preconceitos ideológicos e mais à indefinição do papel dessa disciplina “no contexto de uma formação que se definia mais orgânica, resultado do estabelecimento de uma formação que se definia mais técnica [...] em relação à concepção de educação” (MORAES, 2011:365).

Moraes entende que os defensores da disciplina falharam em talhar um espaço para si dentro de um sistema educacional que pendia, cada vez mais, em direção à uma preparação para o ensino superior, portanto, um ensino *propedêutico* ao invés do ensino *formativo* que após a década de 30 do século XX compõe o ensino de Sociologia no Brasil. Dessa forma, Moraes busca uma interpretação da ausência da Sociologia dos

currículos escolares que passe pelas dificuldades estruturais e didáticas do que, necessária e primariamente, pelos aspectos políticos e ideológicos de determinados grupos políticos, ainda que reconheça a importância de incorporá-los em análises do assunto. Santos (2017) concorda com esta avaliação, ao menos no que ela compreende o período estudado aqui, dizendo que a Sociologia, enquanto disciplina escolar, “não havia conquistado os devidos requisitos para compor o currículo, talvez pelo fato de ser uma ciência completamente nova para o período” (SANTOS, 2017:37).

Independente dessas observações, a situação da Sociologia no ensino secundário da época era vista como o resultado de uma contradição entre as condições socioeconômicas do Brasil de então e as origens do ensino no Brasil, ligados à tradição acadêmica herdada de Portugal que punha erudição em alta conta, em detrimento de saberes técnicos e uma visão moderna do papel da educação em dada sociedade (cf. FERNANDES, 1977:112); análise melhor desenvolvida por Fernando de Azevedo, do qual Fernandes retira conclusões e traça sua exposição ao I Congresso de Sociologia.

Florestan Fernandes, após iniciar sua fala naquele Congresso apontando a relevância do debate sobre o ensino de Sociologia, conforme citação acima, passa a resumir contribuições de outros palestrantes a fim de entender “as funções universais da sociologia no sistema educacional” (FERNANDES, 1977:107), pois para ele o debate sobre o ensino de sociologia deveria começar pelo *objetivo a ser alcançado* com isto. Ao comentar as contribuições de Emilio Willems, diz Florestan Fernandes:

Contudo, coube a Emilio Willems, através de artigos e publicações esparsos, propor problemas dessa ordem [i.e. as possibilidades da educação em face da modernização brasileira] com maior espírito de exatidão científica. Ele não só contribuiu para abrir novas perspectivas, em nosso meio intelectual, para o debate da significação do ensino das ciências sociais, quanto para assinalar certas esferas em que uma intervenção racional, com apoio em conhecimentos antropológicos e sociológicos obtidos empiricamente, poderia favorecer a mudança de determinadas atitudes em um sentido desejável. No que concerne à função geral do ensino das ciências sociais em um sistema educacional que o comportasse, o ponto em que insiste é o relativo às condições de vida política nas

sociedades democráticas (FERNANDES, 1977:107)

Florestan Fernandes não tece nenhuma crítica específica à Willems e, mais à frente, afirma que o estudo e ensino de sociologia decorrem dos princípios citados acima, como também afirma que o escopo desse ensino deve ser munir o estudante de “instrumentos de análise objetiva da realidade social [...] sugerir-lhe pontos de vista mediante os quais possa compreender seu tempo” (FERNANDES, 1977:108) e o da difusão da Sociologia, o de compreensão da *natureza humana* e da atuação dos processos sociais “de modo que possa acomodar-se com êxito a essa parte da realidade e assim conseguir certo grau de *controle* sobre ela” (idem, grifo nosso).

Note-se que há dois momentos na exposição fernandiana ao falar do papel da Sociologia na relação deste saber com a sociedade brasileira de então: primeiramente, a Sociologia seria o remetente daquelas ferramentas de interpretação e controle sobre a sociedade humana e, portanto, seu *objetivo* ao ser inserida no sistema educacional brasileiro (e *lato sensu* na vida social como um todo) como um saber de intervenção e reforma social fica estabelecido. Não basta à Sociologia ser um saber de mudança interna e subjetiva, algo que sugere pontos de vista e uma hermenêutica da vida em grupo para uma parcela de humanos expostos à estrutura educacional formalizada. À Sociologia também cabe a tarefa de ter parte na mudança crítica à sociedade brasileira daquele momento.

Contudo, o próprio reconhecia que devido à forma de constituição da disciplina até aquele momento, não era essa a realidade de seu ensino. Devido ao caráter “humanístico-literário, de extensão enciclopédica e de ação propedêutica, mais preso à tradição acadêmica herdada do passado [do que às] necessidades intelectuais impostas pelo presente” (FERNANDES, 1977:112) do ensino, e o ensino de Sociologia pode ser considerado parte dessa realidade, não se poderia deixar a docência da disciplina e nem os caminhos institucionais socialmente consolidados percorridos pelos discentes (e futuros professores e professoras) em Sociologia à revelia. O ensino secundário brasileiro, herdeiro dessa tradição lusitana humanística e enciclopédica, vista como em franca oposição ao tempo presente, dificulta a tarefa da educação de viabilizar o progresso necessitado pela sociedade brasileira. A universidade seria, portanto, a única

maneira, dentro daquelas circunstâncias institucionais, de introduzir a sociologia no ensino médio, ao exigir de seus egressos conhecimento sociológico que somente poderia ser obtido através dessa brecha (SANTOS, 2017:39).

Florestan Fernandes era cômico da dificuldade de implantar seu projeto para a Sociologia, em particular devido à já citada tradição lusitana na educação que via como presente no seu tempo, levando as escolas superiores a servir como “canais de ascensão social ou, quando menos, como sistema de peneiramento, destinado a selecionar as personalidades aptas para a liderança política e administrativa” (FERNANDES, 1977:114), o que aponta para a percepção que a dificuldade enfrentada além de histórica também tinha raízes sociais e políticas. Santos (2017) entende que para Fernandes a simples inserção da Sociologia no currículo escolar, sob estas condições sociopolíticas e culturais, não cumpriria o objetivo de ser uma educação crítica e “jamais teria o caráter de ferramenta consciente de avanço social” (SANTOS, 2017:40).

Bárbara Freitag (1987), ao analisar a obra de Florestan Fernandes, defende que esta, *grosso modo*, sofre uma ruptura após o AI-5 e sua aposentadoria compulsória e segue o traçado dessa mudança em seu pensamento. Neste esforço, a autora aponta uma descontinuidade entre uma postura *acadêmico-reformista* e outra, posterior ao AI-5, que chama de *político-revolucionária*, e apresenta três eixos que norteiam a produção tida como acadêmico-reformista e que são, segundo ela, abandonados ou metamorfoseados na postura que Fernandes assume após o endurecimento da ditadura em 1969. Voltando para a primeira postura e seus eixos, conforme explica a autora:

A problemática por ele estudada em sua fase *acadêmico-reformista* gira em torno de três eixos temáticos: (a) o debate e a reflexão teórica da Sociologia como disciplina; (b) a análise antropológica do índio brasileiro; e (c) o estudo pormenorizado da realidade brasileira. [no primeiro eixo temático] os problemas aqui discutidos se vinculam à problemática do conhecimento sociológico como ciência, às implicações metodológicas que enfrenta o cientista ao reconstruir a realidade social, e à atuação do sociólogo como analista e crítico da realidade. (FREITAG, 1987:165)

Para Freitag, os escritos fernandianos nessa fase transparecem uma “fé na capacidade da razão e da ciência de captar a dinâmica do processo histórico e nele interferir” (op. cit), o que a autora relaciona com as afinidades deste com as concepções teóricas de Mannheim e Freyer. Na visão da autora, estudos pormenorizados da realidade brasileira como *Negros e Brancos no Brasil* (1961) e *Educação e Sociedade no Brasil* (1966), além de uma variedade de artigos e ensaios publicados à época, mostram que Florestan Fernandes partia de suas análises para uma crítica das bases materiais e culturais da sociedade brasileira que, segundo ele, apresentavam empecilho para o estabelecimento de uma modelo democrático. A autora afirma que no entender de Fernandes “os dilemas e problemas sociais brasileiros só teriam solução dentro de uma visão que teríamos de chamar *liberal-democrática*” (FREITAG, 1987:166, grifo da autora), com particular importância para o papel do cientista, do intelectual e do educador na denúncia dos obstáculos ao acesso de grupos étnicos e minorias a bens materiais, sociais e culturais.

Luiz Werneck Vianna (1994) pensa em Florestan Fernandes como um sociólogo de vocação mertoniana que utiliza a noção de *intelligentsia* de Mannheim para suplementar as deficiências de aplicação de um saber acadêmico e científico em um país eivado de relações autoritárias e arcaicas. Sobre a sociologia fernandiana, Vianna afirma que esta não se quer traduzir em uma política. Ela se encampa na e se ocupa da sociedade civil, dos direitos, da reforma institucional e moral e da cidadania, visando a constituição de uma ordem social competitiva (VIANNA, 1994:372). Freitag associa especificamente a luta de Florestan Fernandes a favor da escola pública, no contexto de votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, enxergando na plataforma da democratização do ensino uma efetivação de um discurso burguês entoado pelo Estado. A autora inclusive afirma que o próprio Fernandes se arrolou entre os ditos *burgueses radicais* neste período.

Essa cronologia tecida pela autora também se aplica à visão de Florestan Fernandes sobre o papel da universidade (enquanto lugar de *ensino*, especificamente) diante das transformações sociais da época. Fernandes cria que à universidade eram atribuídos dois papéis fundamentais: o da democratização das elites e da produção de ciência e tecnologia promotora de desenvolvimento econômico e modernização da

sociedade (FREITAG, 1987:172), progressivamente mudando de opinião após 1969, como delineado por Freitag (1987). Note-se que para as comparações com o pensamento de Guerreiro Ramos que são o foco deste texto o primeiro período será considerado detidamente, enquanto que o segundo não o será, pois, apesar da suma importância da obra posterior ao exílio de Florestan Fernandes, uma análise pormenorizada foge aos presentes objetivos.

No que tange à postura que Florestan Fernandes demonstra durante a fase que chama de acadêmico-reformista, Freitag sumariza sua leitura conforme fragmento abaixo:

Em sua fase acadêmico-reformista Florestan Fernandes atribui à universidade um peso decisivo na democratização e reestruturação da sociedade brasileira. Orientando-se teoricamente nos modelos do planejamento social de Mannheim e Freyer, acredita que os impulsos para uma mudança social planejada podem ser dados a partir das escolas e dos centros universitários, onde educadores, cientistas sociais e intelectuais assumiriam a liderança no processo controlado de mudança. Com seus instrumentos racionais de análise (ciência) e controle (planejamento) dos processos societários, acreditava poder intervir conscientemente na dinâmica histórica, desencadeando, com auxílio da educação e conscientização radical na sociedade (*Fundamentaldemocratisierung*, segundo Mannheim). Seria a *intelligentsia* desarraigada dos interesses de classe imediatos que tomaria em mãos o destino da nação, conduzindo-a de forma segura para formas democráticas, igualitárias e justas de organização social (FREITAG, 1987:178, grifos da autora)

A *intelligentsia* enquanto sujeito da intervenção social desejada seria ou a comunidade científica, para Fernandes, ou uma outra comunidade, mais próxima do Estado, ainda científica, embora em uma acepção talvez diversa da paulista, para Ramos. As sociologias paulista e carioca convergem na sua inscrição da disciplina sociológica na vida pública em torno de uma agenda de reformas sociais, ainda que organizacionalmente, ideologicamente e politicamente diferissem uma da outra; São Paulo em uma orientação estadunidense, aplicada ao eixo interesses-direitos-cidadania

e Rio de Janeiro sob inspiração mannheimiana do papel da *intelligentsia* como intérprete em geral da sociedade, focando no papel que a dimensão econômica teria para o desenvolvimento nacional, privilegiando um eixo Estado-povo (VIANNA, 1994:379ss).

Pelo que Bariani (2003) depreende dos anais do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, o ponto de vista de Guerreiro Ramos sobre o ensino de sociologia tem algo de similar ao de Florestan Fernandes. Para Ramos:

[...] o ensino da sociologia na escola seria não uma simples forma de vulgarização de informações mas um modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover certa emancipação em relação ao colonialismo cultural, seria um outro *front* de combate aos males da transplantação, referida agora ao cotidiano, ao senso comum, à percepção da realidade brasileira que possuíam os não-especialistas, o povo; a sociologia (mesmo como disciplina escolar) serviria a um propósito libertário e conscientizador, um saber que suprimiria a ingenuidade alienada (BARIANI, 2003:13)

Contudo, apesar de reconhecer a importância do ensino da disciplina, era cético quanto à sua aplicabilidade, em particular devido à persistência de uma visão alienada do país, além da falta de profissionais especializados para a docência (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1954:319-320 apud BARIANI, 2003); foi redarguido por Fernandes, dizendo que uma formulação adequada dos problemas da sociedade não garantiria uma autoconsciência racional da realidade brasileira (idem, 342 apud BARIANI, 2003). Bariani vê nesta troca mais uma instância reveladora do confronto entre as duas visões para a sociologia esposadas pelos autores (e no futuro consubstanciadas no Seminário e no ISEB). Guerreiro Ramos perseguia o enraizamento da sociologia na realidade nacional e insistia que conceitos e teorias transplantados sem a devida depuração e, por que não dizer, *redução* sociológica seriam um entrave ao desenvolvimento da ciência social. Urgia à sociologia um compromisso com o país em sua realidade nacional (BARIANI, 2003:16ss).

É deste projeto para a sociologia que advém as recomendações que tanto conflito trariam nos anos seguintes. A coadunação da pesquisa sociológica à realidade nacional deveria também passar pelos métodos, objetivos e objetos de pesquisa contemplados,

com vistas à aplicação desse saber; por isso preferia-se os estudos gerais em detrimento dos estudos de caso (idem). Desta forma, o ensino escolar de sociologia, a despeito de não ter sido depurado da visão colonizada e alienada, seria uma forma de tornar acessível o saber sociológico ao senso comum (BARIANI, 2003:17). Isto inclusive pode ser visto de forma mais acabada em *A Redução Sociológica*, lançado posteriormente aos dois congressos, onde afirma claramente “a vocação da sociologia, aliás, é tornar-se um saber vulgarizado” (RAMOS, 1965:37).

Como para Florestan Fernandes a nação e as obrigações de um cientista social para com ela ocupavam um papel secundário, ou, ao menos, não superior às obrigações para com a ciência (BARIANI, 2003:17-19), o trabalho científico só seria útil à intervenção nacional na medida que ele fosse alinhado com a ciência, e ciência praticada conforme os grandes centros de produção mundial (Estados Unidos e Europa Ocidental, majoritariamente). Seria característica do trabalho científico o rompimento com o senso comum, ou ao menos, em detrimento deste; portanto o ensino escolar da sociologia serviria à manipulação de técnicas racionais e atualização de mentalidades com vistas ao progresso social (idem). Bariani resume estes posicionamentos da seguinte forma:

Defrontavam-se duas ‘sociologias’: uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação visando o desenvolvimento e a autonomia nacional, e outra que se queria primariamente universalizada (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava tais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas (BARIANI, 2003:18)

Novamente registre-se que Florestan manifestava cautela quanto às possibilidades de reforma social através do ensino de sociologia devido às estruturas sociais que sustentavam esse ensino, que não permitiriam a um saber como a sociologia lugar relevante no ensino básico, circunstancialmente propedêutico e herdeiro da tradição ibérica do ensino mais como insígnia de distinção do que fornecedor de técnicas e saberes necessários ao mundo do trabalho (FERNANDES, 1977:112ss). Como o próprio diz na sua comunicação ao I Congresso Brasileiro de Sociologia:

As condições peculiares de formação da sociedade brasileira exigem muito mais do ensino. Este não poderá operar como 'instrumento consciente de progresso social' enquanto não for organizado tendo em vista essas condições [...] e as funções dinâmicas da escola (FERNANDES, 1977:115)

Nas condições do sistema de ensino brasileiro estabelecidas naquele momento, Florestan não via muito espaço para a sociologia, a não ser no ensino superior, e seria por essa entrada que a sociologia poderia ter lugar no ensino básico (FERNANDES, 1977:113); o que pode ser lido como uma proposta estratégica a fim de garantir algum terreno diante do atraso entre a rápida transformação da sociedade e o lento avanço do sistema de ensino regular diante das demandas apresentadas a ele.

Se Guerreiro Ramos via a sociologia como um saber que faria parte do processo de autoconsciência da sociedade brasileira, Florestan Fernandes a via como uma ciência positiva de aplicações variadas, cuja presença e operacionalização segundo critérios específicos (técnicos e metodológicos) poderiam ser vistos como fatores de mudança cultural e de mentalidade dos sujeitos (SHIOTA, 2010). Conforme diz Ricardo Shiota (2010):

Apesar desses posicionamentos, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes admitiam um papel transformador da sociologia na sociedade brasileira, seja pelo seu ensino na escola secundária e o aproveitamento de suas funções construtivas na mentalidade dos agentes sociais, seja pela racionalização e secularização da sociedade e das instituições provocadas junto com o aparecimento da sociologia, seja pelo planejamento racional, o domínio de critérios racionais para se pensar e mudar a sociedade, seja pela programação do desenvolvimento nacional. Os dois sociólogos compartilharam uma concepção segundo a qual a sociologia provocava, de uma forma ou de outra, mudanças culturais e políticas na sociedade brasileira (SHIOTA, 2010:236)

Por fim, os dois autores circunscreviam suas observações sobre o caráter, necessidade e possibilidade do ensino escolar de sociologia às suas próprias teorias sobre a ciência social, seu lugar na sociedade e sua influência na cultura, política e

economia; como seria possível fazer valer o que era *desejável* para ambos? A dimensão do projeto dos dois é política e fica clara. Ambos partem de um projeto para a sociologia e chegam a lugares diversos: Fernandes à uma via que poderíamos chamar *cívica* (cf. FREITAG, 1987 e VIANNA 1994) e Ramos à uma via mais propriamente *política* (Lynch, 2015 e RAMOS, 1960;1965). Por último, é preciso frisar que o Florestan pós-exílio possui posicionamentos claramente políticos que, ainda que uma leitura veja continuidades entre suas fases exista²⁵ (o que contraria a leitura de Freitag), são mais evidentes no período após 1969. Semelhantemente, Ramos é removido da cena política nacional²⁶ e após seu exílio nos Estados Unidos, não retorna ao Brasil e, embora suas contribuições para a teoria da administração e considerações sobre o estudo da burocracia sejam conhecidas e estimadas, fogem do escopo deste trabalho.

²⁵ Autores como Pinto (2008) e Ortiz (1989) frisam a continuidade entre as ditas fases da obra de Florestan e ambos se apoiam em extensa leitura e reflexão para fazê-lo. Adotou-se a divisão em duas fases proposta por Freitag nesta dissertação por consideração aos objetivos desta e, principalmente, à temporalidade que tratamos aqui: o Florestan pós-69 não está mais em “contenda” com Guerreiro e vice-versa, pois àquelas alturas o cenário político-institucional que sustentava e dava sentido a ela modificara-se substancialmente.

²⁶ A respeito da atuação política de Ramos, além do citado anteriormente a respeito do seu tempo no TEN, ver Freire (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma forma de pensar sedutora, às vezes pouco produtiva e geralmente estimulante, porém pouco rigorosa. É assim que Bariani (2003) descreve o procedimento de pensar por comparações. Não se buscou na presente dissertação revelar o insuspeito vínculo ou a inédita apreensão do pensamento de dois autores que, no que pesem suas diferenças, são basilares para a história das ciências sociais no Brasil. Além da dúvida que paira sobre a possibilidade de tal empreitada, visto que ambos foram e são exaustivamente investigados, analisados e comparados rotineiramente dentro e fora dos campos das ciências sociais e do pensamento social brasileiro, questiona-se se tal procedimento não padeceria dos mesmos problemas que Bariani aponta.

Nesta dissertação propôs-se que cada capítulo e cada seção de capítulo pudesse ser lida de maneira razoavelmente independente, a fim de facilitar uma leitura que buscasse algo específico sobre um dos sociólogos ou sobre a contenda que tomaram parte ou qualquer outro ponto que se julgou necessário ser explicado e desenvolvido aqui. Porém, a possibilidade de que uma pessoa lesse por completo o texto também foi contemplada e, na verdade, recomenda-se este tipo de leitura. A seguir seguem algumas considerações de fundo teórico e metodológico a respeito do texto da dissertação e, em seguida, considerações de estilo a respeito da redação do texto que precede estas linhas.

Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos constroem suas trajetórias dentro das ciências sociais a partir de dois lugares bem diferentes. O filho da lavadeira que através de um esforço hercúleo e uma série de circunstâncias fortuitas e o jovem baiano que, se não rico, ao menos possuía algum acesso à educação e capital cultural. Ambos rejeitariam essas comparações fáceis, como também são rejeitadas aqui — não porque sejam inverdades, mas por ofuscarem em sua simplicidade a teia de relações pessoais e contextos sociais e culturais que cercaram estes dois homens.

Uma análise *sociológica* da obra de dois *sociólogos* deve passar pela análise dos contextos sociais, econômicos e políticos de sua produção e foi com este intuito que o primeiro capítulo e a primeira seção do segundo capítulo foram escritos; ao traçar a

inserção diferenciada (quando comparada com o restante da América Latina), o percurso institucional e as forças políticas responsáveis pela fundação das universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, esperou-se que o leitor tivesse a compreensão da particularidade da experiência brasileira e do contraste entre as experiências paulista e carioca; as consequências desse contraste são parcialmente (pois todo trabalho científico pressupõe demarcações e limitações variadas) vistas na segunda seção do segundo capítulo, com o ISEB e o grupo informal de estudos d'O Capital tomados como sucessores das visões acerca do papel da sociologia esposadas por Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, respectivamente.

Logicamente, afirmar que houve sucessão implica afirmar que há algo a se suceder e por isto o capítulo terceiro e a primeira seção do quarto capítulo se ocupam de expor em linhas sucintas o pensamento de Guerreiro Ramos e de Florestan Fernandes, em largas passadas, a respeito de temas específicos utilizando (e ao mesmo tempo criticando) uma tipologia criada por Liedke Filho (2003): sobre Guerreiro Ramos fala-se de sua *redução sociológica* e a exemplifica-se utilizando suas considerações sobre o dito “problema do negro”; sobre Florestan Fernandes, focou-se não em expor exhaustivamente a biografia do autor, visto que existe abundância de esforços nesse sentido, e sim nos aspectos do seu pensamento que são imediatamente relevantes para a pesquisa presente, quais sejam, sua trajetória até a cadeira de Sociologia I, sua visão acerca do trabalho do cientista social e como isto se relaciona com as críticas que teceu às recomendações de Guerreiro Ramos. Encerra-se a seção com a constatação que a tipologia utilizada para dividir os dois autores, apesar de ter calço na realidade, deve ser utilizada com cautela.

Finalmente, na segunda seção do quarto capítulo é oferecido um *exemplo* de como o embate de ideias entre os dois autores se deu no campo científico e político, através das discussões que cercaram o ensino escolar da sociologia e no que as visões de Guerreiro Ramos e de Florestan Fernandes se relacionam com as linhas-mestras de seus pensamentos expostas em seções anteriores. No início da seção é oferecido um breve panorama histórico a respeito da situação do ensino de sociologia no ensino regular naquele momento.

Após todo o exposto solidifica-se o entendimento do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos como um embate entre *visões de mundo*, ou ao menos, visões a respeito da sociologia, e que este embate, por se dar em um contexto histórico de rápidas transformações socioeconômicas e culturais, adquire contornos que permitem sua utilização como chave hermenêutica para compreensão da forma que a sociologia foi construída no Brasil. Óbvio que uma apreensão ampla seria impossível dentro da dissertação presente e é por este motivo que se optou por apontar a gênese e peculiaridade desse processo através da edição de manuais e compêndios de sociologia no início do século XX e de extratos documentais da contenda entre Florestan e Guerreiro.

Entende-se que a constituição da ciência social no Brasil é um fenômeno que, pela sua abrangência e por sua localização dentro dos temas de pesquisa da sociologia, deve ser visto como inerentemente interdisciplinar; a exposição buscou apreender este objeto e lhe fazer justiça.

A própria história da contenda entre os dois sociólogos mostra como as circunstâncias históricas moldam preocupações teóricas, retroalimentando-as. Após 1964, com o exílio de Ramos e em 69 com a expulsão de Fernandes, nota-se uma mudança no pensamento de ambos. Guerreiro Ramos redireciona seus esforços para o estudo da burocracia (OLIVEIRA, 1997), o que o levará a publicar em 1981, no exterior, o seminal *A Nova Ciência das Organizações*, onde busca traçar as linhas-mestras de uma nova teoria, que chama de teoria substantiva da vida associada (SOARES, 1995). Florestan Fernandes, por sua vez, após o exílio e carreira ditosa no exterior, volta ao Brasil e torna-se um sociólogo militante, que, ironicamente, Guerreiro Ramos havia vislumbrado, ainda nos idos de 56.

Há continuidades e rupturas na trajetória desses autores. De Florestan já foi dito na seção 4.1 que sua obra sofre uma ruptura devido ao exílio e de Ramos pode-se dizer que, embora o próprio reivindique uma continuidade em toda a sua obra (OLIVEIRA, 1997; RAMOS, 1989), há certas mudanças, em particular em relação ao seu posicionamento a respeito das conclusões da CEPAL a respeito do Brasil e à concepção algo fraseológica que utiliza nas suas primeiras obras (OLIVEIRA, 1997). Traçar um mapa detalhado destas mudanças, contudo, fugia aos objetivos da dissertação,

bastando-nos a indicação da necessidade de maiores estudos da obra de Guerreiro Ramos dentro da Sociologia e dos estudos agrupados no campo do pensamento social brasileiro. O mesmo, obviamente, vale para Florestan Fernandes e sua obra.

Apesar do nome “contenda” evocar a imagem de um conflito onde há um vencedor e um perdedor, este é um enfoque equivocado nesta questão. Especificamente, embora leituras anteriores sobre o período favoreçam os esforços do grupo paulista — das utilizadas aqui, destacam-se nisto as de Ortiz (1989) e Nogueira (1981) — em detrimento ou ofuscamento das contribuições da escola carioca à sociologia no Brasil, o fato que a produção carioca, ainda que guiada por objetivos diversos da paulista, atende às especificações teóricas e metodológicas necessárias para serem consideradas *ciência social* é notório. A fim de traçar um quadro mais completo das contribuições, limitações e possíveis atualizações do pensamento destes autores, é necessário esforço contínuo a fim de reconstituir a genealogia da sociologia do Brasil e do pensamento social a respeito da sociologia e seu papel na sociedade.

Animado por este ímpeto, reconhece-se que a presente dissertação não atingiu um equilíbrio total na exposição de parte da obra de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, ainda que levando em conta que por força do objeto e objetivo não se poderia falar de *toda* a obra de nenhum dos dois autores. Durante a revisão bibliográfica e pesquisa em fontes secundárias, considerou-se que interpretações sobre a obra e influência dos autores constantemente apresentavam as contribuições de Ramos em menor medida²⁷ — em particular em campos alheios à sociologia e à historiografia, admita-se, e é provável que esta distância explique a discrepância entre a narrativa de fins dos anos 80 (que Ortiz e Nogueira simbolizam) e esforços mais atuais de ressignificação do lugar do ISEB e de Ramos no cânone nacional das ciências sociais, como os trabalhos de Bariani, extensamente citados aqui. Cabe citar também que as contribuições de Guerreiro Ramos são estudadas dentro do campo da administração e a Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, segue publicando *A Nova Ciência das Organizações* (RAMOS, 1989) e dossiês temáticos sobre o autor.

²⁷ Exemplo algo anedótico: a obra de Nogueira (op. cit.), que se propõe a ser um compêndio acerca da história das ciências sociais no Brasil, dedica menos de meia página aos sociólogos cariocas na sua seção sobre as ciências sociais no Brasil no período entre 1940 a 1964.

É possível que diante deste quadro a exposição entre Florestan e Guerreiro, quando contrastada, revele alguma predileção expositiva a favor de um dos dois autores. Por fim, o uso de notas de rodapé foi minimizado, porém seu uso provou-se inevitável em vários pontos do texto e pede-se a compreensão de quem lê a respeito de sua necessidade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA JR, A. F. **A Escola Pitoresca e Outros Estudos**. Rio de Janeiro: MEC/INEP/CBPE, 1966.

ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

ANTUNHA, H. C. G. **Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma**. São Paulo: MEC/INEP/CBPE, 1974.

ARANTES, P. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60 *in* MORAES, J. Q. (org). **História do marxismo no Brasil – os influxos teóricos (volume 2)**. Campinas: Unicamp, 2007.

ARAÚJO, J. C. S. O projeto de Humboldt (1767-1835) como fundamento da pedagogia universitária *in* **Aprender: Cad. de Filosofia e Psic. da Educação, Vitória da Conquista**, v. 12, p. 65-81.

ARRUDA, M. A. do N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. *In* Miceli, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Sumaré, Fapesp, 1995

ARRUDA, M., & HALLEWELL, L. Modern Society and Culture in Brazil: The Sociology of Florestan Fernandes *in* **Latin American Perspectives**, 38(3), 99-111, 2011.

AZEVEDO, F. A Sociologia na América Latina, e particularmente, no Brasil *in* **Revista de História**, v. 1, n. 3, p. 339-361, 1950.

_____. **Princípios de Sociologia**: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 11ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. USP: a Revolução da Década de 30. **Jornal da Tarde**, 14 de fevereiro de 1973.

AZEVEDO, A. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado) – Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BARIANI, E. **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias** (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2003.

_____. Padrão e Salvação: O Debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos *in Cronos*, Natal-RN, v. 7, n. 1, p. 151-160, jan/jun 2006.

_____. Niger Sum: Guerreiro Ramos, o "problema" do negro e a sociologia do preconceito *in Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 34, 2008.

_____. Certidão de Nascimento: a redução sociológica em seu contexto de publicação *in Caderno CRH*, vol. 28, no. 73, 2015.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª ed. 2000.

BRASIL. Decreto Lei n. 37.608 de 14/7/1955. Caixa 292, maço 13. Arquivo Nacional, 1955. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 23 de setembro de 2019.

BRANDÃO, G. M. **A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito de desenvolvimento do Iseb rediscutido**. Textos para Discussão, São Paulo, n.137, 2004. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1891/TD137.pdf;jsessionid=02DA87AE72574454CEF0DC4C0A93611E?sequence=>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRINGEL, T. G. As Críticas no “Último” ISEB ao Projeto Nacional-desenvolvimentista de Hélio Jaguaribe *in* **Revista Iniciativa Econômica**, v. 4, n. 1, 2018.

BRITO, J. G. Estado e desenvolvimento no pensamento de Octavio Ianni *in* **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 48, 2016.

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CÂNDIDO, A. A Sociologia no Brasil *in* **Tempo Social**, São Paulo, v.18, n. 1, 2006.

CARDOSO, I. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CARDOSO, M. L. **Teorias de Modernização e Expansão Capitalista**. Comunicação apresentada ao GT Sociedade e Estado na América Latina durante o XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 31 mar a 03 jun, 2005.

CARVALHO FRANCO, M. S. de. O tempo das ilusões *in* CHAUÍ, M. e CARVALHO FRANCO, M. S. de. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Entrevista com Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Trans/Form/Ação**, v. 4, p. 5-14, 1981.

CATOIA, C. C. A produção discursiva do racismo: Da escravidão à criminologia positivista *in* **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 11, n. 2, p. 259-278, mai/ago. 2018.

COSTA PINTO, L. A.; CARNEIRO, E. **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

DE TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**. Editora Ática, 1977.

DOUXAMI, Christine. Teatro Negro: a realidade de um sonho sem sono *in* **Afro-Ásia**, n. 25-26, 2017.

FANTIN, J. T. Breves considerações sobre Hiroshi Saito e as diferenças institucionais entre a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no período de estruturação das Ciências Sociais em São Paulo *in* **Áskesis**, v. 6, n. 2, p. 65-80, 2018.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade Brasileira**: em busca de sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1977.

FEIJÓ, F. **Breve Histórico do Desenvolvimento do Ensino de Sociologia no Brasil** *in* Percursos, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 133-153, jan/jun 2012.

FERNANDES, F. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada *in* **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, pp. 28- 78, jul/ set. 1959.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 2^a ed. rev. e ampl., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____, **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____, **A Condição de Sociólogo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial *in* **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347-363, Aug. 2012.

FREIRE, A. O social-trabalhismo do deputado federal Guerreiro Ramos *in* **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. spe, p. 631-638, 2015.

FREITAG, B. Democratização, Universidade, Revolução *in* **O Saber Militante**: Ensaio Sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, R. L. R. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros: sua vida em seu tempo *in* REBUÁ et al (orgs). **Pensamento Social Brasileiro: matrizes nacionais-populares**. São Paulo: Ideias e Letras, 2017.

GONÇALVES, R. S.; BRITO, L. O. B. de. Nacionalização” do marxismo: os casos do Seminário d’O Capital e do grupo Comuna *in* **Revista Outubro**, n. 28, 2017.

GUELFÍ, W. P. O Movimento da sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: As reformas do secundário e os programas de ensino do colégio Pedro II *in* **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, vol. 12, n.1, p.11-30, jan./jun. 2007.

GUIMARÃES, R. E. M. **A Escola de Chicago e a sociologia no Brasil**: a passagem de Donald Pierson pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

IANNI, O. **Sociologia da Sociologia**. Ática: São Paulo, 1989.

JACKSON, L. C. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969) *in* **Tempo social**, v. 19, n. 1, p. 115-130, 2007.

_____. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970) *in* **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 22, n. 65, 2007b

JAGUARIBE, H. A crise brasileira *in* SCHWARTZMAN, S. (org.) **O pensamento nacionalista e os ‘Cadernos de Nosso Tempo’**. Brasília: Câmara dos Deputados/Editora da UNB, 1981.

KLEIN, H. **A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX** *in* *Análise Social*, vol 28(121), quarta série, 1993. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/41010979>> Acesso em Mai 2018.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 6ª edição, 2001 [1ª edição de 1962].

LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição**: Entre a política e a profissão. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1999.

LAMOUNIER, B. O ISEB: notas à margem de um debate *in* **Discurso**, n. 9, p. 153-158, 1978.

LIEDKE FILHO, E. D. A Sociologia no Brasil: História, Teoria e Desafios *in* **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul/dez 2003

_____. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas *in* **Sociologias**, v. 5, n. 9, 2003b.

LIMONGI, F. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo *in* MICELI, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, v. 1. São Paulo: Sumaré, 2001

MAIA, J. M. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: The cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas *in* **Current Sociology**, v. 62, n. 7, p. 1097-1115, 2014

MAIO, M. C. **Guerreiro Ramos interpela a Unesco**: ciências sociais, militância e antirracismo *in* Cad. CRH [online]. vol.28, n.73, pp.77-90, 2015.

_____. **Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos** *in* Cad. EBAPE.BR [online]. 2015, vol.13, n.spe, pp.605-630, 2015b.

MALHEIRO, A. M. P. **A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico e Social**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed, 1976.

MENDOZA, E. S.G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950) *in* **Sociologias**, Porto Alegre, n. 14, p. 440-470, Dec. 2005.

MEUCCI, S. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. **Artesania da sociologia no Brasil**: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre. Curitiba: Appris, 2015.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil** (1920- 1945). São Paulo: DIFEL, 1979.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: 1930-1964 *in* **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - RBCS, v. 2, n. 5, out. 1987 <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_01.htm> Acesso em 17 de Nov 2018.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: Periodização e Campanha pela Obrigatoriedade *in* **Cad. Cedes**, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.

NASCIMENTO, A. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões *in* **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, Apr. 2004.

NASCIMENTO, A. S. **Fernando de Azevedo**: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil. 2011. 400 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/106229>>. Acesso em 28/11/2018.

NOGUEIRA, O. A Sociologia no Brasil *in* FERRI, M. G. & MOTOYAMA, S. (Coords.) **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: Edusp/EPU/ CNPq, 1981. 2.v

OLIVEIRA, M. T. C. **A "educação ideológica" no projeto de desenvolvimento nacional do Iseb (1955-1964)** Tese de doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, A. O centenário de Guerreiro Ramos e sua atualidade para o ensino de Ciências Sociais no Brasil *in* **Ilha Revista de Antropologia**, v. 18, n. 1, p. 141-157, 2016.

OLIVEIRA, L. L. A Sociologia de Guerreiro Ramos e seu tempo. *in* BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 240-253, 2009.

_____. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 11, p. 5-22, 1989.

PAULA, Maria de Fátima C. USP e UFRJ. A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações *in* **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(2): 147-161, outubro de 2002.

PEREIRA, A. E. **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil—1952-1964**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2002.

PINTO, R. F. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Manaus: Edua, 2008.

RAMOS, A. G. **O processo da sociologia no Brasil**: esquema de uma história das ideias. Rio de Janeiro: Andes, 1953.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2a ed, 1965.

_____. **O Problema Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

_____. **A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconceituação da Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2a ed, 1975.

RODRIGUES, L. S. **A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e um seminário (1958-1978)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

_____. Os capitais d'O Seminário d'O Capital (Brasil, São Paulo, 1958-1964) *in VII Las Jornadas de Historia de las Izquierdas*, p. 115-134, 2015.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 4ª ed, 1949.

SALLA, F., ALVAREZ, M. C. Paulo Egídio e a sociologia criminal em São Paulo *in Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 101-122, maio de 2000.

SANTOS, J. R. O negro como lugar *in* RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

SANTOS, E. F. **Do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos acerca da sociologia no Brasil**: uma análise dos compêndios de sociologia na década de 1930. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SANTOS, M. B. **A sociologia no ensino médio**: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SARANDY, F. **A sociologia volta à escola**: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma *in* **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 82, p. 11-16, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 161-189, Apr. 2006.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil *in Revista usp*, n. 53, p. 117-149, 2002.

SHIOTA, R. R. **Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos**: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira? Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2010.

SILVA, C. L.; SILVA, R. S. **A Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil**: Percalços e Conquistas *in Impulsos*, vol. 22, n. 54, 2012.

SKIDMORE, T. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SOARES, L. A. Alves. Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento *in Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 33 a 50, abr. 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8215>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SOARES, S. L. M. **ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros): A Dimensão Pedagógica da Ação Ideológica de Uma Instituição Cultural do Período de 1955 a 1964**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina *in DURAND, J. C. G. Sociologia do Desenvolvimento I*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1969.

TOTTI, M. A.; SANTOS, E. F. Do debate entre Florestan e Guerreiros Ramos à análise dos compêndios de sociologia da década de 1930: alguns apontamentos e possíveis recontextualizações *in Revista Aurora*, vol. 8, n. 1, 2014.

VIANNA, L. W. Introdução; em busca de um marco comparativo *in Dados*, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994, v. 37, n° 3, pp. 357-403.

VILLAS BÔAS, G. **A Vocação das Ciências Sociais no Brasil**: um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

_____. **Mudança provocada**: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

WANDERLEY, S. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes *in* **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.50, n.6, p.913-936, Dec. 2016.